

## **RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REFERENTE À ACTIVIDADE E CONTAS CONSOLIDADAS DE 2006**

*Nos termos do parágrafo 6º do Artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais, artigo aditado pelo Decreto-Lei 238/91, o relatório do Conselho de Administração é apresentado sob a forma de relatório único.*

Apresentamos aos Senhores Accionistas o Relatório do Conselho de Administração relativo à actividade e Contas Consolidadas da Auto-Industrial, S.A.

### **DESTAQUES**

#### **ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE REPORTE FINANCEIRO**

O Grupo Auto-Industrial adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRSs) em 2006, tendo aplicado para o efeito o “IFRS 1 – First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards” sendo a data de transição para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas 1 de Janeiro de 2005. Anteriormente as demonstrações financeiras do Grupo eram apresentadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, conforme estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade e demais legislação complementar (POC).

A obrigatoriedade de a Tecnicredito, SGPS apresentar as suas contas consolidadas de acordo com o estabelecido em IFRSs implicou a necessidade de as contas do Grupo seguirem também aquelas normas.

Nos anexos às contas são evidenciados os impactos desta alteração de referencial contabilístico, mas de uma forma abreviada poderemos destacar os seguintes:

- Activo aumenta 405 milhões de euros, para 949, 5 milhões
- Passivo aumenta 396 milhões de euros, para 785,8 milhões
- Capitais Próprios aumentam 4,6 milhões de euros, para 90,7 milhões
- Resultado Líquido diminui 2,5 milhões de euros, para 18 milhões

O formato das demonstrações financeiras é também diferente das anteriormente apresentadas, permitindo-nos destacar quatro principais diferenças:

- Separação dos activos e passivos entre correntes e não correntes
- Capitais próprios consolidados incluem os interesses minoritários
- Deixam de existir resultados extraordinários
- Resultados consolidados do exercício incluem os de interesses minoritários.

Permitimo-nos por isso realçar que as comparações com os exercícios anteriores não serão válidas, excepto as comparações com as contas do exercício de 2005 que neste relatório são apresentadas, e que para isso foram reclassificadas.

As contas simples da Auto-Industrial continuam a ser apresentadas de acordo com os princípios de contabilidade estabelecidos no POC. A lei fiscal determina que a matéria colectável de cada sociedade não financeira, em sede de IRC, tem que ser apurada numa contabilidade elaborada seguindo as normas do POC, e tal, em última análise, obrigaria a Auto-Industrial, se elaborasse as suas contas de acordo com o estabelecido em IFRSs, a ter uma dupla contabilidade e consequentemente a ter aumentos de custos que não consideramos justificáveis.

### **QUADRO MACROECONÓMICO**

1 - Os Boletins Económicos do Banco de Portugal do Outono 2006 (A Economia Portuguesa em 2006, redigido com informação até ao início de Novembro) e do Inverno 2006 (Perspectivas para a Economia Portuguesa: 2007-2008) fazem uma análise sobre a evolução da economia portuguesa em 2006 e as perspectivas para o biénio seguinte. Dessa avaliação oficial do banco central português e dos Indicadores de Conjuntura de Janeiro de 2007, podem destacar-se os seguintes aspectos:

I - Após o triénio de 2003/05 de estagnação económica, com um crescimento praticamente nulo, em 2006 o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,2% o que correspondeu a uma aceleração da actividade de 0,8% face ao tímido crescimento de 0,3% obtido em 2005. A taxa de evolução positiva do produto nacional superou as expectativas de há um ano (apontava-se então para 0,8%) mas esteve em consonância com as previsões feitas no Verão de 2006. O crescimento económico foi generalizado na zona euro embora com ritmos diferenciados: pequenas economias como o Luxemburgo e a Irlanda obtêm os mais expressivos crescimentos e países do sul, como Portugal e Itália, os crescimentos mais modestos. Uma vez mais o

crescimento da nossa economia foi inferior ao da área do euro mantendo-se pelo quinto ano consecutivo com diferenciais negativos face a esta. Um aspecto positivo foi o do perfil do crescimento que foi impulsionado pelas exportações líquidas em detrimento da procura interna, que ficou abaixo das previsões.

III - Pelo quinto ano consecutivo o investimento diminuiu em Portugal. A Formação Bruta de Capital Fixo terá registado uma redução de 3,2% sendo que em termos acumulados a redução do investimento nos últimos 5 anos atinge 18%, situando-se, em proporção ao PIB, numa baixa histórica de décadas. A regressão do investimento passou por todos os sectores da economia. É explicável na construção de habitações por ajustamento face aos elevados níveis passados, no sector público pelo esforço de equilíbrio das finanças, mas assume maior acuidade quanto ao investimento empresarial, por estar em causa a eficiência produtiva e exportadora da economia. A confiança no sector empresarial ainda é baixa. Os empresários sentem-se inseguros face à incerteza fiscal e quanto à rigidez dos mercados de alguns produtos mas especialmente do mercado de trabalho. Refira-se ainda que no sector empresarial predomina o investimento de empresas não sujeitas à concorrência internacional (bens não transaccionáveis). Este perfil do investimento está aliás patente na afectação do crédito bancário no país. O seu grande volume é aplicado no crédito à habitação e consumo, ou dirigido para grandes empresas não sujeitas à concorrência internacional e de risco relativamente reduzido.

IV - O consumo privado desacelerou, crescendo a uma taxa de 1,1% (contra 1,7% em 2005), com revisão em baixa da previsão do verão, que apontava para 1,3%. Esta redução faz com que o seu crescimento tenha ficado abaixo do PIB e também abaixo da zona euro, ao contrario do que vinha ocorrendo nos anos recentes. Para esta desaceleração terão contribuído factores de incerteza quanto aos rendimentos e ao emprego, a tendência de aumento da taxa de juro e as eventuais consequências da consolidação orçamental do Estado em diversas vertentes. Verificou-se pois uma alteração, embora ainda tímida do perfil de crescimento da actividade económica em que as exportações líquidas tiveram maior contributo para a variação do PIB (1,1%) que a procura interna (0,1%).

V - Como já foi referido o crescimento forte das exportações (9%) superou o das importações (4%, contra 1,6% em 2005) dando um impulso importante à procura externa como factor de crescimento económico. Este crescimento brusco das exportações contrasta com os desempenhos fracos dos últimos anos (1%, em 2005) que têm vindo a pôr em causa a capacidade competitiva das empresas portuguesas no mercado global numa fase da história de expansão forte do comércio internacional. A questão que se põe quanto ao crescimento das exportações é a da sua sustentabilidade face a alguns factores pontuais de favorecimento. É certo que o dinamismo das exportações não se verificou apenas no plano das mercadorias, mas também dos serviços, sendo nestes de destacar o Turismo mas também com evoluções favoráveis nos sectores dos transportes, da construção civil e de serviços técnico profissionais.

Alguns dos incrementos nas mercadorias podem estar ligados a factores circunstanciais como seja a exportação de produtos petrolíferos decorrente dos constrangimentos da capacidade de refinação face à procura mundial e do início de produção de um novo modelo automóvel na mais importante fábrica nacional (Autoeuropa). Os sectores onde se verificaram os maiores incrementos nas exportações foram os seguintes: combustíveis minerais (72,6%); peles e couros (24,8%, após variações negativas ou medíocres em anos anteriores); metais comuns (27,7%); máquinas e aparelhos (16,1%). A nível mais modesto registem-se variações positivas em sectores tradicionais em contraste com variações decepcionantes em anos anteriores: madeira e cortiça (5,1%); pastas celulósicas e papel (12,4%); matérias têxteis (3,1%, após três anos de variações negativas com alguma expressão). Já noutros sectores tradicionais como vestuário e calçado mantiveram-se variações negativas já vindas do passado.

Um outro aspecto positivo das exportações tem a ver com os mercados. As exportações portuguesas registaram forte incremento nos mercados tradicionais com destaque para a Espanha (13,7%) Alemanha (16,6%, após variações negativas nos anos anteriores) e USA (32,5%, após variação negativa em 2005). Mas também tiveram sucesso assinalável em mercados menos habituais: Angola (56,4%); Singapura (78,1%); México (99,2%); Brasil (51,5%). Com evoluções mais negativas registem-se os casos da Bélgica (-5,4%) e do Reino Unido (-5,8%).

O papel positivo das exportações foi algo esbatido por uma aceleração das importações que reduziu o impacto positivo da procura externa líquida. O crescimento das importações foi de 4%, contra 1,6% em 2005.

VI - O sector público permanece um fardo excessivo para a economia nacional. Em Dezembro foram divulgadas as actualizações dos programas de estabilidade e com a excepção da Itália (devido a um problema pontual) todos apresentaram situação em conformidade com as previsões.

Apenas a Itália e Portugal assumem défices excessivos em 2006 (superiores a 3%), programando a sua superação respectivamente em 2007 e 2008.

O défice do sector público português terá atingido 4,6% do PIB em 2006 (embora notícias mais recentes estejam a apontar para um défice de apenas 4%) que compara com os 6% do ano passado. Ao que se supõe, para ambos os anos, não terá havido operações extraordinárias para minorar o défice.

O combate ao défice público tem sido feito mais pela via do aumento das receitas (carga fiscal) do que pela redução das despesas. Com efeito o aumento da receita fiscal terá dado um contributo de cerca de 1% do PIB para a melhoria da situação orçamental. Para este aumento contribuíram o aumento dos impostos (subida da taxa do IVA em Junho de 2005, aumento do Imposto sobre produtos petrolíferos em Janeiro de 2006 e eliminação de benefícios fiscais no IRS) e em menor medida o aumento da eficiência da máquina fiscal.

O Estado tem feito algum esforço ao nível das despesas com pessoal e de investimento, mas mantém-se o forte dinamismo das pensões que apesar de desaceleração contribui em cerca de 0,4% para o aumento da despesa em relação ao PIB.

Pela positiva verificou-se um aumento relevante nos dividendos recebidos, por via da recuperação dos baixos níveis verificados em 2005.

Em consequência da acumulação de saldos negativos a dívida pública deverá atingir 67,4% do PIB contra 65,9% no final de 2005. Por via do aumento da dívida as despesas com juros deverão aumentar em cerca de 0,1% do PIB.

VII - No desemprego mantém-se o perfil de evolução idêntico ao ano passado mas com um esboço de tendência ligeiramente positiva. O nível de crescimento do emprego no primeiro semestre de 2006 foi de 0,8% que compara com uma redução de 0,1% no período homólogo do ano anterior e com o crescimento nulo no final de 2005. Deste incremento do emprego, 0,2% respeitou ao sector privado quando no final do primeiro semestre de 2005 se verificara uma redução de 0,2%. No final do semestre de 2006 a taxa de desemprego atingia os 7,5% contra 7,4% em 2005 e 6,4% em 2004. A taxa de desemprego tem assim acompanhado o incremento da população activa por via da evolução demográfica e da entrada de mulheres no mercado de trabalho.

Verifica-se uma vez mais o aumento do desemprego de longa duração, que em 2004 era de 45%, em 2005 de 50% e em 2006 de 53%. Tal poder-se-á imputar à desadequação dos desempregados às exigências de uma economia em processo de modernização e também à elevada duração potencial do subsídio de desemprego.

Em 2006 o aumento médio das remunerações por trabalhador terá sido de 3% o que correspondeu a uma desaceleração face aos 3,4% de 2005.

VIII A inflação média anual, de acordo com o Índice Harmonizado, foi de 3,1% contra os 2,1% em 2005. A inflação média anual no conjunto da área do euro, de acordo com a estimativa preliminar do Eurostat, permaneceu em 1,9%.

A causa do aumento dos preços esteve sobretudo no sector dos bens, sendo que os preços dos serviços mantiveram-se mais estáveis face a 2005.

A subida da taxa de inflação está em larga medida influenciada pelos efeitos das medidas fiscais, nomeadamente o aumento da taxa do IVA, o imposto sobre o tabaco e sobre os produtos petrolíferos. Para além disso geraram também inflação aumentos significativos de preços em alguns produtos alimentares não transformados.

Há pois que concluir uma vez mais que a economia portuguesa ainda está condicionada por diversos factores quer de natureza institucional, quer relacionados com a sociedade e a cultura, que não se mostram favoráveis ao desenvolvimento económico, pelo menos ao nível da União Europeia de que o país faz parte e em especial da zona do Euro. O crescimento económico de 1,2%, embora seja o maior dos últimos 5 anos (de 2002 a 2006, a média anual de variação do PIB foi de 0,5%) foi o menor da área do euro e representa o quinto ano consecutivo de diferencial negativo de crescimento económico face aos países da união monetária.

Os mercados de alguns bens e do trabalho estão condicionados por mecanismos legais que os tornam demasiado rígidos face a uma economia aberta que concorre internacionalmente com os seus produtos e os seus serviços.

O Estado é uma máquina demasiado pesada para ser suportada pela sociedade, consumindo cerca de metade do produto gerado. Em contrapartida as prestações e serviços sociais embora com tendência para a modernização e melhoria não estão ainda nos padrões médios dos nossos parceiros políticos e económicos da União Europeia e sobretudo estão muito aquém do valor pago pela sociedade.

## SÍNTESE DOS RESULTADOS

O mercado automóvel tem-se caracterizado por declínio contínuo, constante erosão de margens e tem sido afectado por outros factores adversos e alterações qualitativas de relevo.

A entrada e progressiva implantação das “gestoras de frota”, normalmente ligadas a grupos bancários de grande dimensão, introduziu novos aspectos na distribuição automóvel com a interposição dessas entidades entre os concessionários e os clientes finais, quer ao nível do fornecimento das viaturas quer dos serviços de assistência e reparação. As companhias de seguros, importantes operadores no sector da colisão, têm também vindo a sofisticar a sua gestão dos sinistros mostrando-se mais organizados e exigentes na negociação das reparações com os concessionários e prestadores de serviços.

Neste quadro o grupo Auto-Industrial tem procurado adaptar a sua estrutura e estratégia às novas circunstâncias do sector.

O ano de 2006 foi disso paradigmático pela flexibilidade que o grupo demonstrou na adaptação às condições adversas do mercado automóvel. As vendas do grupo AI baixaram em cerca de 1.200 unidades, o que correspondeu a 12%. A facturação de automóveis novos para o exterior do grupo baixou cerca de 10%, não tendo essa perda de facturação sido compensada com o aumento da facturação de usados em 16%.

Em termos consolidados (com exclusão das empresas da área financeira) a facturação do grupo AI passou de € 282,9 milhões em 2005 para € 275,8 milhões em 2006, uma redução de cerca de 2,5%.

A margem bruta das mercadorias vendidas teve uma variação positiva de 2,76% e um ganho percentual de cerca de 0,45% ganho esse não decorrente da melhoria das condições do negócio mas pela redução expressiva das vendas às gestoras de frota.

A venda de serviços baixou cerca de 3,4%, em resultado sobretudo das vendas de serviços de rent a car em 19%.

Se para além da margem bruta das mercadorias e da venda dos serviços considerarmos os proveitos suplementares (sobretudo bónus e rappel das marcas) que reduziram em cerca de 4% e outros custos e impostos indirectos obteremos uma margem bruta total em sentido amplo de € 38,27 milhões escassamente superior ao ano passado( 0,31%)

Este quadro de perda de facturação e de pequena variação da margem bruta de vendas foi contudo compensado com a redução expressiva dos custos: 4 % nos fornecimentos e serviços externos; 2,3 % nas despesas de pessoal; 11 % nas amortizações do imobilizado e 43 % nas provisões para cobranças duvidosas. Estas reduções dos custos da estrutura operacional e das amortizações e provisões explicam a melhoria dos resultados operacional e corrente do grupo AI (com exclusão do sector financeiro) em 2006.

Com efeito o peso das despesas operacionais sobre a margem bruta gerada passa de 96,17% para 91,17% o que libertou um excedente de cerca de € 1,9 milhões. Em consequência o resultado operacional líquido passou de € 1,47 milhões para € 3,67 milhões, crescendo assim quase duas vezes e meia.

As despesas financeiras correntes reduzem cerca de 16% (sendo uma parte do efeito devido aos critérios contabilísticos das IAS) e o resultado financeiro de rendimento de capitais reduz em cerca de 18%.

Os resultados correntes antes de impostos passam, em consequência, de € 1 milhão para € 3,24 milhões. Em contrapartida os resultados extraordinários passam de € 1,29 milhões em 2005 para um valor negativo de € 0,27 milhões em 2006. A razão desta variação prende-se com a inexistência em 2006 de um resultado extraordinário positivo de € 1,4 milhões, resultante da expropriação de parte dum terreno situado na Maia e um aumento em cerca de 40% dos custos com rescisões amigáveis de contratos de trabalho.

Em consequência de todos estes factores e após a provisão para impostos sobre o rendimento, os resultados passam de € 2.022.028 em 2005 para € 2.452.595 em 2006, sendo parte deste diferencial positivo justificado pelas alterações de critérios contabilísticos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas.

O sector do crédito especializado e outros serviços financeiros, que opera sob a holding Tecnicrédito, SGPS, SA é a maior fonte de rentabilidade do grupo AI e tem com esta importantes sinergias no que respeita

sobretudo ao crédito automóvel. É também a área de actividade com maiores potencialidades de crescimento.

Os resultados consolidados da Tecnicrédito SGPS, relativos a 2006, foram de € 33.295.771, de acordo com os critérios contabilísticos das IAS, contra os € 31.781.607 de 2005, pelos mesmos critérios contabilísticos, o que representou um aumento de 5%. O desempenho do grupo nos mercados em que opera foi de igual modo muito favorável quer em Portugal quer nas operações estabelecidas noutros países. O crédito concedido em 2006 atingiu € 418.291.000 o que corresponde a uma variação homóloga de 13,5%. Os mercados estrangeiros foram responsáveis por cerca de 26,11 % da concessão total do crédito (28% no ano anterior).

Em 2006 o lucro consolidado do Grupo AI após impostos e antes da exclusão dos interesses minoritários foi de € 34.463.788, um aumento de 4,6% face aos € 32.939.680 de 2005, de acordo com os critérios das IAS.

Sendo que actualmente a Auto Industrial consolida 53,52% do capital da Tecnicrédito SGPS os resultados do grupo após impostos e a exclusão dos interesses minoritários, foram de € 18.977.004 contra € 18.152.687 em 2005 (+ 4,54%). Os lucros mantiveram um bom ritmo de crescimento e corresponderam a um “return on equity” (ROE) de 18,91%, sem exclusão dos interesses minoritários e de 17,66% com exclusão dos interesses minoritários, considerando em ambos os cálculos o valor médio dos capitais no final de cada ano.

Os resultados simples após impostos da Auto-Industrial S.A. (de acordo com o POC), foram de € 1.777.575, cerca de 23,7% inferiores aos do ano anterior. As razões para esta baixa foram a redução de vendas dos automóveis Opel em cerca de 650 unidades (menos 15% que no ano anterior, sendo que a marca Opel perdeu cerca de 12,5%) os fortes prejuízos da unidade de rent-a-car e da Divisão Agrícola (que incorreu em custos de reestruturação) e a redução das receitas financeiras.

Na Auto-Industrial S.A (contas simples) a margem bruta das mercadorias baixou em 3,7% (para € 7.013.773) tendo-se verificado uma pequena redução percentual face às vendas. A prestação de serviços declinou em 4,3%, devido sobretudo à quebra das receitas do rent-a-car. A margem bruta total (incluindo para além das mercadorias, os serviços e os proveitos suplementares e outros custos) caiu em 2,34%.

As despesas operacionais reduziram-se em cerca de 1%, as amortizações em 16% e as provisões cresceram 1,4%. O peso da estrutura operacional sobre a margem bruta total passou de 94% para 93,3%, gerando um resultado operacional líquido (EBIT) de € 1,125 milhões, 9% superior ao do ano anterior. Com os custos financeiros correntes a crescer 16% e as receitas de rendimentos financeiros a baixar 18% os resultados correntes caíram para € 2 milhões, cerca de 23 % inferiores aos do ano passado e os resultados após impostos foram de 1,77 milhões, como acima já referido.

O quadro seguinte evidencia a evolução dos resultados do Grupo nos últimos dois anos, considerando a sua imputação à Auto-Industrial, à Tecnicrédito SGPS e empresas que nela consolidam e às restantes empresas do Grupo que consolidam na AI, bem como o impacto na consolidação das operações intragrupo.

RESULTADOS	Antes de Impostos		Após Impostos	
	2006	2005	2006	2005
Auto-Industrial S.A.	2.576.948	3.419.582	2.280.393	2.878.180
Tecnicrédito SGPS	43.857.086	42.717.209	33.303.104	31.781.607
Outras Empresas do Grupo	386.601	-496.697	172.201	-408.963
Operações intragrupo	-1.291.910	-1.311.144	-1.291.910	-1.311.144
<b>TOTAL</b>	<b>45.528.726</b>	<b>44.328.950</b>	<b>34.463.789</b>	<b>32.939.680</b>

*Resultados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) – Valores em Euros*

## AQUISIÇÃO DA A. BRAZ HELENO, S.A.

Nos finais de 2006 a Auto-Industrial adquiriu a totalidade do capital da firma A.Braz Heleno S.A., concessionário BMW em Leiria e Caldas da Rainha e nesta cidade também da Mini.

Esta firma estabelecida em Leiria, com sede e instalações integradas situadas na E.N. 109, que liga Leiria à Figueira da Foz, foi fundada há 30 anos pelo Sr. Armando Braz Heleno e até à sua aquisição pela Auto-Industrial, em Dezembro de 2006, foi uma empresa de gestão familiar. É concessionário BMW desde 1994 sendo considerado um dos com melhor desempenho na rede BMW, de acordo com os critérios da marca.

A Braz Heleno tem actualmente um capital de € 275.000 e no ano passado o seu volume de negócios atingiu € 26 milhões, gerando um resultado líquido de € 600.000. Em 2006 vendeu cerca de 309 unidades BMW e 24 Mini e tem actualmente 49 trabalhadores.

Esta aquisição mostra-se muito interessante para a Auto-Industrial pois permitiu-lhe a entrada na rede de distribuidores da BMW marca que a AI não representava e que tem tipo excelente desempenho quanto ao produto, vendas e rentabilidade. A circunstância de estar situada na área de Leiria constitui também um factor positivo para o grupo que aí já representa a Opel e a Mercedes, sendo situação potenciadora de sinergias diversas.

## **PASSAGEM DA TECNICRÉDITO MAGYAR A BANK PLUS**

Em 2006 a Tecnicredito Mgyarorzag recebeu a autorização formal do Banco Nacional da Hungria e da PSZAF (entidade de supervisão da actividade financeira) para proceder à sua transformação em Banco. Após um processo que foi pioneiro na Hungria ( pela primeira vez nesse país uma instituição de crédito não bancária, transformou-se em Banco) o que suscitou naturais dificuldades, passados cerca de um ano após o requerimento foi concedida a aprovação das autoridades húngaras. No dia 7 de Setembro de 2006 foi alterada a denominação social da Sociedade, passando esta a denominar-se Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság. A alteração da Sede e Objecto Social ocorreu em Janeiro de 2007.

A transformação em Banco da sociedade húngara é um passo relevante que a valoriza significativamente. Com o novo estatuto o seu leque de actividades amplia-se a todas as actividades que caracterizam os Bancos universais.

A denominação Bank Plus é a escolhida pelo Banco Mais para operar internacionalmente, sendo já usada na operação da Eslováquia e agora também na Polónia.

## **INÍCIO DA ACTIVIDADE NA POLÓNIA**

Como previsto, em 2006 o Banco Mais estabeleceu na Polónia mais uma Sucursal do Banco, com sede em Varsóvia. A 27 de Março de 2006 foi efectuado o registo comercial da Sucursal do Banco Mais e a aprovação do Banco Nacional da Polónia para o início da actividade operacional, verificou-se a 9 de Agosto de 2006. O início da actividade comercial ocorreu em Fevereiro de 2007.

A Polónia é um país com dimensão e área idênticas à Espanha, faz parte da União Europeia desde 2003 e tem siso muito atractivo para o investimento estrangeiro. Na área do crédito automóvel e crédito ao consumo tem sido alvo do interesse dos principais operadores europeus do sector que já aí se estabeleceram através de aquisições.

## **AQUISIÇÃO DE 30% DO PECÚNIA COM A SOCIÉTÉ GENERALE**

Reforçando a estratégia de internacionalização seguida pelo Grupo, a Tecnicredito SGPS adquiriu em parceria com a Société Générale, um dos maiores Bancos franceses, um grupo financeiro brasileiro especializado no crédito ao consumo com sede em S. Paulo, no Brasil. Esse grupo é composto pelo Banco Pecúnia, pela Credial e pela Dial e opera no mercado com a marca Credial. A  *Holding* que passará a controlar este grupo financeiro será detida em 70% pela Société Générale e em 30% pela Tecnicredito SGPS. A outorga do acordo de accionistas e da transacção ocorreu no dia 26 de Março de 2006, tendo a transacção já sido aprovado pelo Banco Central do Brasil, aguardando a todo o momento a saída de despacho presidencial que autorize a compra.

## **NOVA SEDE DO BANCO MAIS**

No final do primeiro semestre de 2006 ficaram concluídas as novas instalações da Sede do Banco Mais, localizadas na Avenida 24 de Julho nº 89, em Lisboa. O edifício está localizado numa área em franca requalificação urbanística, goza de óptimas acessibilidades, sendo bastante amplo e funcional, atributos que permitem uma melhor e mais eficiente organização dos recursos e, por outro lado, transmite uma favorável imagem externa da instituição.



Localizado numa área em franca requalificação urbanística, goza de óptimas acessibilidades, sendo bastante amplo e funcional, atributos que permitem uma melhor e mais eficiente organização dos recursos e, por outro lado, transmite uma favorável imagem externa da instituição.

### **IMPLEMENTAÇÃO DO C.R.M.**

Tendo por objectivo criar, desenvolver, e incrementar relações duráveis com os seus clientes, de uma forma eficiente e rentável, o Grupo Auto-Industrial implementou e desenvolveu em 2006 o Back-Office do CRM (Customer Relationship Management). Este Back-Office assenta a sua actividade num software informático específico que permite um tratamento automatizado de todos os contactos efectuados pelas equipas comerciais junto dos clientes, quer sejam potenciais ou efectivos.

O ano de 2006 foi o primeiro ano de actividade do Back-Office do CRM, tendo sido implementado em todas as empresas do Grupo Auto-Industrial (à excepção da sub-holding Tecnicrédito/Banco Mais). Foi um período que compreendeu as seguintes actividades: constituição da equipa do Back-Office CRM; implementação do CRM na área comercial das diversas empresas; definição de estratégias e procedimentos; uniformização dos processos internos e formação das equipas de vendas.

O CRM significa a gestão do relacionamento com o cliente. Por vezes esta ferramenta é associada a uma solução informática que permite partilhar a informação sobre os clientes de uma forma muito alargada dentro da empresa. No entanto, será mais correcto defini-lo como um processo de gestão da mudança, suportado numa base tecnológica que tem como finalidade atender, reconhecer e cuidar do cliente em tempo real. Para este fim, o CRM transforma dados dispersos em informações úteis e centralizadas, que devem ser utilizadas por todos em benefício do cliente e da empresa.

O CRM no Grupo Auto-Industrial foi desenvolvido, em estreita colaboração com as diversas operações do Grupo Auto-Industrial, tendo em vista os seguintes objectivos :

- conhecer, diferenciar e fidelizar os clientes;
- melhorar e aumentar a informação sobre cada cliente (actualização permanente das bases de dados);
- melhorar a capacidade de comunicação de cada empresa (interna e externa);
- aumentar a eficácia da força de vendas e avaliar o seu desempenho;
- diferenciação da concorrência;
- conquistar novos clientes.

A implementação deste projecto, pela sua abrangência e inovação, apresentou algumas dificuldades, nomeadamente ao nível de algumas equipas de vendas que demonstraram resistência à mudança que o CRM impõe. Estas situações estão identificadas e, em conjunto com a Gerência e as Chefias de Vendas das operações, estão a ser desenvolvidos os esforços adequados de modo a ultrapassar essa resistência.

De qualquer modo, podemos concluir que, em Geral, a implementação do CRM foi bem sucedida, sendo os seus benefícios reconhecidos quer pela generalidade das empresas, quer pelos seus colaboradores.

Quantificando, brevemente, a actividade deste Back-Office em 2006: o CRM foi implementado em 16 empresas do Grupo, das quais 15 pertencem ao sector automóvel e 1 pertence ao sector de motores marítimos; este Back-Office dispõe de 6 colaboradoras para controlar e registar a actividade de cerca de 140 comerciais. No total foram registados no CRM cerca de 104.000 contactos ao longo do ano. Estes contactos estão divididos entre contactos de acompanhamento de negócios, de prospecção e fidelização de clientes. O

tipo de contactos realizados são essencialmente repartidos por telefonemas, visitas, contactos via internet e atendimento nos salões de vendas conforme o segmento de clientes e o objectivo do contacto.

O ano de 2007 será certamente um ano de consolidação deste sistema, estando previsto, entre outros aspectos: o arranque do CRM nas restantes 3 empresas automóveis do Grupo, o início do tratamento integrado das reclamações utilizando este sistema, a implementação do reporting interno via intranet e o desenvolvimento de acções específicas de marketing relacional.

## **MERCADO AUTOMÓVEL**

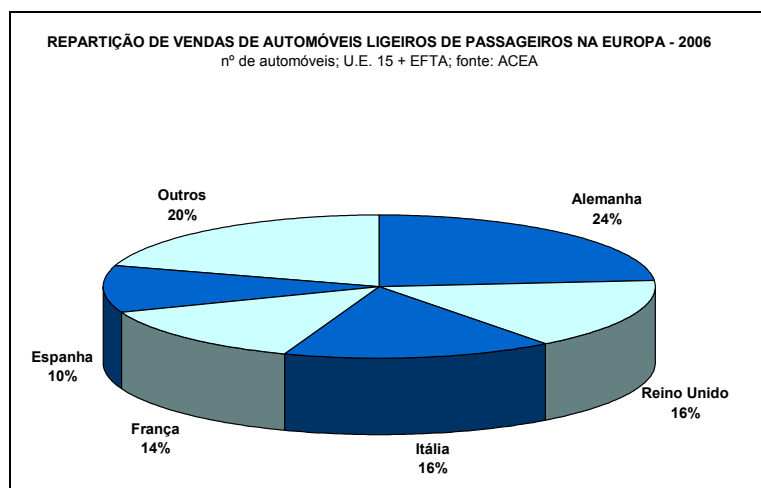
### **MERCADO EUROPEU**

Em 2006 foram vendidos na Europa 15.364.997 automóveis ligeiros de passageiros, valor que traduz um ligeiro acréscimo de 0,7% em relação às 15.254.593 unidades vendidas em 2005. De referir que estes números abrangem todos os 23 países da União Europeia, bem como os 3 países da EFTA.

Considerando apenas os países da parte ocidental da União Europeia (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Espanha, Suécia e Reino Unido) e da EFTA (Islândia, Noruega e Suíça), em 2006 foram vendidos 14.624.215 automóveis ligeiros de passageiros, uma variação positiva de 0,7% em relação ao ano anterior. Quanto a automóveis comerciais ligeiros, em 2006, foram vendidas 2.077.406 unidades, um crescimento de 5,6% em relação a 2005.

Analisando o mercado de automóveis de passageiros na Europa Ocidental, não houve um comportamento uniforme, tendo havido países registaram evoluções positivas, com destaque para a Bélgica (+10%), a Dinamarca (+5%) e o Luxemburgo (+5%). Destaque pela negativa para Portugal (-5,7%), a Islândia (-5%) e o Reino Unido (-4%).

Os cinco maiores mercados da Europa Ocidental, continuam a ser a Alemanha, o Reino Unido, a Itália, a França e a Espanha. Em conjunto estes países representam cerca de 80% das vendas de automóveis ligeiros na Europa Ocidental.



### **Alemanha**

O mercado alemão apresentou um ligeiro acréscimo de 3,8%, com as vendas de automóveis ligeiros de passageiros a passar de 3.342.122 em 2005 para 3.467.961 em 2006. Este mercado tem um peso de 24% nas vendas europeias de automóveis ligeiros de passageiros.

Na Alemanha foram vendidos 197.164 veículos comerciais ligeiros, um acréscimo de 12,5% em relação a 2005. O mercado alemão de comerciais ligeiros representa apenas 9,5% do mercado europeu, sendo o menos relevante dos 5 principais países europeus.

### **Reino Unido**

Em 2006 o mercado britânico de automóveis ligeiros de passageiros registou 2.344.864 viaturas vendidas, um decréscimo de 4% em relação a 2005. O mercado britânico, representou, em 2006, 16% do mercado europeu.

No Reino Unido foram vendidos 327.162 comerciais ligeiros, o que traduziu um aumento de 1,3% em relação ao ano anterior. Este é o terceiro mercado de comerciais ligeiros mais importante da Europa, com uma quota de 16%.

### **Itália**

O mercado automóvel italiano registou uma subida de 3,7% nas vendas, tendo sido vendidas, em 2006, 2.321.099 unidades. O mercado italiano representa 16% do mercado europeu.

Em termos de comerciais ligeiros, a Itália representa 11% do mercado europeu. Em 2006 foram vendidas 234.104 unidades, um acréscimo de 8,3% em relação a 2005.

### **França**

Acentuando a tendência negativa dos últimos anos, com a exceção de 2005, o mercado francês apresentou uma redução de 3% nas vendas. Deste modo foram vendidos 2.000.549 automóveis ligeiros de passageiros contra os 2.067.789 registados em 2005. O mercado francês representou em 2006 uma quota de 14% do mercado europeu.

O mercado francês de automóveis comerciais ligeiros continua a ser o mais importante da Europa com um peso de 21%. Em 2006 foram vendidas 439.273 unidades. Ao contrário do que se passou no mercado de passageiros, o mercado de comerciais cresceu 4,8%.

### **Espanha**

Relativamente a 2005 o mercado espanhol diminuiu 2%. Com 1.499.032 ligeiros de passageiros vendidos contra 1.528.877 no ano anterior. O mercado espanhol manteve o seu peso de 10% do mercado europeu.

Em Espanha foram vendidos 408.763 comerciais ligeiros, um acréscimo de 6% em relação ao ano homólogo. Neste segmento, o mercado espanhol é o segundo maior da Europa, a seguir a França, representando 19,7% do mesmo.

### **Portugal na Europa**

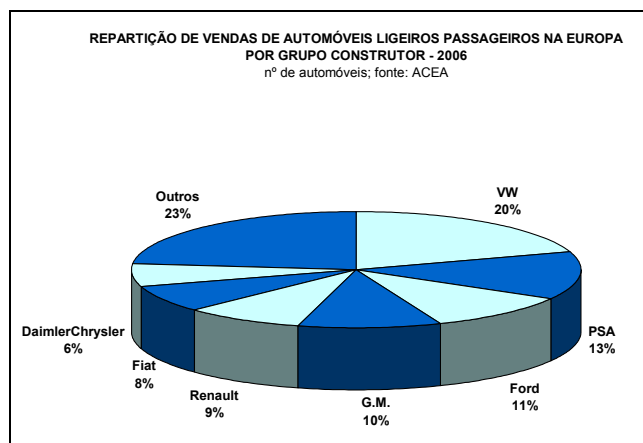
De referir que dos 18 países que compõem o mercado automóvel de ligeiros de passageiros da Europa Ocidental, Portugal mantém o 12º lugar em termos de vendas, ultrapassando apenas a Irlanda, a Finlândia, a Noruega, a Dinamarca, o Luxemburgo e a Islândia. Neste segmento, o peso do mercado português é de apenas 1,3%.

No mercado de comerciais ligeiros, Portugal com um peso de 3% nas vendas do mercado europeu ocupa o 6º lugar nas vendas.

## **FABRICANTES DE AUTOMÓVEIS**

### **Grupo Volkswagen**

Quanto ao desempenho dos fabricantes de automóveis na Europa Ocidental o primeiro aspecto a realçar é o reforço da liderança do Grupo Volkswagen (VW), com 2.914.738 viaturas ligeiras de passageiros vendidas, um crescimento de 6,2% que permitiu que a quota de mercado tenha passado de 18,9% em 2005 para 19,9% em 2006. A marca VW registou um crescimento nas vendas de 7,6% tendo sido vendidos 1.609.568 automóveis desta marca, é incontestavelmente a marca mais vendida na Europa. Quanto às outras marcas do Grupo VW, a Audi, a Seat e a Skoda aumentaram também as respectivas vendas, as duas primeiras 3% e a última 8%.



### Grupo PSA

O Grupo PSA, que abrange as marcas Peugeot e Citroën, viu em 2006 as suas vendas diminuir 2% tendo a quota de mercado baixado para 13,3%. Esta quota traduz-se em 1.942.610 viaturas vendidas em 2006. A marca Peugeot registou uma quebra de -2% nas vendas, passando de 1.088.252 para 1.066.989 viaturas vendidas em 2006. Por este facto a quota de mercado diminuiu ligeiramente de 7,5% para 7,3% em 2006. Performance também negativa para a marca Citroën, cujas vendas baixaram 2,4% tendo sido vendidas, em 2006, 875.621 viaturas. Em termos de quota de mercado, esta marca registou 6% em 2006 contra 6,2% no ano anterior.

### Grupo Ford

O Grupo Ford é o terceiro grupo mais importante em vendas na Europa com 1.560.001 viaturas vendidas em 2006, uma redução de 1% em relação ao ano anterior, tendo a respectiva quota de mercado passado de 10,9% para 10,7%. Este grupo inclui as marcas Ford, Volvo, Land Rover e Jaguar. A marca Ford é responsável por 77% das vendas deste grupo na Europa. Esta marca vendeu no ano em análise 1.204.277 viaturas, o que traduziu uma diminuição de 1% em relação a 2005, esta redução teve pouco impacto na quota de mercado que se situou em 8,2%. De referir o crescimento de 1,6% nas vendas europeias da Land Rover, ainda assim as 77.971 unidades vendidas traduzem-se numa reduzida quota de mercado de 0,5%.

### Grupo General Motors

Ao contrário dos dois anos anteriores, o Grupo GM (Opel, Vauxhall, Chevrolet e Saab) registou em 2006 um decréscimo de 2,5% nas vendas. Este Grupo vendeu 1.502.734 viaturas, em 2006, o que se traduziu numa redução das vendas em 38.120 viaturas, relativamente ao ano anterior. O Grupo GM baixou ligeiramente a sua penetração de mercado, que corresponde a uma quota de 10,3%. Apesar desta redução nas vendas, este Grupo conseguiu manter a vantagem, conquistada em 2005, relativamente à Renault. A marca Opel/Vauxhall, que representa 84% das vendas do Grupo, sofreu uma quebra de 3,6% nas vendas, tendo sido vendidas 1.258.343 viaturas Opel/Vauxhall em 2006. Destaque para a performance da marca Saab, cujas vendas aumentaram 9,8%, no entanto esta marca ainda tem um peso pouco significativo no mercado europeu com uma quota abaixo de 1%.

### Renault

Em 2006, a Renault mantém a quinta posição no ranking de vendas de automóveis ligeiros de passageiros na Europa. O Grupo Renault, que inclui a Renault e a Dacia, foi aquele que registou uma maior quebra nas vendas, com 10,9% de redução. Esta perda deve-se a uma redução de 12,6% nas vendas. A Renault vendeu 1.229.862 automóveis, a este nível de vendas correspondeu uma quota de mercado de 8,4%, recorde-se que em 2005 essa quota foi de 9,7%.

### Grupo FIAT

Dos sete grandes grupos construtores de automóveis, o Grupo Fiat (Fiat, Lancia, Alfa Romeo, Ferrari e Maserati) foi o que registou o maior crescimento nas vendas, em 2006 esse valor foi de 17,6%. De recordar que em 2005 tinha sido o construtor que tinha registado a maior quebra. Este crescimento, deve-se essencialmente à boa aceitação por parte do mercado do novo Fiat Punto. Assim este grupo vendeu 1.116.764 viaturas, tendo a quota de mercado passado de 6,5% para 7,6%. Neste Grupo, a marca Fiat representa 76% das vendas, a Alfa-Romeo 13% e a Lancia 10%. As vendas da marca Fiat subiram

significativamente, 22% em 2006 e as da Alfa Romeo 12%. A única variação negativa ocorreu com a Lancia, cujas vendas caíram 2%.

### Grupo DAIMLER CHRYSLER

A par do Grupo VW e do Grupo Fiat, o Grupo DaimlerChrysler registou também, em 2006, um crescimento das vendas. Com 911.810 unidades vendidas, este Grupo, que apresenta uma quota de mercado de 6,2%, viu as suas vendas subir 1%. A marca mais importante deste Grupo, a Mercedes-Benz representa 78% das vendas do Grupo, enquanto que as outras marcas, a Smart e a Chrysler representam, respectivamente, 11% e 10%. A Mercedes-Benz apresentou uma variação positiva de 4% nas vendas, esse aumento provocou a alteração da quota de mercado que passou para 4,9%. Fruto da descontinuação de duas das três gamas existentes, a Smart viu as suas vendas cair 22%. Comportamento diferente para a Chrysler, cujas vendas subiram 10,7%.

### MERCADO PORTUGUÊS

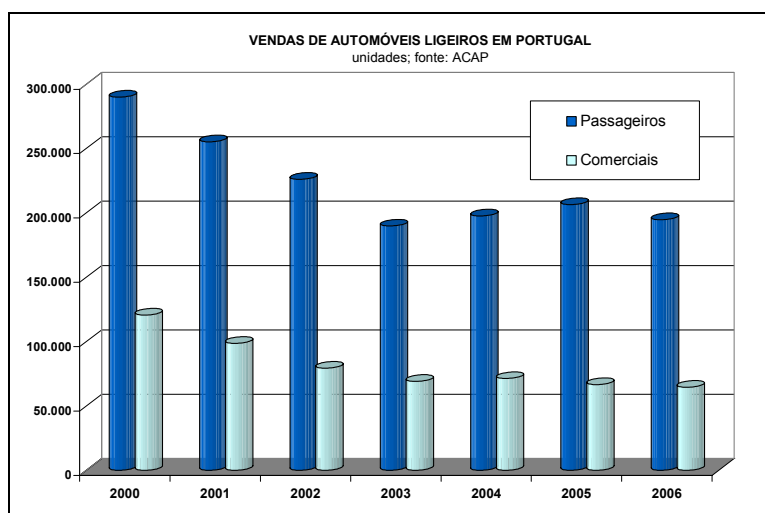
Ao contrário dos anos anteriores, em 2006, houve uma redução de 5,1% do mercado nacional de veículos ligeiros (passageiros e comerciais). Em 2004 e 2005 o crescimento registado tinha constituído um sinal animador para este sector. De recordar que o mercado caiu 37%, entre 1999 e 2003, reflexo da situação económica nacional. Os baixos índices de confiança dos agentes económicos, em especial dos consumidores e das empresas, continuam a condicionar fortemente a procura interna. Este condicionamento, afecta directamente o mercado automóvel nacional, mercado esse já bastante afectado por uma política fiscal fortemente penalizadora, para os compradores e utilizadores de automóveis.

Em 2006, foram vendidos em Portugal, 259.173 automóveis ligeiros, no ano anterior esse valor tinha sido 273.126.

Vendas de Automóveis Ligeiros em Portugal	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Passageiros	289.945	255.215	226.092	189.792	197.584	206.488	194.684
Comerciais	120.585	98.679	79.295	69.068	71.290	66.638	64.489
Total	410.530	353.894	305.387	258.860	268.874	273.126	259.173

fonte ACAP

Considerando apenas o mercado de automóveis ligeiros de passageiros, este caiu 5,7%. Em 2006 foram vendidos 194.684 automóveis enquanto que no ano anterior esse valor tinha sido 206.488. No mercado de automóveis ligeiros o segmento de passageiros continua a representar 75% das vendas.



O mercado de veículos comerciais ligeiros também contribuiu para a fraca performance do mercado total de automóveis ligeiros dado que registou uma redução de 3,2%. No ano em análise foram matriculadas 64.489 unidades enquanto que em 2005 tinham sido matriculadas mais 2.149 unidades.

## Análise por Fabricante

O **Grupo VW** (VW, Skoda, Seat e Audi) em 2006 conquistou, ao Grupo PSA, a primeira posição no mercado nacional com 32.853 unidades vendidas a que corresponde uma quota de mercado de 18%. De notar que o Grupo VW é, como já foi referido atrás, a marca líder no mercado europeu. Apesar de ser o fabricante que mais vende em Portugal, este grupo viu as vendas subir apenas 0,2% pelo que as vendas foram praticamente idênticas às do ano anterior. De referir que apenas o Grupo VW e o Grupo Fiat registaram incrementos positivas nas vendas

O **Grupo PSA** (Citroën e Peugeot), com uma quota de mercado de 17%, perde a liderança e passa a ser o segundo grupo mais importante no mercado português. Em unidades, as vendas caíram 11%, tendo passado de 36.739 para 32.853.

A **Renault** é o 3º maior fabricante com 26.292 unidades vendidas em 2006 e uma quota de mercado de 12%. Com uma diminuição de 8% nas vendas, a Renault reduziu a sua quota de mercado em relação a 2005, em 0,3%.

Na quarta posição está o **Grupo General Motors** (Opel, Chevrolet e Saab) com uma quota de 12% contra 13,5% em 2005. Foi sem dúvida um ano negativo para o Grupo G.M. com 22.984 unidades vendidas, tendo registado uma das maiores quedas nas vendas em comparação com os seus principais concorrentes e com o mercado, -17,5%. Existem duas razões para esta redução, a performance negativa dos modelos Opel (-19% nas vendas) e de Saab (-34%).

Os restantes fabricantes apresentaram em 2006 uma quota de mercado inferior a 2 dígitos, destacando apenas aqueles com quem o Grupo Auto-Industrial possui parceria comercial: **Grupo Ford** (Ford, Land Rover, Jaguar e Volvo) com 8,7% e uma redução nas vendas de 4,8%; o **Grupo DaimlerChrysler** (Mercedes-Benz, Smart, Chrysler e Jeep) com 5,4% de quota e uma diminuição das vendas de 7,8%; e o **Grupo Fiat** (Fiat, Alfa Romeo e Lancia) com uma quota de 4,2% e uma subida nas vendas de 15,4%. Referência pela positiva para este Grupo cuja performance comercial dá os primeiros sinais de recuperação.

## Análise por Marca e Modelo

Analisando o mercado de automóveis de passageiros na perspectiva de cada marca, constatamos que não houve alterações significativas no ranking de vendas das principais marcas.

A liderança do mercado nacional de veículos ligeiros de passageiros continua a ser assumida pela **Renault**, com 26.292 unidades vendidas e uma diminuição nas vendas de 7,9% em relação a 2005. Como já foi referido atrás, a Renault possui em Portugal uma quota de mercado de 13,5%. Pertence à Renault o segundo modelo mais vendido em Portugal, o Mégane. O Mégane vendeu 10.312 unidades a que corresponde 5,3% de quota de mercado. O segundo modelo mais importante da Renault continua a ser o Clio com 9.981 unidades vendidas e uma quota de mercado de 5%. O Clio é o terceiro modelo mais vendido em Portugal.

Em 2006 a **Opel**, ao vender 20.061 viaturas mantém a segunda posição no mercado, essa posição tinha sido conquistada em 2005 à Peugeot. Apesar disto a Opel viu a sua quota de mercado descer de 12% para 10,3%. Esta redução de quota é um reflexo do fraco desempenho das suas vendas, que baixaram 19%, uma quebra bastante mais significativa que a registada no mercado, -5,7%.

O modelo Astra é o principal responsável pelas vendas da marca, tendo continuado a ser, em 2006, o modelo mais vendido em Portugal com 11.306 unidades vendidas. Este modelo registou um decréscimo nas vendas de 12,5% em relação 2006. O Astra representou no ano em análise 5,8% do mercado.

Destaque negativo para o Corsa, que passa de quarto no ranking de vendas nacional para sexto lugar. A explicação deve-se ao facto deste modelo apenas ter sido renovado no final de 2006

A **Peugeot** é a terceira marca mais vendida, com 19.311 viaturas vendidas, tendo sofrido uma redução de 8% nas vendas em relação ao ano anterior. A Peugeot possui uma quota de mercado de 9,9%. O quinto modelo mais vendido em Portugal é o Peugeot 307 com 6.132 unidades vendidas e 3% do mercado.

Contrariando a tendência dos anos anteriores, e do próprio mercado, vendas da **Volkswagen** cresceram 1,5% em 2006, tendo esta marca vendido 15.645 automóveis. Este crescimento, apesar de baixo, foi suficiente para que esta marca passe a ser a quarta mais vendida em Portugal, ultrapassando a Citroën. A estas vendas correspondeu um quota de mercado de 8%. O modelo mais vendido da VW continua a ser o Polo, com 5.061 unidades vendidas. Este modelo uma quebra de 7% nas vendas, apresentando uma quota de mercado de 2,6%.

Referência positiva para a **Ford** cujas vendas, dando continuidade à tendência dos dois anos anteriores, continuam a recuperar. Apesar da quebra de 0,9% no número de unidades vendidas, com 13.616 em 2006, a quota de mercado da Ford subiu para 8%. O modelo mais vendido da Ford continua a ser o Focus. Este modelo, que também é o quarto mais vendido em Portugal, vendeu 6.439 unidades contra as 6.862 unidades registadas em 2005.

A **Citroën**, que era a quarta marca mais vendida em Portugal no ano 2005, perdeu duas posições ocupando agora a sexta posição. A Citroën vendeu 13.542 unidades, uma variação negativa de 14% a que corresponde uma quota de mercado de 7%. Nesta marca, os modelos mais vendidos são, respectivamente, o C3 e o C4. O C3 representou 3.928 unidades vendidas e o C4 registou 3.856 unidades, as quotas de mercado de cada modelo rondam os 2%.

Relativamente à performance comercial, em 2006, das outras marcas representadas pelo Grupo Auto-Industrial: a **Mercedes-Benz** com uma quota de mercado de 3,7% reduziu as vendas em 1,6%; a **Fiat** com 3,4% do mercado aumentou as vendas em 28%; as vendas da **Smart** caíram 22% e representam 1,5% do mercado; as vendas da **Chevrolet** não se alteraram apresentando uma quota de mercado de 1,3%; a **Alfa-Romeo** teve uma quota de mercado de 0,5% e aumentou as vendas em 2,4%; as vendas da **Lancia** baixaram uns significativos 42% e apresentou uma quota de mercado de 0,3%; a **Jeep** teve uma quota de 0,07% e um decréscimo de 11% nas vendas; e finalmente, a **Chrysler** teve uma quota de 0,17% e um crescimento de 12% nas vendas.

Breve referência ao mercado de automóveis ligeiros de mercadorias, onde a Renault, com um decréscimo de 16,5% nas vendas, continua a liderar este mercado, tendo atingido em 2006 um nível de vendas de 8.664 unidades a que corresponde 13,4% do mercado. A Opel, ameaçou seriamente essa liderança, tendo ficado a apenas 11 viaturas das vendas registadas pela Renault. As vendas da Opel aumentaram apenas 0,8%, contrariando a tendência negativa deste mercado, cujas vendas, recorde-se, caíram 3,2%. Em 2006 a quota de mercado da Opel foi de 13,4%. A Citroën com 7.230 unidades vendidas, a que corresponde 11% de quota, baixou as vendas em 11%. A Peugeot, com uma quota de mercado de 11%, registou uma quebra de vendas de 3%, representando 7.172 unidades vendidas.

Os quatro modelos de comerciais ligeiros de mercadorias mais vendidos em Portugal não reflectem a posição das marcas no mercado, assim: em primeiro lugar está a Ford Transit, com 3.588 unidades, em segundo o Opel Corsa Van com 3.457 unidades, em terceiro o Renault Clio Societé com 3.215 unidades e em quarto a Peugeot Partner com 2.962 unidades vendidas.

### **Análise por Segmento**

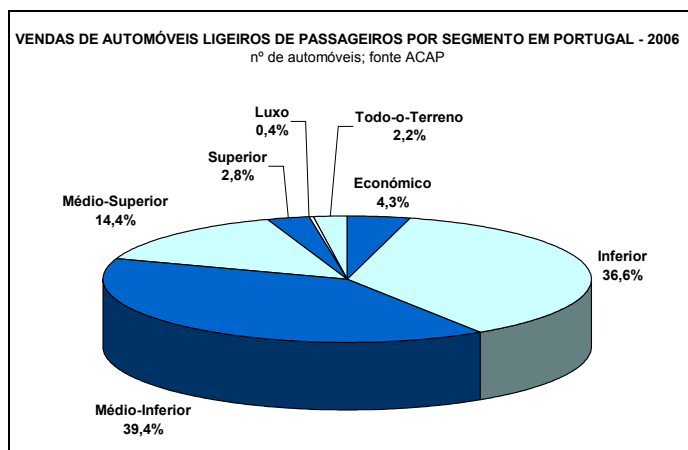
Para concluir esta abordagem ao mercado automóvel nacional em 2006 iremos analisar os respectivos segmentos.

O **segmento Económico (A)**, representa 5% do mercado total com 9.576 unidades vendidas, tendo registado um importante aumento nas vendas, de 2005 para 2006, de 52%. O modelo mais vendido é o Peugeot 107 com 2.502 unidades representando 26% das vendas deste segmento. Destaque para o Citroën C1 que vendeu 1.632 unidades e conquistou uma quota de 17%, e para o Smart Fortwo cujas vendas de 1.621 unidades traduzem-se numa quota de 17%. De referir, que estes três modelos foram responsáveis por 60% das vendas neste segmento.

O **segmento Inferior (B)**, que era em 2004 o mais importante do mercado, em 2006 continua a ser o segundo. Com 71.484 unidades vendidas este segmento representa 37% do mercado. Relativamente a 2006, o volume de vendas deste segmento baixou 4%. Neste segmento o modelo mais vendido no ano em análise foi o Renault Clio com 9.981 unidades logo seguido do Opel Corsa com 5.655 unidades. Estes dois modelos possuem uma quota de mercado no segmento, respectivamente, de 14% e 8%. O terceiro modelo mais vendido é o Seat Ibiza, com 5.380 unidades, tendo uma quota de mercado no segmento de 7,5%. Em quarto o VW Polo com 7% de quota e 5.061 unidades vendidas.

O **segmento Médio-Inferior (C)**, é o mais importante, sendo responsável por 37% das vendas no mercado de automóveis ligeiros de passageiros, este valor traduziu em 2006 a venda de 72.309 unidades contra as 82.619 unidades vendidas em 2005. De referir que o peso relativo deste segmento em relação ao mercado total, baixou 3%. O Opel Astra, que como já referimos anteriormente é o modelo mais vendido em Portugal, e lidera este segmento com uma quota de 16% (11.306 unidades vendidas). O Renault Mégane, ocupa a segunda posição, com 10.312 unidades vendidas e uma quota de 14%. O Ford Focus representa 9% do

segmento com 6.439 unidades vendidas. O Peugeot 307 com uma quota de 8,5% vendeu 6.132 unidades. De referir que estes quatro modelos representam quase metade das vendas no segmento (47%).



O **segmento Médio-Superior (D)**, baixou ligeiramente o seu peso no mercado total, 15,4% em 2006 contra 15,9% em 2005, totalizando 29.926 unidades vendidas. Em relação a 2005 foram vendidas menos 2.929 viaturas. Este segmento é agora comandado pelo VW Passat com 3.954 unidades vendidas. O segundo modelo mais vendido é o BMW série 3, com 3.420 unidades vendidas, seguido do Peugeot 407, com 2.751 unidades.

O **segmento Superior (E)**, cresce 17% em 2006. Neste ano foram vendidas 5.744 viaturas contra 4.894 em 2005, representando este segmento 3% do mercado. Este segmento é liderado pelo BMW série 5 com 2.594 unidades vendidas, de referir que as vendas deste modelo cresceram 46% representando este modelo 45% das vendas do segmento. O Mercedes Classe E registou 1.210 viaturas vendidas e o Audi A6 vendeu 1.054 automóveis. Estes 3 modelos dominam por completo o segmento com uma quota conjunta de 85%.

O **segmento Luxo (F)** com apenas 1.317 unidades vendidas, este segmento manteve o seu reduzido peso de 0,7% do mercado total. Isto apesar das vendas terem crescido 63%. Na liderança destacada continua o Mercedes-Benz CLS com 494 unidades vendidas e 38% de quota no segmento. Os restantes modelos, à excepção do Mercedes-Benz classe S, registaram vendas inferiores a 100 unidades. De referir que a Mercedes-Benz domina este segmento com uma quota conjunta de 66%.

Quanto ao segmento de viaturas **Todo-o-terreno (G)**, este representa 2,2% do mercado com 4.346 unidades vendidas em 2006. As vendas neste segmento, praticamente estagnaram em relação a 2005. O modelo mais vendido continua a ser o BMW X3 com 759 unidades vendidas seguido longe pelo Mercedes-Benz ML, com 466 unidades, pelo Suzuki G.Vitara com 443 unidades e pelo Land Rover com 392 unidades vendidas.

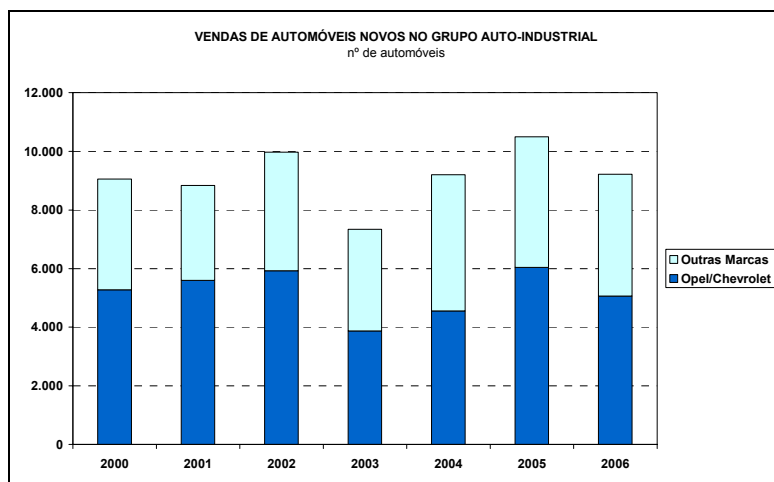
## ACTIVIDADE COMERCIAL

### AUTOMÓVEIS NOVOS

Em 2006 as operações de retalho automóvel do Grupo Auto-Industrial venderam 9.220 automóveis ligeiros novos, um decréscimo significativo de 12% em relação às 10.494 unidades comercializadas no ano anterior. Globalmente o desempenho comercial foi fraco, atendendo a que a quebra nas vendas foi superior à quebra do mercado. Em parte a explicação reside na queda das vendas da principal marca do Grupo, a Opel. A marca Opel e Chevrolet representa 55% das vendas do Grupo, tendo registado uma quebra de 16% em relação a 2005. De referir que, mesmo assim, essa redução foi um pouco superior à que a Opel/Chevrolet registou no mercado, e que foi de -13%. Este decréscimo das vendas de automóveis novos traduziu-se naturalmente na redução da quota de mercado para 3,6%, valor inferior aos 3,8% de 2005, mas superior aos 3,4% de 2004 e aos 2,8% de 2003.

As operações **Opel** do Grupo, a Auto-Industrial S.A., a Auto-Industrial Porto L.da. e a Central Parque S.A., registaram vendas de 5.060 viaturas, uma diminuição face às 6.042 unidades vendidas em 2005. As vendas de todas as operações Opel do Grupo Auto-Industrial decresceram, sendo de referir pela negativa as quebras da Auto-Industrial em Coimbra (-36%), em Leiria (-29%) e no Porto (-20%). As restantes operações apesar

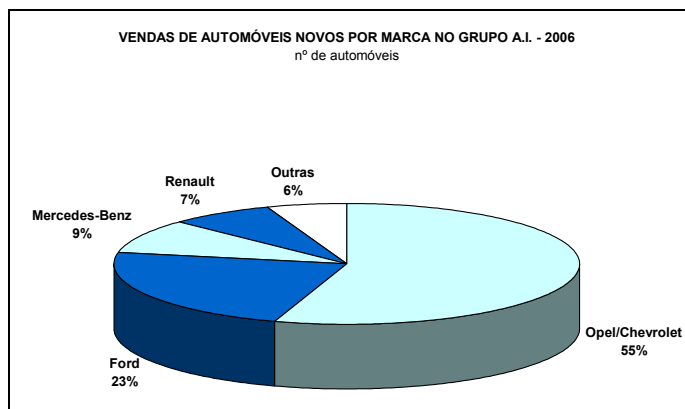
de tudo tiveram quebras abaixo do que a Opel registou no mercado. Realce para a maior operação Opel do Grupo, a Auto-Industrial de Lisboa que conseguiu que as vendas, apesar da quebra no mercado, permanecessem praticamente inalteradas em relação a 2005. Em parte a justificação para o desempenho negativo da Opel reside no facto de um dos principais produtos, o Opel Corsa, ter sido apenas renovado no final de 2006. Apesar de tudo o peso do Grupo Auto-Industrial nas vendas da Opel em Portugal não sofreu uma alteração significativa, tendo passado de 16,8% para 16,2%. De referir que nas vendas da Opel, tanto do Grupo A.I. como do Importador, estão incluídas as vendas e automóveis da marca **Chevrolet**.



A operação **Ford** do Grupo, a C.A.M. S.A., teve um desempenho positivo em 2006, com a venda de 2.138 viaturas novas contra as 2.107 unidades vendidas em 2005, ou seja, um acréscimo de 1,5%. Este crescimento foi superior ao do mercado total, e superior aos 0,1% de crescimento nas vendas do importador, a Ford Lusitana. Analisando individualmente as operações da C.A.M., verificamos que a operação do Porto/Leça teve em 2006 uma redução de 1,7% nas vendas e a operação de Lisboa/Cascais um aumento de 5,1%. Em 2005 o peso das vendas da C.A.M. nas vendas da Ford passou de 10,7% para 11,3%.

As operações **Mercedes-Benz** e **Smart** do Grupo, a Mercentro S.A. e a Sodicentro L.da., venderam, em 2006, 839 unidades, um decréscimo de 13,6% relativamente ao ano anterior. Essa redução deve-se em parte significativa à prestação menos boa, em termos de vendas, de alguns modelos associada a uma postura mais agressiva da concorrência neste segmento. Geograficamente a repartição de vendas dos concessionários do Grupo foi feita do seguinte modo: 44% em Leiria, 29% em Aveiro e 26% em Coimbra. O peso das vendas dos concessionários Mercedes-Benz do Grupo nas vendas totais da Mercedes em Portugal passou de 7,1% para 6,6%.

A operação **Renault** do Grupo, a Gilauto S.A., vendeu 667 viaturas, menos 7% que as 720 do ano anterior. Esta quebra nas vendas da Gilauto foi inferior à quebra de 10% nas vendas totais da Renault em Portugal. Deste modo o peso da Gilauto nas vendas da Renault passou de 1,8% para 1,9%.



A Garagem de Santa Cruz L.da, operação **Citroën** do Grupo em Coimbra, diminuiu as vendas em 28%, tendo vendido 294 unidades; de referir que em 2005 se tinham vendido 408 viaturas. As vendas globais da

marca apresentaram uma tendência semelhante, tendo baixado 13%, pelo que a Garagem de Santa Cruz em 2006 diminuiu a sua quota nas vendas da Citroën de 1,7% para 1,4%.

A União Eborense L.da, concessão **Fiat, Lancia e Alfa Romeo** em Évora, também apresentou um desempenho comercial negativo, 175 unidades vendidas em 2006 contra as 190 em 2005, um decréscimo de 8%. De registar que as vendas do Grupo Fiat em Portugal subiram 12%. Deste modo não surpreende que o peso desta concessão nas vendas da Fiat tenha passado de 1,8% para 1,5%.

A EUA L.da, concessão **Chrysler, Jeep e Dodge** em Braga, vendeu 47 viaturas em 2006, menos 9 automóveis que no ano anterior. A redução nas vendas da EUA foi de 16%. A performance do importador, a Chrysler Portugal, foi bastante positivo tendo as respectivas vendas a nível nacional subido 29%. Esse aumento deve-se em grande parte ao início da comercialização da marca Dodge. Deste modo a EUA reduziu o seu peso nas vendas do importador de 11,6% para 7,6%.

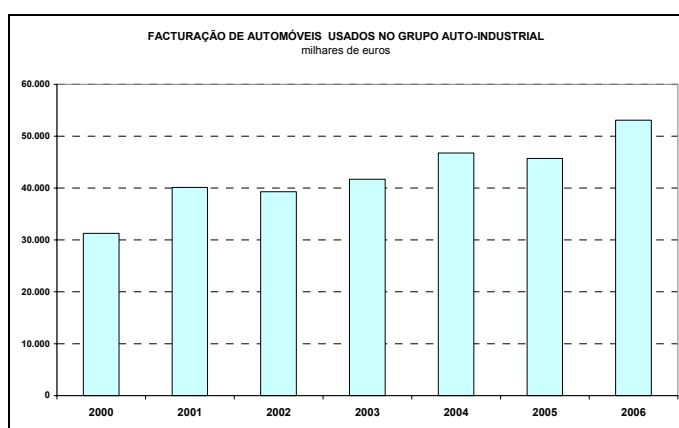
## AUTOMÓVEIS USADOS

O mercado nacional dos automóveis usados recuperou ligeiramente em relação ao ano de 2005, no período de que dispomos de dados estatísticos, seguindo a evolução mais favorável da economia portuguesa no ano em análise.

### MERCADO NACIONAL DE USADOS- VLP

	JAN/OUT 05	JAN/OUT 06	Varição %
Renault	55007	56959	3.6
Opel	50339	49039	-2.6
VW	48159	49828	3.5
Fiat	39219	36694	-6.4
Ford	30606	30153	-1.5
MB	24659	28185	14.3
MTM	448390	460455	2.7

Pelos quadro anterior pode-se constatar que a variação homóloga das transacções de usados nos primeiros 10 meses de 2006 traduziu-se num crescimento (2.7 %) .



Em relação ao Grupo Auto – Industrial, a facturação de automóveis usados aumentou € 7,45 milhões em relação a 2005, ou seja um acréscimo de 16,3%.

O crescimento na Auto - Industrial foi de € 5,85 milhões o que corresponde a um aumento de 19,9 %, devido a um melhor desempenho nas vendas de unidades nos vários canais de comercialização: unidades retalho +7,9%; unidades comércio +14,6%; unidades totais +11,9%.

Análise de Vendas Automóveis Usados (Auto-Industrial)				
	2005	2006	variação	
Retalho	1.317	1.421	104	7,9%
Comércio	1.962	2.248	286	14,6%
Total	3.279	3.669	390	11,9%

No Grupo, a comparação em relação às unidades é apresentada no quadro seguinte:

Análise de Vendas Automóveis Usados (Grupo Auto-Industrial)				
	2005	2006	variação	
Retalho	2.454	2.569	115	4,7%
Comércio	3.027	3.408	381	12,6%
Total	5.481	5.977	496	9,0%

Durante o ano de 2006, desenvolveu-se a avaliação centralizada de automóveis usados, completando as equipas e estendendo a toda a zona centro e sul o sistema.

Os resultados foram os esperados e no decorrer de 2007, será evoluído o sistema actual para um mais eficiente do ponto de vista de custos, melhorando assim a rentabilidade do negócio das operações de retalho automóvel, bem como o sector de automóveis usados do Grupo.

Realizaram-se quatro Feiras de automóveis usados:

- Hiper Feira da Marinha Grande : Abril 2006
- Hiper Feira do Estoril : Julho 2006
- Mega Feira do Porto : Setembro 2006
- Hiper Feira de Évora : Outubro 2006.

Foram acontecimentos onde obtivemos excelentes resultados, tendo sido comercializados 328 unidades e realizado 207 contratos de financiamento com o Banco Mais.

Os modelos de hiper e mega feira foram assim rodados, permitindo-nos encarar este tipo de realizações com a certeza de que dispomos do saber, para que de futuro continuem a ser grandes sucessos.

## ACTIVIDADE DE RENT-A-CAR

Em 2006 o Rent-a-Car do Grupo teve uma redução da facturação para € 1952105, o que representa menos 26 % do que em 2005.

Da actividade, destacamos os seguintes indicadores:

Descrição	2004	2005	2006	Varição 05 vs. 04	Varição 06 vs. 05
Contratos	12782	14681	13046	+14,9%	- 11,1%
Dias de Aluguer	123025	103770	91688	-15,6%	-11,6%
Receita diária	22,49 €	25,55 €	22,60 €	+13,6%	-11,6%
Duração média Contrato	12,8 dias	7,1 dias	7,0 dias	-44,8%	-1,4%
Receita média Contrato	216,44 €	180,60 €	149,63 €	-16,6%	-17,1%
Taxa de Ocupação	70,4%	56,6%	62,1%	-13,8%	+ 5,5%

A frota total em 31/12/2006 ascendia a 423 viaturas, tendo a frota média ao longo do ano sido de 416 viaturas, que compara com 509 unidades em 2005, redução necessária para melhorar a taxa de ocupação da frota.

A frota, continua a ser constituída principalmente por viaturas de marcas distribuídas pelo Grupo o que gera sinergias do ponto de vista comercial e de exploração.

A colocação das viaturas no final do período de utilização, continua a ser uma boa fonte de abastecimento das operações de retalho de viaturas usadas do Grupo.

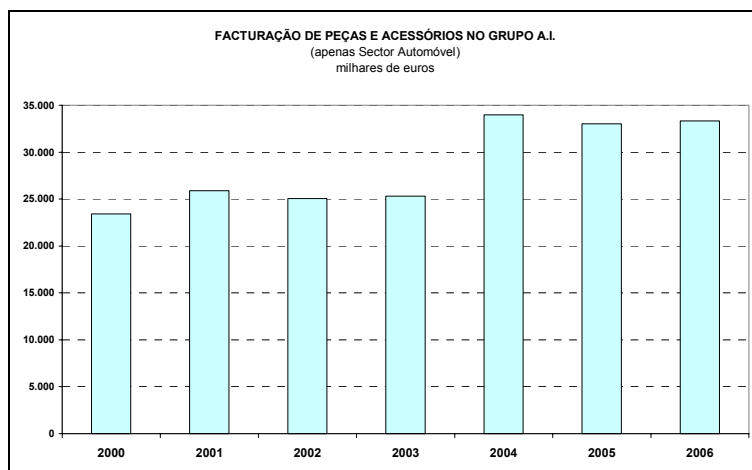
## PEÇAS E ACESSÓRIOS

Em 2006 a facturação de peças e acessórios foi de 37,1 milhões de euros representando um aumento de 2% em relação a 2005.

Os preços médios tiveram em geral reduções, devido às pressões resultantes da situação dos mercados de veículos, pelo que o aumento “real” das vendas, foi mais elevado do que os 2% de variação nominal acima indicada.

As margens unitárias médias sofreram reduções, por efeito do antes referido e também pelas alterações em sentido restritivo, das políticas de bonificação de volumes por parte da generalidade dos fornecedores.

No sector de material e equipamento agrícola, a facturação foi de 2,6 milhões, um aumento de 14,5%, devida à recuperação na taxa de utilização das máquinas agrícolas, por terem sido muito mais favoráveis as condições climáticas da campanha.



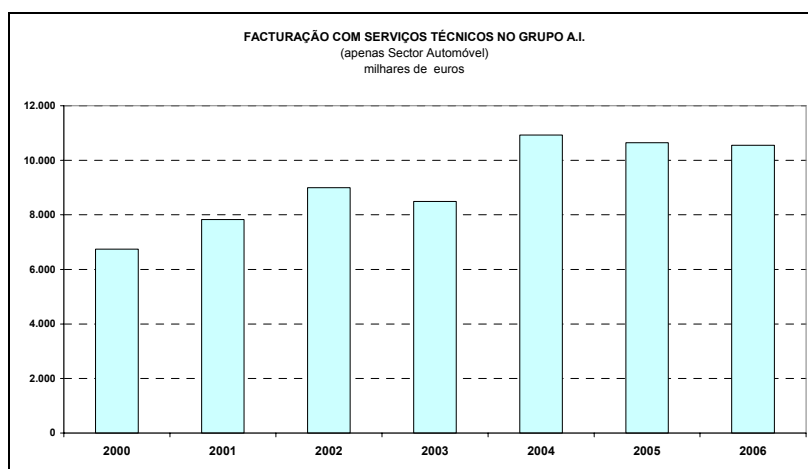
A rotação de existências aumentou para 4,9 rotações por ano, o que compara com 4,4 rotações por ano em 2005, ou seja uma melhoria de 11,4% o que indica um bom desempenho na gestão de existências de peças e acessórios do Grupo.

Na Auto-Industrial, verificou-se um aumento de 2,45 milhões de euros, com as vendas a atingirem 15,4 milhões de Euros, ou seja um aumento de 19%.

Esta variação resulta do funcionamento pleno da operação de peças, AI/Peças- Norte, distribuidora de peças das diferentes marcas representadas pelo Grupo.

## SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A continuação dos acordos com os nossos maiores clientes, Gestoras de Frotas e Seguradoras, permitiu atingir no Grupo uma facturação de serviços de 10,55 milhões de Euros o que corresponde a uma diminuição de 1 %, limitando as perdas de facturação deste sector de actividade, verificadas no mercado.



## IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

O rendimento da actividade agrícola teve um acréscimo em termos reais, de 1,2% relativamente a 2005, utilizando como deflador, a previsão do índice de preços implícito no PIB para 2006, divulgado pelo Eurostat (2,2%).

Este comportamento deve-se ao acréscimo do rendimento dos factores (+3,0%), associado a um decréscimo de 0,5% no volume de mão de obra agrícola.

A evolução do rendimento resultou da estabilização da produção em valor (-0,3%) e de uma redução nominal nos consumos intermédios, que deram origem a um aumento de +2,7% no VAB a preços base.

O mercado de tractores atingiu 5415 unidades, a que corresponde em termos de matrículas uma redução de 13,3%, com -7,9% no segmento dos convencionais a que corresponderam 3924 unidades e -23,3% no segmento dos compactos, tendo atingido 1491 unidades.

Como nota indica-se que se verificou uma redução do mercado total de 39,4% entre 2003 e 2006.

Os Tractores Kubota distribuídos por Tractores Ibéricos, tiveram um comportamento muito positivo, alcançando 581 unidades a que correspondeu uma quota de mercado de 10,7%, 2% acima da quota alcançada em 2005 (8,7%).

A Fendt desceu 29,6%, para 50 unidades a que correspondem 1% de quota de mercado, e a Claas, baixou 34,8% em termos de matrículas, atingindo as 75 unidades a que correspondeu uma quota de mercado de 1,4%.

Refere-se que as marcas Fendt e Claas, só possuem tractores competitivos acima de 90-100 cv e portanto o mercado onde operam, representa 8 a 10% do mercado total, ou seja entre 430 e 540 unidades/ano.

No total o Grupo, atingiu no mercado de tractores 706 unidades, correspondentes a uma quota de mercado de 13%, o que representa um aumento de 1,4%.

O mercado total de Ceifeiras debulhadoras baixou para as 4 unidades, ou seja uma redução de 33%, resultante do novo regime de pagamento único (RPU) e da suspensão do programa AGRO (III QCA- quadro comunitário de apoio), o que mantém a situação já verificada no ano de 2005, os agricultores não tomam decisões quanto a investimentos, mesmo de substituição.

As vendas de ceifeiras CLAAS, foram 1 unidade que corresponde a uma quota de mercado de 25%, representando uma redução de 8% em relação à campanha anterior.

As vendas de Ensiladoras auto-motrizas atingiram em 2006 as 3 unidades, tendo as vendas de unidades Claas, sido de 1 unidade equivalentes a uma quota de mercado de 33%.

Quanto ao sector de equipamentos agrícolas, em que o Grupo distribui em diferentes operações as prestigiadas marcas: KUHN; LEMKEN; KVERNELAND; AMAZONE, STARA-SFIL, JOSKIN e McHale, o comportamento continuou a ser muito positivo e melhor do que o estimado para o mercado em geral.

Há que referir no sector de tratamento de espaços verdes, a Wiedenmann, que com a Kubota- jardinagem profissional, é distribuída por Tractores Ibéricos, que muito tem contribuído para o desenvolvimento deste sector de futuro, onde este conjunto se posiciona já, como um dos mais importantes.

## IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MOTORES MARÍTIMOS E INDUSTRIAIS

O ano de 2006, não foi fácil para a actividade da Motolusa, ainda devido ao reduzido crescimento da economia Portuguesa, já verificado no ano anterior, tendo-se conseguido no entanto aumentar em 9,9% a facturação, que atingiu 2,34 milhões de euros em 2006.

O sector de peças, aumentou a facturação em 8,4%, tendo atingido 1,1 milhões de euros em 2006.

No mercado de motores diesel industriais houve uma diminuição na quantidade, mas devido ao facto de se tratarem de unidades de maior potência, a facturação teve um aumento de + 49,5%.

No sector de motores marítimos comerciais mantivemos a facturação do ano anterior.

Em 2006, o sector da Náutica - barcos e motores, manteve o seu peso relativo na actividade da Motolusa, apesar de um ano muito pouco favorável a esta actividade.

Iniciámos a colaboração com a prestigiada marca Yamaha, em barcos e motores, fora e dentro de bordo e também em barcos que se tem revelado muito promissor e pensamos que se irá consolidar no ano de 2007.

A distribuição dos barcos Valiant na zona da grande Lisboa tem prosseguido com sucesso, bem como a distribuição da Marine Sur.

## ACTIVIDADE DE CRÉDITO

Mantendo a tendência de crescimento associada a um nível de desempenho elevado, as empresas participadas pela Tecnicrédito SGPS superam, na generalidade dos casos, o comportamento das economias dos países onde operam que apresentam um crescimento positivo mas moderado.

O ano de 2006 destacou-se pela conclusão das novas instalações da Sede do Banco Mais, localizadas na Avenida 24 de Julho, em Lisboa. O novo espaço está localizado numa área em franca requalificação urbanística, sendo bastante amplo e funcional transmitindo desta forma uma favorável imagem externa da instituição. Por outro lado, no seguimento da estratégia de crescimento internacional a Tecnicrédito Hungria recebeu a autorização formal do Banco Nacional da Hungria e da PSZAF para proceder à sua transformação em Banco e no último trimestre do ano foi alterada a denominação social da sociedade para Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság.

A Tecnicrédito SGPS apresentou em 2006 resultados consolidados na ordem dos 33,3 milhões de euros, o que traduz um crescimento de 5% em relação ao ano de 2005. Este desempenho positivo deve-se basicamente ao crescimento da actividade e à boa evolução do nível do risco de crédito. Para este resultado consolidado contribuíram decisivamente as operações de Portugal e Hungria.

No seu conjunto, as empresas do Grupo receberam 88.538 solicitações de financiamento, das quais 47.052 se concretizaram em novos contratos (53% das propostas foram concretizadas), o que correspondeu a um crédito concedido de 375 milhões de euros. Face ao ano de 2005, o número global de contratos e o crédito concedido apresentaram um crescimento de 13,9% e 13,5%, respectivamente.

No que se refere à actividade desenvolvida no estrangeiro o Grupo continuou a crescer sustentadamente, concedendo 109,1 milhões de euros de crédito face aos 101,4 milhões de 2005. Na Hungria o crescimento dos negócios realizados foi de 3,31% tendo sido celebrados 12.288 novos contratos, que comparativamente ao ano anterior, representaram um crescimento mais moderado. A Sucursal do Banco Mais em Espanha celebrou 6.411 novos contratos, um crescimento de 7,23% face a 2005. Na Sucursal da Eslováquia, que materializou o seu primeiro ano completo de actividade, foram produzidos 723 novos contratos associados a um montante de crédito total de 2,6 milhões de euros.

O ano de 2006 terminou com a Tecnicrédito a gerir uma carteira de crédito líquida de 857 milhões de euros. A imparidade para riscos de crédito atingiu na sua totalidade os 70,2 milhões de euros que face ao total de crédito em mora, traduz-se num rácio de cobertura de 96,5%.

Em Portugal no seguimento da estratégia de diversificação de negócio e diferenciação, iniciou-se a colocação regular de cartões de crédito, tendo sido activados 6.277 cartões. A evolução dos produtos de Crédito Lar e Saúde tem sido gradual contudo bastante positiva, registando um aumento de cerca de 41% no número de contratos face a 2005. Por outro lado, o produto Máquinas Agrícolas com o apoio da divisão agrícola da Auto Industrial, quase que triplicou o desempenho obtido em 2005, obtendo um crescimento de 228% no total de novos contratos e de 245% no volume crédito concedido. Por forma a garantir o desenvolvimento da relação entre o Banco Mais e os seus parceiros de negócio, foi lançado no primeiro semestre de 2006 o produto Crédito Stock. No final do ano foram celebrados 216 acordos que permitiram o financiamento de 1.625 viaturas originando 16,1 milhões de euros de valor financiado.

A cuidada política de concessão de financiamento foi mantida com o apoio de diversas ferramentas de análise de crédito, das quais se destacam a base de dados do Banco de Portugal e o sistema interno de análise e controlo de risco: o scoring. Em Portugal, no Crédito Automóvel o total de propostas recebidas em 2006 atingiu as 49.980 unidades, o que se traduz num incremento de 4,6% em relação a 2005. A postura de prudência reflecte-se no facto de o nível de concretização das propostas se ter situado na ordem dos 55%. Do total de propostas recebidas, cerca de 28% trataram-se de recusas directas, sendo que as restantes propostas não se concretizaram por impossibilidade ou desinteresse do cliente em apresentar garantias adicionais.

Como resposta às necessidades decorrentes do crescimento da actividade, o ano de 2006 foi um período de grandes transformações tecnológicas para o Banco Mais, materializado com a entrada em funcionamento do novo Datacenter fornecido pela IBM.

Relativamente aos Recursos Humanos, o Grupo apresentou um aumento de aproximadamente 13% no número total de colaboradores, passando de 410 no final de 2005, para 463 no período homólogo de 2006. Este aumento deve-se essencialmente ao crescimento das equipas internacionais.

As previsões para 2007 apontam para um crescimento sustentado da actividade internacional da Tecnicrédito, crescimento esse que se caracterizará pelo fortalecimento nos países onde actualmente se encontra, destacando-se o início da operação na Polónia onde se fará uma gradual adaptação ao mercado.

A nível nacional e no que se refere ao Crédito Automóvel, o Banco Mais irá manter a forte presença no mercado onde tradicionalmente opera, sem prejuízo da sua estratégia de diversificação de produtos. No crédito ao consumo a aposta será na diversificação da oferta de produtos e também na exploração de novos perfis de clientes.

## **SITUAÇÃO FINANCEIRA**

### **RENDIMENTOS E GANHOS**

O total dos Rendimentos e Ganhos do Grupo passaram de 432 milhões de euros, em 2005, para 429 milhões, uma diminuição sem grande relevância.

Verificou-se uma quebra significativa na venda de viaturas novas, com menos 12% em número de unidades vendidas e menos 10% no total da facturação. Esta quebra nas unidades é superior à quebra do mercado, mas é de salientar que as quotas dentro de cada marca que o grupo representa não tiveram quebra expressiva, verificando-se mesmo subidas na Ford e na Renault, como se assinala noutra parte deste relatório.

Em parte esta diminuição foi compensada pelo aumento nas vendas de viaturas usadas cuja facturação subiu 7.5 milhões de euros, mais 16% que no ano anterior.

Tanto as vendas de Maquinas Agrícolas como os alugueres do Rent-a-Car diminuíram respectivamente 8% e 19%.

Não houve variação assinalável tanto nas vendas de Peças como na de Mão de Obra nas Oficinas.

O grande aumento de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais, mais 11 milhões do que no exercício anterior, resulta fundamentalmente de diferenças cambiais na conversão dos contratos de crédito em moeda estrangeira contabilizadas no Bank Plus (Hungria).

A diminuição expressiva dos Ajustamentos Positivos e Mais Valias de instrumentos financeiros derivados, cerca de 10 milhões de euros quando comparados com 2005, respeitam a menores ganhos resultantes da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados detidos para negociação.

O volume total de vendas da Auto-Industrial decresceu de 2005 para 2006 em cerca de três milhões de euros. A diminuição de vendas de viaturas novas (menos 670 unidades) foi a responsável por esta quebra, sendo que ela se verificou principalmente no canal de Rent-a-Car (-342 unidades) e no canal das Gestoras de Frota (-302 unidades), pois no canal Particulares e Empresas as vendas tiveram pequena variação, sem qualquer relevância.

Nas vendas de viaturas usadas houve um incremento na facturação de mais de 6 milhões de euros, mais cerca de 400 unidades vendidas. 29% das vendas totais são agora vendas de viaturas usadas, quando no ano de 2005 só contribuíram para 23% dessas vendas. A centralização das avaliações, com a consequente passagem de muitas retomas pela Auto-Usados, justifica apenas uma parte deste aumento. Contudo foram o aumento de mais de 100 vendas de unidades usadas a particulares e o aumento de mais quase 200 a comércio que permitiram aquele aumento expressivo na facturação.

Também se verificou diminuição apreciável nas vendas de material agrícola.

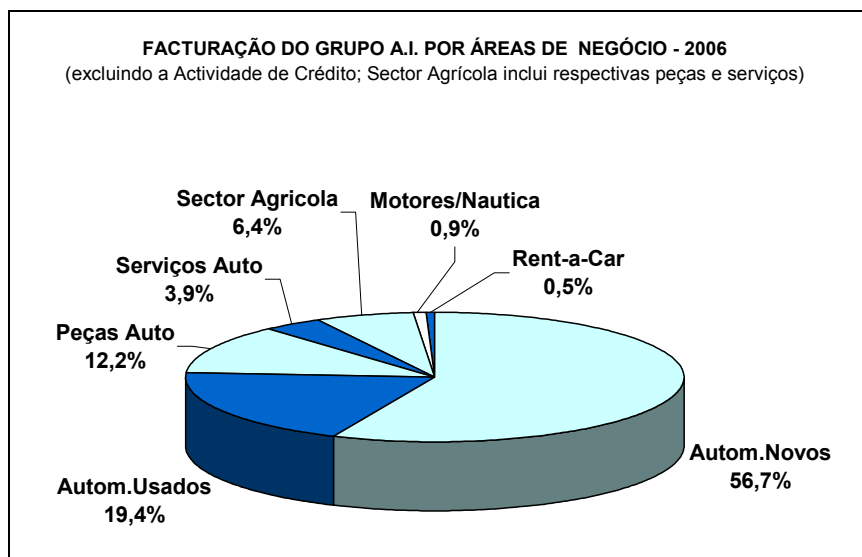
Na venda de Peças o aumento de 19% na facturação, mais cerca de 2,5 milhões de euros, resulta em parte da centralização de vendas na secção de peças da Auto-Industrial de peças de outras marcas, donde resulta uma maior sinergia e uma consequente diminuição dos custos de distribuição. Como atrás se assinalou as vendas de peças no Grupo não tiveram variação digna de registo.

Na prestação de serviços a ligeira diminuição de facturação resulta de dois factores de sinal contrário: a um aumento na venda de mão de obra nas oficinas sobrepôs-se uma mais significativa diminuição de alugueres na rent-a-car.

Assim o mix de vendas da Auto-Industrial teve alterações significativas, e para além do aumento do peso das vendas de usados atrás referido, destacamos também o aumento do peso da venda de peças, que passa a representar 13% do total das vendas, contra os 10% de 2005, e ainda a significativa perda de importância da venda de unidades novas, que de 60% do total das vendas em 2005 passa para 53% em 2006.

Contudo a margem bruta total baixou de 12,1% para 11,9%, o que contribuiu, conjugada com a diminuição das vendas, para uma diminuição do Lucro Bruto das Vendas em cerca 585 mil euros.

Esta diminuição percentual da margem bruta é consequência da diminuição da facturação da rent-a-car.



## DESPESAS OPERACIONAIS

Nas contas consolidadas do Grupo verifica-se um aumento de 1,1 milhões de euros nos custos dos Materiais e Serviços Consumidos. Esse aumento de custos que se verifica nas sociedades que consolidam na Tecnicrédito SGPS, passando de 13,6 milhões para 15,9 milhões, é consequência não só do aumento da actividade como também da dispersão, nomeadamente na Eslováquia e na Polónia.

Destaca-se também o aumento dos Outros Gastos e Perdas Operacionais, mais 18 milhões de euros do que em 2005, e que, tal como referimos em relação aos Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais, aqui resulta de diferenças cambiais negativas.

Comentário idêntico em relação à rubrica Ajustamentos Negativos e Menos Valias em Instrumentos Financeiros, comparando agora com o que se deixou escrito quando falámos do Ajustamentos Positivos.

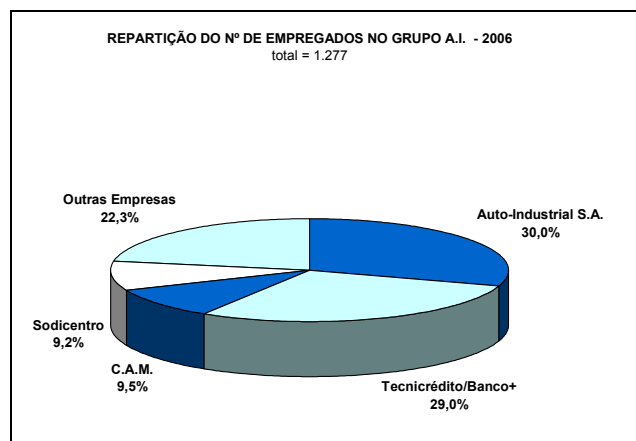
Nas contas simples da Auto-Industrial as despesas operacionais foram inferiores ao ano anterior em cerca de 550 mil euros, com relevância para os Fornecimentos e Serviços Externos (-255 mil euros) e Amortizações (-370 mil euros).

Apenas as Despesas com Pessoal tiveram um aumento de cerca de 125 mil euros, consequência ainda de alguma reestruturação, com a passagem de alguns trabalhadores dos quadros de pessoal das associadas para o quadro de pessoal da Auto-Industrial

Foi um exercício onde se continuou a dar grande enfoque na contenção das despesas, e onde os resultados se tornam mais visíveis na consolidação das contas de todas as operações não financeiras do Grupo. Neste mesmo perímetro de consolidação os custos de pessoal diminuem de 2005 para 2006 em mais de 450 mil euros, e os serviços e fornecimentos externos e as amortizações mais de 400 mil cada no mesmo período.

## PESSOAL

Os custos com pessoal ascenderam no Grupo Auto-Industrial a 27.096.525€ um aumento de 2,6% relativamente aos 26.414.626€ do ano anterior. O número total de empregados no final de 2006 era de 1.277, um decréscimo de 22 pessoas em relação a 2005. Esta diminuição no número de funcionários deve-se essencialmente ao esforço de racionalização dos custos em geral nas operações automóveis do Grupo. Esse processo teve especial impacto na área dos recursos humanos, tendo-se procedido em diversas empresas ao reajustamento e optimização do respectivo quadro de pessoal. Durante o ano de 2006 o nº médio de empregados foi de 1.291, um valor ligeiramente abaixo dos 1.295 registados no ano anterior. O número total de empregados no Grupo reparte-se do seguinte modo: 30% pertencem à Auto-Industrial S.A., 29% à sub-holding Tecnicrédito, 9,5% à C.A.M. S.A., 9,2% à Sodicientro L.da. e os restantes 22,3% repartem-se pelas outras empresas do Grupo. De referir que na sub-holding Tecnicrédito/Banco Mais, 38% dos funcionários trabalham fora de Portugal, 86 funcionários na Hungria, 44 em Espanha, 9 na Eslováquia e 3 na Polónia. Continuando a caracterização do Grupo em termos de recursos humanos, é interessante referir que em termos de actividade (não considerando o universo da Tecnicrédito/Banco Mais), 48% dos funcionários estão ligados às oficinas/assistência técnica, 23% trabalham na área comercial, 14% na área de peças e os restantes 15% estão ligados a funções administrativas.



Considerando apenas a Auto-Industrial S.A., os custos com pessoal foram de 8.396.482 € um aumento de 1,5% face aos 8.275.009€ registados em 2005. O número de colaboradores no final do ano foi de 379, um acréscimo de 5 funcionários em relação a 2005. Este aumento deveu-se essencialmente ao reforço das estruturas centrais, nomeadamente as ligadas ao CRM e ao negócio de automóveis usados. O número médio de empregados ao longo de 2006 foi 377, precisamente o mesmo número registado no ano anterior. Caracterizando sumariamente a estrutura de recursos humanos da Auto-Industrial, em termos de funções, 41% estão ligados à área de assistência técnica, 21% às vendas, 22% à área administrativa e 16% às peças. De referir que estes administrativos incluem os “back-office” que prestam diversos serviços a outras empresas do Grupo, nomeadamente a contabilidade. Quanto a níveis de escolaridade, 63% possui a escolaridade básica, 26% o ensino secundário e 11% o ensino superior. Continua a haver uma predominância dos funcionários de sexo masculino, 80% do total. Em termos de idade, a idade média dos empregados da Auto-Industrial é 42 anos, sendo a antiguidade média na empresa 13 anos.

## **AMORTIZAÇÕES, PERDAS POR IMPARIDADE DE ACTIVOS E AUMENTOS E DIMINUIÇÕES DE PROVISÕES**

Nas contas consolidadas do Grupo as dotações para Amortizações mantêm-se sem grande alteração, acima dos 6,5 milhões de euros, com um aumento de cerca de 300 mil euros nas empresas que consolidam na Tecnigrédito SGPS e uma diminuição de cerca de 480 mil nas restantes.

Grupo continuou a utilizar as taxas máximas admitidas pela Lei Fiscal para serem aceites como custos.

A rubrica Perdas por Imparidade de Activos engloba, entre outras, a rubrica que em POC se designava Ajustamentos de Provisões e cobre essencialmente riscos de cobrança de dívidas de clientes. Neste exercício não houve variações, em relação ao exercício anterior, que mereçam destaque e dos 11 milhões contabilizados 10 milhões e 900 mil euros têm origem nas sociedades que consolidam na Tecnigrédito SGPS.

A verba de -2,8 milhões de euros nas contas Aumentos e Diminuições de Provisões é gerada na sua totalidade nas contas das sociedades atrás referidas e cobrem outros riscos e encargos.

Na apresentação do Balanço, no Activo, as imparidades estão já deduzidas nas rubricas de Inventários e Clientes.

Nas contas simples da Auto-Industrial as amortizações desceram de um exercício para o outro 16%, menos 369 mil euros, e eram no final do exercício de 15 milhões de euros. Foram, como sempre também, calculadas utilizando as taxas máximas permitidas pelo Fisco.

As provisões foram no exercício em análise reforçadas em 275 mil euros, valor igual ao de 2005, atingindo no final do exercício o valor acumulado de 3,2 milhões de euros. Foram também calculadas utilizando critérios aceites pelas leis fiscais, e parecem-nos adequadas, à luz de critérios económicos, à cobertura de eventuais riscos futuros.

## **CUSTOS FINANCEIROS**

A função financeira consolidada do Grupo AI reflecte os encargos e proveitos financeiros relativos às actividades comerciais e de prestação de serviços não financeiros, os proveitos e encargos financeiros da actividade de crédito e ainda receitas provenientes de investimentos financeiros diversos que o Grupo detém.

Em termos consolidados, os custos financeiros, excluindo os gerados pela actividade de crédito, passaram de € 3.844.060 em 2005 para € 3.764.939 em 2006, enquanto que as receitas financeiras, incluindo rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras, ascenderam a € 3.336.119, contra € 3.415.926 em 2005. Em consequência o resultado financeiro não operacional do grupo (que exclui o resultado financeiro directamente ligado à actividade de crédito) foi de - € 428.820, valor praticamente idêntico ao do ano anterior (- € 428.134)

Em termos consolidados a dívida financeira do Grupo ascendeu a € 801.878.000, contra os € 692.527.000 atingidos em 2005. Com as IAS as dívidas associadas aos programas de titularização passaram a constar no balanço consolidado do grupo. O incremento de € 109 milhões é gerado em cerca de € 103,4 milhões na Tecnicrédito SGPS e em 5,6 milhões na actividade comercial e neste caso é basicamente justificado com a aquisição da Braz Heleno S.A..

O saldo financeiro apresentado pela Auto-Industrial (contas simples) em 2006 foi positivo no montante de € 892.620 contra € 1.629.498 em 2005. Os encargos financeiros brutos passaram € 3.022.231 para € 3.139.675 (+ 3,8 %). Pelo lado das receitas estas baixaram de € 4.651.729 para € 4.032.296 (- 13%), sendo de registar os aumentos de dividendos recebidos e a redução dos rendimentos de outros títulos negociáveis e outras aplicações financeiras. O resultado financeiro corrente passa de - € 1,27 milhões para - € 1,48 milhões e o resultado financeiro de rendimento de capitais passa de € 2,9 milhões para € 2,37 milhões (- 18%).

Se considerarmos os custos financeiros brutos gerados no grupo AI, com exclusão do perímetro de consolidação da Tecnicrédito SGPS, esses custos sofreram uma redução de cerca de 2% (de € 3,85 para € 3,76 milhões).

Neste perímetro de consolidação (com exclusão da Tcc SGPS) a taxa média dos fundos utilizados terá subido cerca de 0,78 % de 2005 para 2006 .

A Auto-Industrial manteve a orientação no sentido de cobrir o risco de variação das taxas de juro mediante o recurso a instrumentos financeiros derivados. No final do ano de 2006 € 41.495.192 tinham a taxa fixada mediante os adequados instrumentos contratuais, cobrindo um período até Agosto de 2009. É intenção da empresa manter a mesma política.

Os saldos de clientes, líquidos de provisões para cobranças duvidosas, passaram de € 24,6 milhões, para € 26,5 milhões em 2006 (+ 7,7%), o que terá representado um aumento do prazo médio de recebimentos.

As existências de mercadorias tiveram uma evolução de novo desfavorável do ponto de vista financeiro. Os stocks subiram de € 41,17 milhões no final de 2005 para € 44,55 milhões em finais de 2006 (8,2%). As existências Opel aumentaram com alguma expressão na parte final do ano e também se verificou um aumento com algum significado na Autousados (€ 0,76 milhões). O stock da Divisão Agrícola após reduzir no final de 2005 voltou a aumentar em € 0,8 milhões no final de 2006. Em contrapartida as existências Mercedes voltaram a ter uma redução interessante.

As dívidas a fornecedores passaram de € 25 milhões em 2005 para € 27,64 milhões em 2006 (10,4 %), o que em certa medida compenhou o aumento dos stocks.

## RESULTADOS

Os resultados consolidados do Grupo, antes de impostos, atingiram os 45,5 milhões de euros, que comparam com os 44,3 milhões do exercício anterior.

Para estes resultados o Grupo Tecnicrédito contribuiu, em 2006 e 2005 respectivamente, com 43,8 milhões e 42,7 milhões

Depois de Impostos os resultados consolidados do Grupo que em 2005 foram de 32,9 milhões de euros, foram em 2006 de 34,5 milhões, mais 4.63%.

As sociedades fora do perímetro de consolidação da Tecnicrédito e que consolidam na Auto-Industrial contribuíram para estes resultados depois de impostos com 2.452 milhares de euros, valor idêntico aos 2.469 de 2005.

Tendo em conta que os resultados simples da Auto-Industrial diminuíram em cerca de 555 mil euros, de 2005 para 2006, como a seguir se analisa, os resultados de todas as outras empresas que não consolidam na Tecnicrédito melhoraram esses 555 mil, pese embora a contabilização em 2005, nas contas da CAM, de uma mais valia extraordinária de 1,5 milhões de euros, que se não repetiu em 2006.

Para esta melhoria de quase 2 milhões de euros nos resultados correntes salientamos as duas operações Ford, com melhores resultados em 760 mil euros, as três operações Mercedes, com melhoria de cerca de 500 mil, as duas Renault, com cerca de 455 mil, a operação Fiat que, apesar de ainda apresentar resultados negativos, melhorou 235 mil, a Chrysler/Jeep também ainda com resultados correntes negativos mas melhores que em 2005 mais de 130 mil euros e as empresas ligadas ao sector agrícola e marítimo, com melhorias de resultados em cerca de 100 mil euros. Negativa foi evolução das duas operações que comercializam Opel (Auto-Industrial Porto e Central Parque) com perdas de lucros de cerca de 190 mil euros e a que comercializa Citroen com perdas de resultados a superar os 100 mil.

Nas contas simples da Auto-Industrial os resultados depois de impostos no exercício em apreciação foram de 1.777 mil euros que comparam com os 2.332 mil de 2005.

Como já atrás foi referido os resultados operacionais aumentaram de 2005 para 2006 em 120 mil euros.

Mas os resultados financeiros com uma diminuição de 736 mil euros, que resulta de uma diminuição das receitas em 620 mil euros e de um aumento das despesas de 117 mil, inverte aquela evolução.

A acrescer a isto também nos resultados extraordinários se verificou um aumento de custos e uma diminuição de proveitos, pelo que os resultados antes de impostos passam de 2.785 mil euros em 2005 para 1.952 mil em 2006.

## **MENCÕES FINAIS**

A fim de satisfazer ao disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, consigna-se não terem ocorrido factos relevantes desde 1 de Janeiro de 2007 até à data em que este relatório é redigido.

Para os trabalhadores e colaboradores das sociedade do grupo um agradecimento pelo empenho e dedicação demonstrados.

Ao Conselho Fiscal manifesta-se o reconhecimento do Conselho de Administração pela forma competente, interessada e colaborante com que tem seguido os negócios sociais.

Após constituída a provisão para impostos sobre lucros, no montante de 174.726 euros e 34 cêntimos, o exercício de 2006 encerra com um resultado líquido disponível de 1.777.574 euros e 59 cêntimos.

Para este resultado o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

Reserva Legal	100.000,00 €
Reserva Livre	959.526,33 €
Dividendo às 3.989.157 acções em circulação	718.048,26 €

Coimbra, 28 de Fevereiro de 2007

### **O Conselho de Administração**

*Tomaz Andrade Rocha* (Presidente)

*Mário Rui Veiga Figueiredo Costa*

*Manuel Cardoso Pinto Martha*

*Mário Leite Santos*

*Francisco José da Cunha Lucas*

**Demonstração dos Resultados Consolidados para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005**

Unidade: Euros

	Notas	2006	2005
Rédito das Vendas e dos Serviços Prestados	5	280.305.613	287.655.994
Proveitos (Juros) Obtidos na Actividade Financeira	6	102.650.471	99.996.640
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	7	29.454.045	17.992.276
Varição nos Inventários de Produtos Acabados e em Curso	8	-8.598	28.524
Lucros Imputados de Associadas	9	84.406	80.590
Ajustamentos Positivos e Mais Valias Instrumentos Financeiros	10	16.267.788	26.069.111
Outros Rendimentos e Ganhos Financeiros	11	359.292	511.188
<b>Total Rendimentos e Ganhos</b>		<b>429.113.017</b>	<b>432.334.324</b>
Inventários Consumidos e Vendidos	12	240.460.379	249.670.647
Custos (Juros) suportados na Actividade Financeira	13	30.914.423	29.497.813
Materiais e Serviços Consumidos	14	24.220.641	23.111.980
Custos com o Pessoal	15	27.096.525	26.414.626
Gastos de Depreciação e Amortização	16	6.531.250	6.669.661
Perdas por Imparidade de Activos e suas Reversões	17	11.163.768	11.334.795
Aumentos e Diminuições de Provisões	18	-2.794.825	-4.510.293
Outros Gastos e Perdas Operacionais	19	24.501.665	10.729.528
Ajustamentos Negativos e Menos Valias Instrumentos Financeiros	20	13.926.106	27.459.164
Juros e Outros Gastos e Perdas Financeiras	21	7.564.359	7.627.452
<b>Total Gastos e Perdas</b>		<b>383.584.292</b>	<b>388.005.374</b>
Resultado Antes de Impostos		45.528.725	44.328.950
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício	22	11.064.936	11.389.270
<b>Resultado Líquido Consolidado do Exercício</b>		<b>34.463.789</b>	<b>32.939.680</b>
Interesses Minoritários no Resultado	23	15.486.785	14.786.993
Resultado Líquido Atribuível a Accionistas		18.977.004	18.152.688
<b>Resultado Líquido Consolidado do Exercício</b>		<b>34.463.789</b>	<b>32.939.680</b>
<b>Resultado por Acção Básico</b>	24	<b>4,76</b>	<b>5,20</b>

O Anexo faz parte integrante das Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Unidade: Euros

	Notas	31-Dez-06	31-Dez-05
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo Não Corrente</b>			
Activos Fixos Tangíveis	25	49.999.624	45.539.671
Outros Activos Fixos Intangíveis	26	919.926	943.263
Investimentos Financeiros em Associadas	27	4.332.966	134.219
Clientes Actividade Financeira	28	621.533.813	535.593.088
Activos por Impostos Diferidos	29	7.283.701	4.599.801
		<b>684.070.029</b>	<b>586.810.042</b>
<b>Activo Corrente</b>			
Inventários	30	44.553.814	41.171.819
Clientes Actividade Comercial	31	26.568.757	24.630.086
Clientes Actividade Financeira	28	235.464.372	212.790.420
Outras Contas a Receber	32	17.314.616	11.365.588
Outros Activos Correntes	33	7.882.234	5.521.449
Derivados de Cobertura	34	5.355.662	881.958
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	35	104.462	97.414
Activos Financeiros Detidos para Negociação	36	4.905.729	5.599.878
Caixa e seus Equivalentes	37	66.297.537	60.571.239
Activos Detidos para Venda	38	57.555	57.555
		<b>408.504.737</b>	<b>362.687.404</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>1.092.574.766</b>	<b>949.497.446</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital Nominal	46	20.000.000	20.000.000
Ações Próprias	46	-15.797	-15.797
Reservas e Resultados Acumulados	46	75.790.274	52.633.424
Resultado Líquido Atribuível a Accionistas		18.977.004	18.152.688
<b>Total do Capital Próprio do Grupo</b>		<b>114.751.481</b>	<b>90.770.315</b>
Interesses Minoritarios	47	92.019.995	72.900.132
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>206.771.476</b>	<b>163.670.447</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	39	4.366.157	7.281.323
Empréstimos	40	624.313.688	430.252.411
Passivos por Locação Financeira	41	11.496.795	9.510.754
Passivos por Impostos Diferidos	29	9.215.323	8.215.778
		<b>649.391.964</b>	<b>455.260.265</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Empréstimos	40	162.496.001	251.263.937
Fornecedores	42	27.644.155	25.032.723
Outras Contas a Pagar	43	30.979.512	33.307.011
Passivos Financeiros Detidos para Negociação	44	3.541.499	5.553.618
Derivados de Cobertura	34		6.341.882
Passivos por Locação Financeira	41	3.573.241	1.502.090
Outros Passivos Correntes	45	8.052.280	7.439.897
Passivos relacionados com Activos Detidos para Venda	38	124.638	125.577
		<b>236.411.327</b>	<b>330.566.734</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>885.803.291</b>	<b>785.826.999</b>
<b>Total de Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>1.092.574.766</b>	<b>949.497.446</b>

O Anexo faz parte integrante do Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

**Demonstração das Alterações no Capital Próprio Consolidado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005**

Unidade: Euros

Capital Próprio atribuídos aos Accionistas Maioritários									Capital Próprio atribuído a Interesses Minoritários	Total
Capitais Próprios	Capital	Acções Próprias	Reserva Legal	Reserva de Justo Valor	Outras Reservas e Res. Acum.	Ajustamentos de Equivalência Patrimonial	Resultado Líquido do Exercício	Total		
<b>Posição em 1 de Janeiro de 2005 (POC)</b>	<b>12.500.000</b>	<b>-15.797</b>	<b>748.805</b>	<b>0</b>	<b>32.574.291</b>	<b>451.288</b>	<b>19.184.165</b>	<b>65.442.752</b>	<b>52.470.070</b>	<b>117.912.822</b>
Ajustamentos de transição para IFRS (Nota 3)				680	7.601.154	-451.288	-3.008.643	4.141.903	3.565.069	7.706.972
<b>Posição em 1 de Janeiro de 2005 (IFRS)</b>	<b>12.500.000</b>	<b>-15.797</b>	<b>748.805</b>	<b>680</b>	<b>40.175.445</b>	<b>0</b>	<b>16.175.522</b>	<b>69.584.655</b>	<b>56.035.139</b>	<b>125.619.794</b>
Aumento de Capital	7.500.000		-893.805		-6.606.195			0		0
Aplicação do Resultado Líquido de 2004					16.175.522		-16.175.522	0		0
Dividendos Distribuídos					-548.509			-548.509	-1.138.856	-1.687.365
Constituição de Reservas - Reserva Legal			344.137		-344.137			0		0
Variação da Reserva de Justo Valor				4.087.123				4.087.123	3.546.419	7.633.542
Encargos com o Aumento de Capital					-91.149			-91.149	-79.172	-170.321
Ajustamentos de Equivalência Patrimonial						-169.033		-169.033	-21.051	-190.084
Diferenças cambiais resultantes da Consolidação					-264.033			-264.033	-229.338	-493.371
Outros Aumentos e Diminuições					18.573			18.573		18.573
Resultado Líquido de exercício							18.152.688	18.152.688	14.786.993	32.939.681
<b>Posição em 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>20.000.000</b>	<b>-15.797</b>	<b>199.137</b>	<b>4.087.803</b>	<b>48.515.517</b>	<b>-169.033</b>	<b>18.152.688</b>	<b>90.770.315</b>	<b>72.900.132</b>	<b>163.670.447</b>
Aumento de Capital								0		0
Aplicação do Resultado Líquido de 2004					18.152.688		-18.152.688	0		0
Dividendos Distribuídos					-638.265			-638.265	-1.301.550	-1.939.815
Constituição de Reservas - Reserva Legal			3.251.088		-3.251.088			0		0
Variação da Reserva de Justo Valor				5.290.697				5.290.697	4.591.592	9.882.289
Encargos com o Aumento de Capital								0		0
Ajustamentos de Equivalência Patrimonial						-85.743		-85.743	-9.022	-94.766
Diferenças cambiais resultantes da Consolidação					405.317			405.317	352.057	757.374
Outros Aumentos e Diminuições					32.157			32.157		32.157
Resultado Líquido de exercício							18.977.004	18.977.004	15.486.785	34.463.789
<b>Posição em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>20.000.000</b>	<b>-15.797</b>	<b>3.450.225</b>	<b>9.378.500</b>	<b>63.216.326</b>	<b>-254.777</b>	<b>18.977.004</b>	<b>114.751.481</b>	<b>92.019.995</b>	<b>206.771.476</b>

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações do Capital Próprio Consolidado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

## Grupo Auto Industrial

### Demonstração de Fluxos de Caixa

	2006	EURO	2005
<b>Actividades Operacionais</b>			
Recebimentos de Clientes	328.806.153		311.765.902
Recebimentos de Clientes ( actividade financeira )	102.650.471		99.996.640
Pagamentos a Fornecedores	304.259.888		311.567.228
Pagamentos a Fornecedores ( actividade financeira )	46.897.967		43.044.569
Pagamentos a Pessoal	27.585.908		26.633.813
<b>Fluxo Gerado Pelas Operações</b>	<b>52.712.862</b>		<b>30.516.932</b>
Pagamentos / Recebimentos IRC	-18.011.975		-9.616.694
Fundos adiantados a clientes ( actividade financeira )	-121.790.576		-100.687.838
Venda de Crédito s/ clientes ( actividade financeira )	0		0
Outros Recebimentos / Pagamentos relativos à Actividade Operacional	4.469.621		5.068.800
<b>Fluxo das Actividades Operacionais</b>		<b>-82.620.069</b>	<b>-74.718.800</b>
<b>Actividades de Investimento</b>			
<i>Recebimentos Provenientes de :</i>			
Investimentos Financeiros	0		0
Activos tangíveis	15.701.623		11.331.114
Activos intangíveis	200.351		0
Subsídios de Investimento	0		0
Juros e Proveitos Similares	15.932.931		26.580.299
Dividendos	31.238	31.866.142	20.825
<b>Fluxo da Actividade de Investimento</b>		<b>5.737.594</b>	<b>14.969.383</b>
<i>Pagamentos Respeitantes a :</i>			
Investimentos Financeiros	4.198.747		0
Activos tangíveis	21.307.198		22.512.566
Activos intangíveis	622.603	26.128.548	450.290
<b>Fluxo da Actividade de Investimento</b>		<b>5.737.594</b>	<b>14.969.383</b>
<b>Actividades de Financiamento</b>			
<i>Recebimentos Provenientes de :</i>			
Empréstimos Obtidos	105.293.343		75.696.197
Aumento de Capital, Prestações Suplementares e Prémios de Emissão	0		0
Subsídios e Doações	0		0
Venda de Acções (quotas) Próprias	0		0
Cobertura de Prejuízos	0	105.293.343	0
<b>Fluxo da Actividade de Financiamento</b>		<b>82.608.774</b>	<b>37.434.367</b>
<i>Pagamentos Respeitantes a :</i>			
Empréstimos Obtidos	0		0
Amortização de Contratos de Locação Financeira	1.266.407		1.487.847
Juros e Custos Similares	19.478.346		35.086.616
Dividendos	1.939.815		1.687.366
Redução de Capital e Prestações Suplementares	0		0
Aquisição de Acções (quotas) Próprias	0	22.684.569	0
<b>Fluxo da Actividade de Financiamento</b>		<b>82.608.774</b>	<b>37.434.367</b>
<b>Varição de Caixa e seus Equivalentes</b>		<b>5.726.298</b>	<b>-22.315.050</b>
Efeito das Diferenças de Câmbio			
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		60.571.239	82.886.289
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		66.297.537	60.571.239

# **NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

## **1 Actividade Económica do Grupo Auto Industrial**

A Auto Industrial, SA, tem a sua sede na Avenida Navarro, em Coimbra, embora a Administração da Empresa funcione nas instalações da Avenida Fontes Pereira de Melo, em Lisboa.

A empresa foi constituída em 20 de Dezembro de 1920, tendo nessa data iniciado a sua actividade de comércio e reparação automóvel, sendo, actualmente, o Capital Social da empresa é de 20 000 000 euros. Indirectamente, através das suas subsidiárias, a Sociedade desenvolve também a sua actividade no sector financeiro, realizando operações bancárias e financeiras, de aluguer financeiro, de aluguer operacional, de mediação de seguros e investimentos financeiros. Actualmente, existem empresas do Grupo que se dedicam à actividade: (i) de comércio; (ii) de equipamento agrícola; (iii) industrial e; (iv) marítima.

A Auto-Industrial assume-se naturalmente como a empresa-mãe de um dos mais importantes grupos no sector do comércio automóvel de retalho em Portugal, ocupando um espaço definido no mercado. O potencial de crescimento da empresa ultrapassa a sua área de negócios tradicional e provavelmente acabará por se estender a outros domínios que o dinamismo e a capacidade de gestão determinarem.

As contas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005.

## **2 Políticas Contabilísticas**

### **2.1 Bases de Apresentação**

Até 31 de Dezembro de 2005, inclusive, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo AUTO INDUSTRIAL (Grupo AUTO INDUSTRIAL ou Grupo) foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo AUTO INDUSTRIAL passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) a partir do exercício de 2006. Esta situação decorre da opção prevista no nº 1 do artigo 12º do referido Decreto Lei, que estabelece que as entidades obrigadas a aplicar o Plano Oficial de

Contabilidade (POC), que não sejam abrangidas pelo disposto no artigo 11º (que estabelece a obrigatoriedade de preparação de contas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade para as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado) podem optar por elaborar as respectivas contas consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas, a partir do exercício que se inicie em 2005, desde que as suas demonstrações financeiras sejam objecto de certificação legal de contas.

Esta opção tomada pelo Grupo provém do facto da subsidiária Tecnicrédito, SGPS, estar obrigada a apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com IFRS a partir do exercício de 2006, na sequência da Carta-Circular n.º 102/2004/DSB de 23 de Dezembro de 2004 e da Carta-Circular n.º 13/2005/DSB de 28 de Fevereiro de 2005 e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal.

Nessa base, com efeito a 1 de Janeiro de 2006 estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com as IFRS, tal como adoptadas na União Europeia.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas *pelo International Accounting Standards Board*, integrando as *International Accounting Standards* (Normas Internacionais de Contabilidade), as *International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relato Financeiro) e as respectivas interpretações, emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) e pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (SIC).

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo AUTO INDUSTRIAL agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2006, e de implementação obrigatória nas contas apresentadas até àquela data.

De salientar contudo que foram recentemente emitidas e adoptadas pela União Europeia, através de Regulamentos Comunitários, algumas normas contabilísticas, interpretações e alterações às normas já existentes, mas que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de Dezembro de 2006, pelo facto de não se encontrarem em vigor ou de não ser obrigatória a sua aplicação no exercício de 2006. A saber:

- Regulamento (CE) nº 108/2006 de 11 de Janeiro de 2006

Publicação da IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações” que introduz novos requisitos destinados a melhorar a informação divulgada nas demonstrações financeiras sobre os instrumentos financeiros, substituindo a anterior

IAS 30 e alguns dos requisitos da IAS 32. Esta norma é de aplicação obrigatória a partir da data de início do exercício financeiro de 2007.

Alteração da IAS 1 com a introdução de requisitos em matéria de divulgação relativamente à estrutura de capital das entidades. Esta alteração é de aplicação obrigatória a partir da data de início do exercício financeiro de 2007.

São introduzidas emendas à IFRS 1 e às bases para conclusões da IFRS 6, a fim de clarificar a redacção da excepção prevista para as sociedades que adoptem pela primeira vez as IFRS e que decidem adoptar a IFRS 6 antes de 1 de Janeiro de 2006. Estas emendas são de aplicação obrigatória a partir da data de início do exercício financeiro de 2006.

São introduzidas emendas à IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e à IFRS 4 – “Contratos de Seguros — Contratos de Garantia Financeira” que se destinam a assegurar que os emitentes de contratos de garantia financeira incluam os passivos daí resultantes no respectivo balanço. Estas emendas são de aplicação obrigatória a partir da data de início do exercício financeiro de 2006.

A adopção da IFRS 7 tem como consequência a necessidade de introduzir emendas noutras normas internacionais de contabilidade, a fim de assegurar a coerência entre as normas internacionais de contabilidade. Por conseguinte, foram introduzidas emendas nas IFRS 1, IFRS 4, IAS 14, IAS 17, IAS 32, IAS 33 e IAS 39.

- Regulamento (CE) nº 708/2006 de 8 de Maio de 2006

Publicação da Interpretação IFRIC 7 – “Aplicação da Abordagem pela Reexpressão segundo a IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias”, que proporciona orientações sobre o modo de aplicação dos requisitos previstos na IAS 29, num período de relato em que uma entidade identifica a existência de hiperinflação na economia da sua moeda funcional e desde que essa economia não se encontrasse em situação hiperinflacionista no período anterior, o que leva a entidade a proceder a uma nova expressão das suas demonstrações financeiras de acordo com a IAS 29.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente: (i) instrumentos financeiros derivados; (ii) activos e passivos financeiros detidos para negociação; e (iii) activos financeiros disponíveis para venda. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e

grupos detidos para venda (“disposal groups”) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, em todos os exercícios foram apresentadas demonstrações financeiras consolidadas e foi apresentado um balanço de abertura das IFRS, com referência a 1 de Janeiro de 2005 preparado para efeitos da transição para IFRS.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros, sendo efectuado um arredondamento dos cêntimos ao euro mais próximo.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na Nota 2.2 às demonstrações financeiras (juízos de valor utilizados na aplicação das políticas contabilísticas).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião conjunta do Conselho de Administração com o Conselho Fiscal, em 28 de Fevereiro de 2007.

## **2.2 Juízos de Valor Utilizados na Aplicação das Políticas Contabilísticas**

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

Os juízos de valor que a administração fez na aplicação das políticas contabilísticas do Grupo AUTO INDUSTRIAL, incluindo os principais pressupostos relativos ao futuro e outras principais fontes de incerteza das estimativas, que têm efeitos significativos nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras ou que tenham riscos significativos de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o próximo ano financeiro, estão divulgados em cada um dos pontos contidos nesta nota de resumo das políticas contabilísticas.

O Grupo aplicou as políticas contabilísticas contidas nas normas ou interpretações que são específicas a cada transacção, acontecimento ou condição. Na ausência de uma norma ou interpretação específica, a administração fez juízos de valor na aplicação de políticas contabilísticas, sempre com o objectivo de que a informação daí resultante seja relevante para a tomada de decisões económicas por parte de utentes e que seja

fiável de tal modo que as presentes demonstrações financeiras: (i) representem fielmente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo; (ii) reflectam a substância económica de transacções, acontecimentos e condições e não meramente a respectiva forma legal; (iii) sejam neutras; (iv) sejam prudentes; e (v) sejam completas em todos os aspectos materiais.

### 2.3 Adopção pela Primeira Vez das IFRS

Estas são as primeiras demonstrações financeiras anuais consolidadas do Grupo preparadas de acordo com as IFRS, tendo sido cumprido o disposto na IFRS 1 para a determinação dos ajustamentos de transição aplicáveis às IFRS, com referência a 1 de Janeiro de 2005. As reconciliações entre os capitais próprios e os resultados líquidos de acordo com o POC e com as IFRS, de acordo com o definido pela IFRS 1, são apresentadas na nota 3.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas na data de transição, 1 de Janeiro de 2005, o Grupo decidiu adoptar certas regras de transição estabelecidas pela IFRS 1, nomeadamente no que se refere à aplicação retrospectiva das IFRS:

- Não foi aplicada retrospectivamente a IFRS 3 – “Concentração de Actividades Empresariais”. Assim, foi considerada na transição a quantia de *goodwill* resultante de concentrações de actividades empresariais anteriores a 1 de Janeiro de 2005.
- O Grupo decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis, com referência a 1 de Janeiro de 2005, o valor de balanço determinado em conformidade com as políticas contabilísticas anteriormente aplicadas.
- Os requisitos de desreconhecimento da IAS 39 foram aplicados prospectivamente para as operações realizadas em ou após de 1 de Janeiro de 2004.

Excepto quanto ao referido acima o Grupo aplicou retrospectivamente as restantes IFRS.

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras são evidenciadas em baixo. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente no balanço de abertura de acordo com as IFRS e nos dois períodos apresentados nas presentes demonstrações financeiras, e estão em conformidade com cada IFRS em vigor à data de relato destas primeiras demonstrações financeiras de acordo com as IFRS (31 de Dezembro de 2006), com excepção das situações especificadas anteriormente, decorrente da aplicação das isenções previstas na IFRS 1.

Os impactos dos ajustamentos de transição são apresentados na Nota 3.

## 2.4 Princípios de Consolidação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas da AUTO INDUSTRIAL são apresentadas como as de uma única entidade económica.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da AUTO INDUSTRIAL e de todas as suas subsidiárias e os resultados referentes às participações financeiras em empresas associadas atribuíveis ao Grupo.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas usando políticas contabilísticas uniformes para as transacções e para os outros acontecimentos idênticos em circunstâncias semelhantes.

As demonstrações financeiras da AUTO INDUSTRIAL, das suas subsidiárias e das suas associadas, usadas na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas, foram preparadas a partir das mesmas datas de relato.

### *(i) Concentrações de actividades empresariais*

As presentes demonstrações financeiras consolidadas incorporam os resultados de concentrações de actividades empresariais usando o método de compra, excepto indicações em contrário (ver Adopção pela primeira vez das IFRS). Os resultados das operações das adquiridas são incluídos na demonstração consolidada dos resultados a partir da data em que o controlo é obtido.

### *(ii) Goodwill*

O *goodwill* representa o excesso do custo de uma concentração de actividades empresariais sobre os interesses no justo valor de activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida. O custo inclui os justos valores, à data da troca, dos activos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos, e dos instrumentos de capital próprio emitidos, em troca do controlo sobre a adquirida, mais quaisquer custos directamente atribuíveis à concentração de actividades empresariais.

O *goodwill* é capitalizado em activos intangíveis, com qualquer imparidade debitada à demonstração dos resultados. Se o interesse do Grupo no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis exceder o custo da concentração de actividades empresariais, o excesso é reconhecido nos resultados, excepto indicações em contrário (ver nota 2.3 - Adopção pela Primeira Vez).

Após o reconhecimento inicial, o *goodwill* adquirido numa concentração de actividades empresariais é mensurado pelo custo menos qualquer perda por

imparidade acumulada. O *goodwill* é testado quanto a imparidade pelo menos anualmente.

### (iii) Subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Presume-se também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o capital próprio seja inferior a 50%.

As demonstrações financeiras da AUTO INDUSTRIAL e das suas subsidiárias foram combinadas linha a linha, adicionando itens idênticos de activos, passivos, capital próprio, rendimento e gastos. As quantias escrituradas dos investimentos da AUTO INDUSTRIAL em cada subsidiária e a respectiva parte no capital próprio de cada subsidiária foram eliminadas e foram identificados os interesses minoritários nos resultados das subsidiárias. Os interesses minoritários nos activos líquidos das subsidiárias consolidadas são identificados separadamente do capital próprio. Os saldos, transacções, rendimentos e gastos intra-grupo foram eliminados por inteiro.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Os lucros obtidos subsequentemente dessa subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2006, o Grupo de empresas subsidiárias da AUTO INDUSTRIAL, SA era constituído como segue:

Firma	Sede Social	Actividade Principal	Capital (Euros)	% do Capital Detido	% do Capital Detido
				2006	2005
Auto Industrial - Porto, Lda	Rio Tinto	Comércio e reparação automóvel	1 496 393,69	100%	100%
Auto Industrial, SGPS, SA	Lisboa	Comércio e reparação automóvel	50 000,00	100%	100%
Auto Horizonte, Lda	Estoril	Comércio e reparação automóvel	224 459,05	98,78%	98,78%

Firma	Sede Social	Actividade Principal	Capital (Euros)	% do Capital Detido	% do Capital Detido
				2006	2005
CAM – Camiões, Automóveis e Motores, SA	Porto	Comércio e reparação automóvel	3 000 000,00	100%	100%
CENTRAL PARQUE – AUTOMÓVEIS, S.A.	Lisboa	Comércio e reparação automóvel	250 000,00	93,12%	93,12%
DIGITISE - Consultadoria em Aplicações Informáticas, Lda	Lisboa	Consultoria Informática	448 918,11	100%	100%
FINIM , S.A.	Leiria	Investimentos Financeiros	50 000,00	100%	100%
FORTE - Camiões, Máquinas e Reparações, Lda	Coimbra	Comércio por Grosso de Máquinas e Equipamentos Agrícolas	5 000,00	100%	100%
E.U.A. – EMPRESA UNIVERSAL de Automóveis, Lda	Braga	Comércio e reparação automóvel	124 699,71	100%	100%
GARAGEM DE SANTA CRUZ, LDA	Coimbra	Comércio e reparação automóvel	350 000,00	100%	100%
GILAUTO - Automóveis, Máquinas e Equipamentos, SA	Lisboa	Comércio e reparação automóvel	325 000,00	100%	100%
MARGEM INVESTMENTS, INC.	Cayman Islands	Sociedade Gestora de Participações Sociais	1 662 286,33	100%	100%
Margem - Medição Seguros, Lda	Coimbra	Mediação de Seguros	6 235,00	53,52%	53,52%
MERCENTRO- Comércio de Automóveis, SA	Aveiro	Comércio e reparação automóvel	500 000,00	100%	100%
MOTOLUSA - Motores de Portugal, Lda.	Lisboa	Comércio por Grosso de Máquinas e Equipamentos Marítimos	124 699,47	100%	100%
SAGAR – Comércio de Máquinas e Reparações	Lisboa	Comércio por Grosso de Máquinas e Equipamentos Agrícolas	299 278,74	100%	100%
SAGRUP - SGPS, S.A.	Lisboa	Sociedade Gestora de Participações Sociais	1 000 000,00	78,18%	78,18%
SODICENTRO, Lda.	Coimbra	Comércio e reparação automóvel	498 797,90	100%	100%
SOLMOTOR - Veículos e Peças, S A	Alcabideche	Comércio e reparação automóvel	573 617,58	100%	100%
BANCO MAIS, SA	Lisboa	Actividade Bancária	100 000 000,00	53,52%	53,52%
TECNICRÉDITO - ALD - ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, SA	Lisboa	Aluguer de Longa Duração	1 000 000,00	53,52%	53,52%

Firma	Sede Social	Actividade Principal	Capital (Euros)	% do Capital Detido	% do Capital Detido
				2006	2005
Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság	Budapeste	Actividade Bancária	12 158 090,00	53,52%	53,52%
Tecnicrédito Cayman, Inc	Ilhas Caimão	Investimentos Financeiros	100 000,00	53,52%	53,52%
Tcc Investments, Ltd	Ilhas Caimão	Investimentos Financeiros	500 000,00	53,52%	53,52%
TRACTORES IBÉRICOS, LDA	Lisboa	Comércio por Grosso de Máquinas e Equipamentos Agrícolas	199 519,16	100%	100%
UNIÃO EBORENSE DE AUTOMÓVEIS, LDA	Évora	Comércio e reparação automóvel	99 759,58	100%	100%

Relativamente aos montantes de capital social das subsidiárias há a salientar o aumento de capital da subsidiária CAM – Camiões, Automóveis e Motores, efectuado em 2006 no valor de 2 000 000 euros, inteiramente subscrito pela AUTO INDUSTRIAL, através de conversão de créditos.

*(iv) Entidades de finalidade especial (“SPE”)*

O Grupo utiliza Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos e por motivos de liquidez.

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre o seu capital próprio.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12 - Consolidação de entidades de finalidade especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades do SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento do SPE;
- Grupo detém os poderes de tomada de decisão, conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;
- Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios do SPE estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE;

- Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse (SPE).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

*(v) Participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro*

As demonstrações financeiras das subsidiárias do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam. Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e a taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, devem ser relevadas por contrapartida de reservas consolidadas.

As diferenças cambiais resultantes das operações de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são anuladas no processo de consolidação, por contrapartida das diferenças cambiais registadas em relação aquelas participações financeiras nas reservas. Sempre que a cobertura não seja totalmente efectiva, a diferença apurada é registada por contrapartida de resultados.

Os resultados destas subsidiárias são consolidados pelo seu contravalor em Euros, à taxa de câmbio média ponderada do exercício. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, à taxa de câmbio oficial na data de balanço, são registadas em reservas.

*(vi) Associadas*

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais o Grupo tenha influência significativa e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos. Influência significativa foi considerada como sendo o

poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. Presumiu-se a existência de influência significativa quando a AUTO INDUSTRIAL detém, directa ou indirectamente, 20 % ou mais do poder de voto da investida.

Firma	Sede Social	Actividade Principal	Detentores de Capital	% do Capital Detido	% do Capital Detido
				2006	2005
Modipe, SA	Madrid	Comércio por Grosso de Máquinas e Equipamentos Marítimos	Auto Industrial, SA	20%	20%
Vera Cruz, Indústria e Comércio, SA	Bélem Pará - Brasil	Extracção de Madeiras	Sagrup – SGPS, SA	49%	43%

Na aquisição dos investimentos em associadas, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parte do Grupo no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada é contabilizada de acordo com a IFRS 3 e incluída na quantia escriturada do investimento.

As associadas foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual os investimentos em associadas são inicialmente reconhecidos pelo custo e as quantias escrituradas são aumentadas ou diminuídas para reconhecer as partes do Grupo nos resultados das investidas depois das datas de aquisição; as partes do Grupo nos resultados das investidas são reconhecidas nos resultados dos interesses maioritários; as distribuições recebidas das investidas reduzem as quantias escrituradas dos investimentos; as alterações nos interesses proporcionais do Grupo AUTO INDUSTRIAL nas investidas, resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados, são reconhecidas directamente no capital próprio do Grupo. Contudo, os investimentos em associadas classificados como detidos para venda, de acordo com a IFRS 5, foram contabilizados nos termos da IFRS 5.

Os conceitos subjacentes e os procedimentos, utilizados para a contabilização de investimentos em associadas, foram semelhantes aos conceitos e aos procedimentos utilizados para a contabilização de subsidiárias.

Se a parte do Grupo nas perdas de uma associada igualar ou exceder o seu interesse, é descontinuado o reconhecimento de perdas adicionais; depois do interesse ser reduzido a zero, apenas é reconhecido um passivo se o Grupo tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, foram aplicados os requisitos da IAS 39 para determinar se seria necessário reconhecer qualquer perda por imparidade adicional com respeito ao interesse do Grupo em cada uma das associadas.

*(vii) Partes relacionadas*

A posição financeira e os resultados contidos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas não foram afectados pela existência de partes relacionadas com o Grupo.

## **2.5 Transacções em Moeda Estrangeira**

As Transacções em Moeda Estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor à data de transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

## **2.6 Reconhecimento de Gastos e Perdas e de Rendimentos e Ganhos**

Os Gastos e Rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respectivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no activo respectivamente.

*Rédito*

O Rédito é o influxo bruto de benefícios económicos durante o período proveniente do curso das actividades ordinárias do Grupo quando esses influxos resultam em aumentos de Capital Próprio, que não sejam aumentos relacionados com contribuições de participantes no Capital Próprio.

O Rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

*Vendas de bens*

O rédito proveniente das Vendas de Bens é reconhecido quando forem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para o Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

#### *Prestação de serviços e comissões*

O rédito associado com uma transacção que envolva Prestação de Serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

- A quantia de rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que benefícios económicos associados com a transacção fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva;
- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- Quando resultam de uma prestação de serviços o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

#### *Juros e dividendos*

O rédito proveniente do uso de activos do Grupo que produzam Juros e Dividendos é reconhecido quando:

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para o Grupo; e
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito proveniente do uso desses activos é reconhecido nas seguintes bases:

- Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo; e
- Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito do Grupo (enquanto accionista) de receber o pagamento.

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de outros rendimentos e ganhos financeiros ou juros e outros gastos e perdas financeiras.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui ainda as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como de instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro das alterações no seu justo valor não é autonomizada, sendo classificada como resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juros das variações no seu justo valor é reconhecida em Juros e Proveitos Equiparados ou em Juros e Custos Equiparados, no mesmo período ou períodos durante os quais o activo adquirido ou o passivo assumido afecta os resultados (tal como nos períodos em que é reconhecido o rendimento dos juros ou o gasto dos juros).

## **2.7 Imposto sobre o Rendimento**

Os Impostos sobre Lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Imposto Corrente é a quantia a pagar ou a recuperar de Impostos sobre o Rendimento respeitante ao lucro ou à perda tributável de um período, utilizando a taxa de juro da data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os Impostos Diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Diferenças temporárias são diferenças entre a quantia escriturada de um activo ou de um passivo e a sua base de tributação.

#### *Activos por impostos diferidos*

Activos por Impostos Diferidos são as quantias de impostos sobre o rendimento recuperáveis em períodos futuros respeitantes a:

- Diferenças temporárias dedutíveis;
- O reporte de perdas fiscais não utilizadas;
- O reporte de créditos tributáveis não utilizados.

Um Activo por Impostos Diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada, a não ser que o activo por impostos diferidos resulte do reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que:

- Não seja uma concentração de actividades empresarias; e
- No momento da transacção, não afecte o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

O Grupo reconhece Activos por Impostos Diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis associados aos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, até ao ponto em que seja provável que:

- A diferença temporária reverterá no futuro previsível; e
- Estará disponível o lucro tributável contra o qual a diferença temporária será utilizada.

### *Passivos por impostos diferidos*

Passivos por Impostos Diferidos são as quantias de impostos sobre o rendimento pagáveis em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis.

Um Passivo por Impostos Diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis excepto quando esse imposto diferido resultar de:

- Reconhecimento inicial do *goodwill*; ou
- Reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e não afecte, no momento dessa transacção, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

O Grupo reconhece Passivos por Impostos para todas as diferenças temporárias tributáveis associados aos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, sempre que não sejam cumulativamente satisfeitas as seguintes condições:

- O Grupo seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- Seja provável que a diferença temporária não seja revertida no futuro previsível.

Os Activos ou Passivos por Impostos Correntes dos períodos correntes e anteriores são mensurados pela quantia que se espera que seja recuperada ou paga às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data do balanço.

Os Activos e Passivos por Impostos Diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que se apliquem no período em que seja realizado o activo ou em que seja liquidado o passivo, tendo como base as taxas fiscais que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data do balanço.

Os Impostos Correntes e Diferidos são reconhecidos como um rendimento ou como um gasto e incluídos no resultado líquido do período, excepto quando o imposto provenha de uma transacção ou acontecimento que seja reconhecido, no mesmo ou num diferente período, directamente no capital próprio, caso em que o respectivo imposto é directamente debitado ou creditado ao Capital Próprio.

Os Activos por Impostos Correntes são compensados com passivos por impostos correntes apenas quando:

- O Grupo tiver um direito legalmente executável para compensar as quantias reconhecidas; e

- Pretenda liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo.

Os Activos por Impostos Diferidos e os Passivos por Impostos Diferidos são compensados apenas quando:

- O Grupo tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre:
  - (i) a mesma entidade tributável; ou
  - (ii) diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que as quantias significativas de passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidadas ou recuperadas.

O Sub-Grupo Tecnicrédito encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo e das subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

## **2.8 Resultado por Acção**

Os Resultados por Acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da empresa mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período.

Para o Resultado por Acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas

como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

## 2.9 Relato por Segmentos

No âmbito da IAS 14, um Segmento Relatável é um segmento de negócio ou um segmento geográfico, que seja identificado no conjunto de empresas que compõem um grupo de entidades sob o controlo de uma empresa mãe.

Considerando as actividades desenvolvidas pelas empresas cujas demonstrações financeiras foram incluídas na consolidação pelo método integral do Grupo AUTO INDUSTRIAL, a segmentação relevante é por negócios.

Um Segmento de Negócio é um conjunto de activos e operações relacionados e que estão sujeitos a riscos e retornos específicos diferentes dos de outros Segmentos de Negócio.

Os factores que foram considerados para efeitos de identificação das operações relacionadas incluem:

- (a) a natureza dos produtos ou serviços vendidos e/ou prestados;
- (b) o tipo ou classe de cliente dos produtos ou serviços;
- (c) os métodos usados para distribuir os produtos ou proporcionar os serviços; e
- (d) a natureza de ambiente regulador.

Assim, foram identificados os seguintes Segmentos de Negócio: (i) Financeiro; (ii) Automóvel; (iii) Equipamentos Agrícolas, Industriais e Marítimos; (iv) Gestão de Participações; e (v) Outros.

Salienta-se que a Auto Industrial, SA encontra-se subdividida em dez divisões internas, as quais possuem gestão e registos contabilísticos individualizados:

- Departamento Administrativo e Financeiro (DAF)
- Auto Industrial Lisboa
- Auto Industrial Leiria
- Auto Industrial Figueira da Foz
- Auto Industrial Coimbra
- Auto Industrial Auto Usados
- Auto Industrial Pombal
- Auto Industrial Rent-a-Car
- Auto Industrial Divisão Agrícola
- Auto Industrial Peças

Decorrente desta situação, foi efectuada uma redistribuição das divisões da empresa pelo diversos segmentos identificados.

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral foram associadas aos segmentos acima identificados da seguinte forma:

(i) *Financeiro*: Sub-Grupo Tecnicrédito: Banco Mais; Tecnicrédito ALD; Margem-Medição de Seguros; Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság; Tecnicrédito Cayman; Tcc Investments.

(ii) *Automóvel*: Auto Horizonte; CAM; Central Parque; EUA; Gilauto; Auto Industrial Porto; Garagem de Santa Cruz; União Eborense; Mercentro; Sodicentro; Auto Industrial Lisboa; Auto Industrial Leiria, Auto Industrial Figueira da Foz; Auto Industrial Coimbra; Auto Industrial Auto Usados; Auto Industrial Pombal; Auto Industrial Peças.

(iii) *Equipamentos Agrícolas, Industriais e Marítimos*: Forte; Divisão Agrícola da Auto Industrial; Tractores Ibéricos; Motolusa.

(iv) *Gestão de Participações*: Departamento Administrativo e Financeiro (DAF) da Auto Industrial;

(v) *Outros*: Digitese; Margem Investments; Sagrup; Solmotor; Finim; Divisão Rent-a-Car da Auto Industrial; Auto Industrial SGPS; Sagar.

O Relato por Segmentos de negócio consta nos mapas apresentados na Nota 50, nos quais se complementa a informação requerida na IAS 14, obtendo-se para cada negócio o detalhe sobre a formação do seu resultado e a síntese dos activos e passivos das empresas nele incluídas.

## 2.10 Activos Fixos Tangíveis

Activos Fixos Tangíveis são itens tangíveis que: (i) sejam detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para fins administrativos; e (ii) se espera que sejam usados durante mais do que um período.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.1, os Activos Tangíveis encontram-se registados pelo custo determinado na data de transição para as IFRS, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

No reconhecimento inicial o Grupo considerou no custo do activo: (i) o seu preço de compra; (ii) quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração; e (iii) a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Os Activos Tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes com os Activos Tangíveis são reconhecidos como activos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com a manutenção e reparação dos activos são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio do acréscimo.

O Grupo calcula as amortizações dos seus Activos Tangíveis pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

	Vida Útil
Edifícios e outras construções	5-50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-6
Equipamento administrativo	3-20
Ferramentas e utensílios	4-10
Outros activos tangíveis	4-8

Quando existe indicação de que um Activo possa estar em imparidade, a IAS 36, exige que o seu valor recuperável seja estimado, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. O Grupo reconhece as perdas por imparidade em resultados do período.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir o obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A quantia escriturada de um item do Activo Fixo Tangível é desreconhecida pelo Grupo nas seguintes situações: (i) no momento da alienação; e (ii) quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação.

O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item do Activo Fixo Tangível: (i) é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido, não devendo ser classificado como rédito; e (ii) é determinado como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada do item.

## 2.11 Activos Fixos Intangíveis

Um Activo Intangível é um activo não monetário identificável sem substância física.

Um Activo Intangível é reconhecido se, e apenas se: (i) for provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao activo fluam para o Grupo; e (ii) o custo do activo possa ser fiavelmente mensurado.

Os Activos Intangíveis do Grupo encontram-se escriturados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo calcula as amortizações dos seus activos intangíveis pelo método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

	Vida Útil
Software	3
Propriedade industrial e outros direitos	3-20

Os custos directamente relacionados com desenvolvimento e propriedade industrial e outros direitos, sobre os quais seja expectável pelo Grupo que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como Activos Intangíveis.

Para determinar se um Activo Intangível está com imparidade, o Grupo aplica a IAS 36.

Os Activos Intangíveis do Grupo são desreconhecidos nas seguintes situações: (i) no momento da alienação; e (ii) quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação.

O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item do Activo Fixo Intangível: (i) é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido, não devendo ser classificado como rédito; e (ii) é determinado como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada do item.

## 2.12 Crédito Concedido a Clientes da Actividade Financeira

A rubrica Crédito sobre Clientes inclui os empréstimos originados pelo Sub-Grupo Tecnicrédito, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O Crédito sobre Clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

### *Imparidade*

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de Imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por Imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada como com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

#### *i) Análise individual*

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade.

Considerando que a carteira de crédito das sociedades do Grupo é constituída por grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos, a Administração entende que não existem créditos que devam ser analisados separadamente, pelo que não é efectuada qualquer análise individual.

#### *ii) Análise colectiva*

As perdas por imparidade baseadas na Análise Colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou

- em relação a perdas incorridas mas não identificadas (“IBNR”) em créditos sujeitos à análise individual de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; - período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos analisados individualmente para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

### **2.13 Inventários**

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos Inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, originam o registo de perdas de imparidade.

O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

### **2.14 Clientes da Actividade Comercial**

As dívidas de Clientes da Actividade Comercial do Grupo são registadas pelo seu justo valor deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas

reflectam o seu valor presente realizável líquido. As perdas de imparidade são apuradas em função da análise efectuada pelo Grupo da sua capacidade em cobrar os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de clientes. O montante das perdas de imparidade são calculadas pela diferença entre o valor da dívida e o valor recuperável, sendo este o valor presente dos *cash-flows* esperados, descontados à taxa efectiva. As perdas de imparidade são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do período.

### **2.15 Outras Contas a Receber**

As Contas a Receber são reconhecidas inicialmente pelo seu justo valor e mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado usando o método do juro efectivo. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

### **2.16 Instrumentos Financeiros Derivados e Contabilidade de Cobertura**

Os Instrumentos Financeiros Derivados são reconhecidos na data da sua negociação pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos Instrumentos Financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade) e modelos de avaliação de opções conforme seja apropriado. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### *Contabilidade de cobertura*

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro resultantes de actividades de financiamento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo.

Uma relação de cobertura existe quando cumpre cumulativamente as seguintes condições:

- No início da cobertura, existir designação e documentação formais do relacionamento de cobertura e do objectivo e estratégia da gestão de risco para levar a efeito a cobertura. Essa documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transacção coberto, a natureza do risco a ser coberto e a forma como vai ser avaliada a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a alterações no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto atribuíveis ao risco coberto;
- Existir a expectativa que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir alterações de compensação no justo valor ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para esse relacionamento de cobertura em particular;
- Quanto a coberturas de fluxos de caixa, uma transacção prevista que seja o objecto da cobertura tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados;
- A eficácia da cobertura poder ser fiavelmente mensurada, isto é, o justo valor ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao justo valor do instrumento de cobertura poderem ser fiavelmente mensurados;
- A cobertura ser avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente eficaz durante todo o período de relato financeiro para o qual a cobertura foi designada.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura e qualquer ganho ou perda associada ao derivado é reconhecida em resultados do exercício, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

#### *Cobertura de fluxos de caixa*

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura é reconhecida por contrapartida de resultados, no momento em que ocorre .

Os valores acumulados em Capitais Próprios são reclassificados para as demonstrações de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no

reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios na data mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto.

Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

#### *Cobertura de justo valor*

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo, o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos e passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente e o activo ou passivo coberto passam a ser mensurados em conformidade com a categoria onde se enquadram.

Nos exercícios de 2005 e 2006 o Grupo não efectuou operações de cobertura de justo valor.

#### *Derivados embutidos*

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja contabilizado ao justo

valor com impacto em resultados do exercício. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício e apresentados na carteira de negociação.

## 2.17 Instrumentos Financeiros

### *Reconhecimento, mensuração e desreconhecimento*

Os activos financeiros são classificados de acordo com cada uma das seguintes categorias, dependendo do objectivo para o qual esse activo foi adquirido:

- Activos financeiros pelo justo valor por via dos resultados são activos financeiros que estão classificados como detidos para negociação, pelo que são detidos pelo Grupo com o objectivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem derivados não designados como instrumentos de cobertura. São mensurados inicialmente no balanço pelos seus justos valores e quaisquer alterações subsequentes aos seus justos valores são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados. Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com um justo valor negativo são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.
- Investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada que o Grupo tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade. Estes activos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efectivo.
- Empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados num mercado activo. Estes activos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efectivo.
- Activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados em cada uma das categorias anteriores. São mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição e quaisquer alterações subsequentes aos seus justos valores são reconhecidas directamente no Capital Próprio, em reservas de justo valor (excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais), até que o activo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio deverá ser reconhecido nos resultados. Contudo, o juro

calculado usando o método do juro efectivo é reconhecido nos resultados. Os dividendos resultantes de um instrumento de capital próprio disponível para venda são reconhecidos nos resultados quando o direito da entidade de receber pagamento for estabelecido.

Os investimentos em instrumentos de Capital Próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado (bem como os derivados que estejam ligados a esses instrumentos de Capital Próprio e que devam ser liquidados pela entrega dos mesmos), são mensurados pelo custo.

Um activo financeiro é desreconhecido quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes desse activo expiram;
- Tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção desse activo; ou
- Apesar dos riscos e benefícios não terem sido substancialmente transferidos, o Grupo não reteve o controlo sobre esse activo.

#### *Reclassificações entre categorias de activos financeiros*

Conforme preconizado na IAS 39, o Grupo não procede a reclassificações de instrumentos financeiros designados inicialmente pelo justo valor por via dos resultados, enquanto estes estiverem detidos ou emitidos pelo Grupo. Contudo, se como resultado de uma alteração da intenção ou capacidade, deixar de ser apropriado classificar um instrumento como detido até à maturidade, este é reclassificado como disponível para venda e remensurado pelo seu justo valor.

#### *Imparidade*

O Grupo avalia regularmente se existe prova objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista uma prova objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial. Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada registada no capital próprio (correspondente às variações negativas no justo valor) é transferida para resultados. Para as restantes categorias de activos financeiros (incluindo investimentos em instrumentos de capital próprio mensurados

pelo custo), as perdas por imparidade reconhecidas são registadas directamente nos resultados.

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

#### *Reversão da imparidade - Activos financeiros mensurados pelo custo amortizado*

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição for objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida, não excedendo contudo o custo amortizado que resultaria caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a mesma foi revertida.

#### *Reversão da imparidade - Activos financeiros mensurados pelo custo*

No caso de investimentos em instrumentos de capital próprio que sejam mensurados pelo custo, as perdas de imparidade reconhecidas não são reversíveis.

#### *Reversão da imparidade - Activos financeiros disponíveis para venda*

As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas por via dos resultados, mas sim por reservas. No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a reversão dessas perdas é efectuada por via dos resultados.

## **2.18 Caixa e seus Equivalentes**

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa são investimentos a curto prazo, com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias

conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

## **2.19 Activos e Passivos Detidos para Venda**

O Grupo AUTO INDUSTRIAL classifica um Activo não Corrente ou um grupo para Alienação como Detido para Venda se a sua quantia escriturada vai ser recuperada principalmente através de uma transacção de venda em vez de através de uso continuado.

Os activos ou grupos para alienação assim classificados estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeitos aos termos de venda habituais decorrentes do enquadramento legal e estatutário da AUTO INDUSTRIAL e a venda desses activos ou grupos para alienação é altamente provável. Espera-se que as vendas dos activos não correntes ou dos grupos para alienação sejam concluídas até um ano a partir da data da respectiva classificação como detidos para venda. Dado o acima referido enquadramento legal e estatutário, existem com frequência acontecimentos e circunstâncias fora do controlo da AUTO INDUSTRIAL que obrigam a estender o período para concluir as vendas para lá de um ano, apesar da AUTO INDUSTRIAL se manter comprometida com a venda dos activos ou dos grupos para alienação; nestes casos, é mantida a classificação de detidos para venda.

Os activos não correntes ou grupos para alienação, classificados como detidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre as respectivas quantias escrituradas e os respectivos justos valores menos os custos de vender. Antes da classificação inicial dos activos ou grupos para alienação como detidos para venda, as respectivas quantias escrituradas foram mensuradas de acordo com as IFRS aplicáveis. Por outro lado, são reconhecidas perdas por imparidade relativamente a reduções do activo ou grupo para alienação para o justo valor menos os custos de vender e são reconhecidos ganhos para qualquer aumento no justo valor menos os custos de vender dos activos.

Os Activos classificados como Detidos para Venda encontram-se associados às empresas subsidiárias que estão em liquidação.

## **2.20 Provisões, Activos Contingentes e Passivos Contingentes**

### *Provisões*

Uma Provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

Uma Provisão é reconhecida quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado; (ii) é provável que um

ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O reconhecimento inicial da Provisão é efectuado por débito nos resultados, sendo a reversão da mesma efectuada quando o acontecimento que lhe esteve na origem deixar de ser provável. A reversão da provisão é identicamente reflectida nos resultados do exercício.

A Provisão é utilizada directamente nos dispêndios relativos aos quais a mesma foi inicialmente reconhecida, não sendo nesses casos registado qualquer ganho ou perda na demonstração dos resultados.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material, a quantia da provisão registada corresponde ao valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. Nestes casos a quantia da provisão aumenta em cada período para reflectir a passagem do tempo, sendo esse aumento reconhecido como um gasto com juros.

#### *Activos e passivos contingentes*

Um passivo contingente é: (i) uma possível obrigação que surge proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente é confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente sob o controlo do Grupo; ou (ii) uma obrigação presente que surge de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque: não é provável que um ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou porque a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Um activo contingente é um possível activo que surge de acontecimentos passados e cuja existência somente é confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os activos e passivos contingentes não são reconhecidos na face das demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respectivos passivos contingentes ou activos contingentes não são divulgados.

### **2.21 Passivos Financeiros**

Um instrumento é classificado como um Passivo Financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro

ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Estes Passivos Financeiros são mensurados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção directamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efectivo.

## 2.22 Locações

Uma Locação é um acordo pelo qual o locador transmite ao locatário em troca de um pagamento ou série de pagamentos o direito de usar um activo por um período de tempo acordado.

Uma Locação Financeira é uma locação que transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um activo. O título de propriedade pode ou não ser eventualmente transferido. Uma Locação Operacional é uma locação em que uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos bens é retida pelo locador.

O Grupo classifica as operações de locações como Locações Financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, dando cumprimento aos critérios estabelecidos na IAS 17.

### *Situações em que o Grupo age como locatário – Locação financeira*

Os contratos de Locação Financeira são registados, na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que corresponde ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados; e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período de Locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

### *Situações em que o Grupo age como locador – Locação financeira*

Os contratos de Locação Financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

### *Situações em que o Grupo age como locatário – Locação operacional*

Os pagamentos de Locação ao abrigo de contratos de Locação Operacional, são registadas como um gasto no período em que ocorrem, numa base de linha recta durante o período de locação.

#### *Situações em que o Grupo age como locador – Locação operacional*

O Grupo apresenta os activos sujeitos a Locação Operacional no seu balanço de acordo com a natureza do activo. Assim, os veículos adquiridos para aluguer são registados na rubrica activos tangíveis, em equipamento de transporte e são amortizados conforme indicado na nota 2.10.

Os rendimentos provenientes de contratos de Locação Operacional, são reconhecidos no rendimento numa base de linha recta durante o prazo da Locação .

Os custos directos iniciais incorridos são adicionados à quantia escriturada do activo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da Locação, na mesma base do rendimento da Locação.

Por forma a determinar se o activo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na IAS 36.

### **2.23 Aplicações por Recuperação de Crédito**

As Aplicações por Recuperação de Crédito incluem viaturas resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes da actividade financeira. Estes activos são registados, pelas empresas do Sub-Grupo Tecnicrédito, na rubrica Outros Activos Correntes sendo a sua mensuração inicial efectuada pelo menor entre o seu justo valor e o valor de balanço do crédito que lhe deu origem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de tabelas de referência do sector automóvel.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor actual, não sendo sujeitos a amortização.

Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas por contrapartida de resultados do exercício.

## **3 Ajustamentos de Transição para as IFRS**

Conforme referido na Nota 2.1, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo AUTO INDUSTRIAL foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) a partir do exercício de 2006. Nessa base, com efeito a 1 de Janeiro de 2006 estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com as IFRS, tal como adoptados na União Europeia.

De acordo com a IFRS 1, uma entidade deve preparar um balanço de abertura de acordo com as IFRS na respectiva data de transição, sendo este o ponto de partida da sua contabilização.

Assim, na preparação do balanço consolidado de abertura de acordo com as IFRS, no que respeita à informação comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo ajustou os montantes reportados que havia sido preparados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os ajustamentos efectuados, com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 1 de Janeiro de 2005 e em 31 de Dezembro de 2005, bem como a reconciliação dos Capitais Próprios e resultados nas referidas datas, são apresentados no mapa seguinte:

Unidades:Euros

	Nota	31 de Dezembro de 2005		1 de Janeiro de 2005
		Capital Próprio	Resultados do Exercício	Capital Próprio
<b>Normas Locais (PCGA)</b>		<b>154 580 557</b>	<b>38 132 779</b>	<b>117 912 822</b>
Imparidade	a)	4 717 643	3 122 992	2 667 490
Anulação de activos intangíveis	b)	(140 943)	69 069	(57 363)
Impostos diferidos de reservas de reavaliação	c)	(167 578)	10 552	(178 129)
Bónus a colaboradores	d)	(180 206)	(180 206)	(180 206)
Derivados de cobertura e negociação	e)	(2 353 539)	1 110 297	(11 319 878)
Diferimento de comissões	f)	5 108 442	(2 077 100)	7 185 542
Efeito de consolidação dos SPE	g)	5 728 285	(9 391 780)	15 120 065
Anulação de custos diferidos	h)	(75.230)		(75 230)
Custo amortizado	i)	(112 723)	(41.118)	(71 605)
Alteração de perímetro	j)	24 894	124.212	(99 318)
Impostos diferidos	l)	(3 459 125)	2 059 984	(5 284 396)
<b>Total Ajustamentos de Transição</b>		<b>9 089 920</b>	<b>(5 193 099)</b>	<b>7 706 972</b>
		<b>163 670 477</b>	<b>32 939 680</b>	<b>125 619 794</b>

a) *Imparidade*

O valor deste ajustamento está essencialmente relacionado com a Imparidade do crédito concedido a clientes, do Sub-Grupo Tecnicrédito. Assim, até 31 de Dezembro de 2005 e acordo com as IFRS, a provisão específica para crédito concedido era baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. Por outro lado, a provisão para riscos gerais de crédito registada nas demonstrações financeiras até aquela data era constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho, Aviso n.º 2/99 de 15 de Janeiro e Aviso n.º 8/03 de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal e destinava-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não era identificados como de risco específico, sendo registada no passivo.

Em consequência da adopção da IAS 39, a 1 de Janeiro de 2005, a carteira de crédito passou a ser valorizada ao seu custo amortizado e sujeita a testes de Imparidade (tanto para o crédito vincendo como para o crédito vencido). Face à política seguida pelo Grupo nas IFRS, a adopção da IAS 39 não introduziu alterações substanciais à forma de avaliação do risco económico associado à carteira de crédito ou aos critérios de Imparidade utilizados pela gestão, pelo que o ajustamento de transição apurado no montante de 2 284 067, resultou essencialmente, do efeito da introdução do método de *discounted cash-flows* no cálculo da Imparidade.

Adicionalmente foram registadas Imparidades associadas a: (i) activos detidos para venda no que respeita às participações financeiras e outros activos das empresas que se encontram em processo de liquidação; (ii) um trespasse de um estabelecimento comercial, que apresentava um valor esperado de realização nulo à data de transição; (iii) alguns saldos activos sobre terceiros por forma a ajustar o valor contabilístico ao seu valor presente realizável líquido; e (iv) perdas de Imparidade em inventários registadas em duas empresas do Grupo.

#### *b) Anulação de activos intangíveis*

De acordo com as normas locais, um conjunto de activos (essencialmente despesas de instalação) eram reconhecidos como activos intangíveis e amortizados por um período de 3 anos. Considerando as regras definidas pela IAS 38, que estabelece que as Despesas de estabelecimento são consideradas com o custo nos exercícios em que são incorridas, os mesmos foram objecto de anulação.

#### *c) Impostos diferidos de reservas de realização*

Foram efectuados novos cálculos para apuramento do montante das reservas de reavaliação, resultantes de reavaliações de activos fixos efectuadas ao abrigo de disposições legais, que se encontravam realizadas à data de transição. Com base no valor apurado foram reforçados, à data de transição, os valores de impostos diferidos

associados a reservas de reavaliação ainda não realizadas (pelo uso ou pela alienação), no montante de 178 129 euros.

*d) Bónus a colaboradores*

De acordo com os estatutos das Sociedades do Sub-Grupo Tecnicrédito, os accionistas, em Assembleia Geral, poderão fixar uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos empregados, competindo ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios.

De acordo com as normas locais, as gratificações e remunerações variáveis são registadas no ano seguinte ao exercício a que respeita por contrapartida do capital próprio. De acordo com as IFRS as referidas gratificações e remunerações variáveis devem ser registadas como custo do próprio exercício a que respeitam.

*e) Derivados de cobertura e negociação*

De acordo com as normas locais, os valores *nacionais* dos derivados de cobertura eram registados em contas extra patrimoniais até à data da maturidade dos contratos. Os derivados de cobertura não eram reavaliados sendo os juros a pagar e a receber periodificados pelo período dos contratos.

No âmbito da conversão das demonstrações financeiras para as IFRS, a partir de 1 de Janeiro de 2005, a adopção da IAS 39 teve um impacto significativo ao nível dos procedimentos e sistemas do Grupo, resultante dos seguintes aspectos principais: (i) classificação das operações no âmbito de regras complexas aplicáveis a cada tipo de operações; (ii) complexidade no cumprimento dos critérios; (iii) maior exigência valorimétrica; e (iv) requisitos subjacentes à nova contabilidade de cobertura e derivados embutidos.

Tendo em consideração o exposto, o Grupo procedeu à identificação das operações de cobertura existentes para efeitos das normas locais e simultaneamente procedeu à identificação dos modelos de cobertura a adoptar no âmbito da IAS 39.

O Grupo usa derivados para a cobertura da exposição a riscos de taxa de juro e taxa de câmbio. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto a variações de *fair value*, variações de *cash-flows* ou transacções com elevada probabilidade de ocorrência. À data de 31 de Dezembro de 2004 e de acordo com os critérios contabilísticos aplicáveis (normas locais), apresentava na sua carteira de passivos emitidos um conjunto de emissões a taxa variável para as quais existiam àquela data instrumentos financeiros derivados (“IRS”) com o objectivo de efectuarem a cobertura do risco de taxa de juro associado a essas emissões.

No âmbito da conversão das demonstrações financeiras para as IFRS, a partir de 1 de Janeiro de 2005, estas operações estavam classificadas como de cobertura, pelo que na data de transição foram reconhecidas as variações de justo valor dos instrumentos de cobertura assim como do risco de taxa de juro associado aos passivos.

*f) Diferimento de comissões da actividade financeira*

No âmbito da conversão das demonstrações financeiras para as IFRS, a partir de 1 de Janeiro de 2005 o Grupo passou a considerar o diferimento, de acordo com um método *pró-rata temporis*, as comissões e os custos externos imputáveis à contratação das operações de crédito, em conformidade com os critérios de elegibilidade definidos pela IAS 18.

Em conformidade com as IFRS, a valorimetria do crédito concedido mantém o regime definido pelas normas locais, conforme mencionado na nota 2.1.

*g) Desreconhecimento de activos e entidades de finalidade especial (SPE)*

De acordo com as normas locais, os activos, créditos e títulos, cedidos no âmbito das operações de titularização (“securitização”), eram eliminados do activo consolidado sendo a respectiva mais ou menos-valia gerada, calculada como a diferença entre o valor da cedência e o valor contabilístico dos activos cedidos, reconhecida como um ganho ou perda do exercício. Os interesses residuais nestas transacções sob a forma de títulos adquiridos pelo Grupo na sequência destas operações eram contabilizados ao custo de aquisição.

De acordo com o disposto nas Instruções nº 27/2000 e nº 18/2003 do Banco de Portugal, eram constituídas provisões nas contas do Sub-Grupo Tecnicrédito, para os títulos adquiridos, em montante equivalente às provisões para riscos gerais e riscos específicos a que estariam sujeitos os créditos e títulos cedidos caso estes se mantivessem no activo, com limite máximo equivalente ao custo de aquisição dos títulos (interesses residuais). Caso as Instituições cedentes fossem detentoras de *clean-up calls* que não previssem explicitamente que os créditos são recomprados pelo seu valor de mercado, o limite máximo para a constituição de provisões era o maior dos seguintes valores:

- O valor de aquisição dos títulos ou de outros valores adquiridos no âmbito de operações de titularização;
- O montante dos créditos a que corresponde o exercício da *clean-up call*.

De acordo com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, de acordo com as normas locais, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004.

Todas as operações efectuadas a partir desta data foram analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento da IAS 39. O Grupo procedeu ao desreconhecimento de todos os activos financeiros em que os direitos aos *cash flows* futuros expiraram ou em que os activos foram transferidos. No caso de transferência, o desreconhecimento ocorre quando uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos foi transferido.

Adicionalmente, e mesmo para os activos elegíveis para desreconhecimento no âmbito da IAS 39, a consolidação dos veículos adquirentes dos activos, créditos e títulos cedidos pelo Grupo no âmbito das operações de titularização (“SPE’s”) foi analisada à luz da SIC 12.

De acordo com a SIC 12, o Grupo passou também a consolidar pelo método integral as demonstrações financeiras das operações *Bmore No. 1 limited*, *Bmore No. 2 limited*, *Bmore Finance No. 3 plc* e *Bmore Finance No. 4 plc*. O ajustamento efectuado reflecte o efeito da consolidação destas entidades.

#### *h) Anulação de custos diferidos*

Algumas empresas do Grupo, de acordo com as normas locais, diferiam algumas despesas com publicidade efectuada, registando um activo associado. Atendendo a que os activos associados a esse diferimento não cumprem os requisitos para que possam ser considerados um activo, de acordo com as IFRS, na data de transição foi integralmente reconhecido o montante do diferimento.

#### *i) Custo amortizado*

De acordo com as IFRS os passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção directamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efectivo. Decorrente desta situação foram efectuados ajustamentos aos valores dos empréstimos bancários, nomeadamente empréstimos obrigacionistas, por forma a ficarem valorizados ao custo amortizado pelo método do juro efectivo.

#### *j) Alteração de perímetro*

De acordo com as normas locais, nomeadamente pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho, podiam ficar excluídas da consolidação as empresas subsidiárias que não fossem materialmente relevantes, situação que não se encontra prevista na IAS 27. Assim, decorrente desta situação foram efectuadas alterações ao perímetro de consolidação do Grupo.

### *l) Impostos diferidos*

De acordo com o critério definido pela IAS 12, os impostos diferidos são calculados de acordo com o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos para efeitos contabilísticos e os valores utilizados para efeitos fiscais usando as taxas de imposto aprovadas na data de balanço para cada jurisdição e que se espera que sejam aplicadas na data de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que sejam obtidos lucros tributáveis futuros que permitam absorver as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). O ajustamento efectuado corresponde aos impostos diferidos reconhecidos na data de transição, relacionados com todos os ajustamentos de transição anteriormente descritos.

## **4 Gestão de Riscos da Actividade**

### *Gestão de riscos*

As diversas sociedades do Grupo AUTO INDUSTRIAL estão, no âmbito da sua actividade, sujeitas a diversos riscos que podem ser organizados em quatro grandes grupos: (i) risco de crédito; (ii) risco de mercado; (iii) risco de liquidez; e (iv) risco operacional.

Com o intuito de prever, controlar e mitigar riscos, fraudes, erros e irregularidades o grupo dispõe de um Sistema de Controlo Interno que de uma forma centralizada define e faz implementar as políticas de gestão de risco e logo os processos, os procedimentos e a estrutura organizativa que melhor se adequam aos objectivos de gestão de risco emanados pelo Conselho de Administração do Grupo.

Atendendo às características específicas dos dois principais vectores de actividade do Grupo – Comercial e Financeiro – descrevemos as estratégias e políticas de gestão dos riscos, separadamente para cada actividade.

### *Actividade Comercial*

#### *(i) Risco de crédito*

O Conselho de Administração define e revê periodicamente a estratégia de gestão de risco de crédito.

Na decorrência destas políticas são definidos os limites de crédito concedido e a aprovação dos créditos tem níveis de autorização relacionados com o montante aprovado. Os valores e procedimentos constam de regras internas definidas pela Administração. O processo para aprovação de novos créditos assenta: (i) numa apurada análise; (ii) na obtenção de garantias mínimas dadas pelo cliente; e (iii) na recolha de informação sobre o potencial cliente (dados pessoais, rendimentos, profissão, consulta de bases de dados de incumprimentos), a qual é obtida nas operações e enviada para os serviços centrais que, em conjunto com outros elementos de análise, remete o processo para aprovação da Administração, sempre que seja necessário.

*(ii) Risco de mercado*

Face ao perfil da actividade comercial do grupo, a exposição ao risco de mercado é bastante residual, entendendo-se como principal risco os níveis e antiguidades dos stocks. Ainda assim, a Administração instituiu políticas de gestão deste risco, sendo regularmente feito o acompanhamento da antiguidade e volumes dos stocks, por forma a controlar eventuais desvios relativamente aos níveis considerados normais, que constam de parâmetros definidos pela Administração, tendo em conta o mercado, nomeadamente a evolução futura e a eventual sazonalidade, enquadrados com as políticas internas.

*(iii) Risco de liquidez*

Anualmente é elaborado um orçamento por cada operação do grupo, em que consta um orçamento das necessidades de tesouraria. A nível central, é efectuado o orçamento de tesouraria do DAF (Departamento Administrativo Financeiro) que consolida todas as necessidades de tesouraria do grupo, da actividade comercial, o qual quantifica e integra as directrizes estratégicas de gestão de liquidez, nomeadamente no que concerne à composição e diversidade das fontes de financiamento. Este orçamento, tal como o de cada operação, é analisado e aprovado pela Administração.

Mensalmente são analisados os desvios através dos mapas de controlo orçamental, sendo tomadas decisões para a sua correcção. Semestralmente são revistos e actualizados os orçamentos de tesouraria para os seis meses seguintes.

*Actividade Financeira*

*(i) Risco de crédito*

O Conselho de Administração define e revê periodicamente a estratégia de gestão de risco de crédito. Esta, reflecte a política de risco a implementar nas participadas e o nível de rentabilidade expectável em função dos diferentes graus de risco de crédito passíveis de serem assumidos.

Na decorrência destas políticas são definidos os limites globais de crédito a nível individual e de grupo para os elementos do activo e extrapatrimoniais, e é estabelecido o processo para aprovação de novos créditos e para a renegociação, renovação e refinanciamento de créditos existentes – este processo está expressa e claramente instituído no Regulamento de crédito que sendo discutido e aprovado centralmente é ajustado à realidade de cada participada e sucursal.

A concessão de crédito assenta numa apurada análise, que considera o *scoring* das operações apresentadas, a classificação do risco dos pontos de venda originadores do crédito, a taxa de esforço do cliente e a relação entre o crédito, a entrada inicial e – aplicando-se - o valor do bem a financiar, bem como a recolha de informação sobre o potencial cliente (dados pessoais, rendimentos, profissão, consulta de bases de dados de incumprimentos).

O sistema informático, desenvolvido internamente, impede o não cumprimento do Regulamento de Crédito, sendo que, ainda assim são efectuadas auditorias internas a processos seleccionados aleatoriamente “para auditoria” por forma a mitigar possíveis erros e falhas de controlo.

A definição e cálculo do *pricing* dos diferentes produtos, feita anualmente, têm por base o custo do *funding*, os custos administrativos de gestão da carteira, o risco associado às operações e o *spread* líquido que se pretende obter, em cada segmento, tendo neste caso, em consideração o nível da concorrência no segmento e a volatilidade do risco de crédito que lhe está associado.

Faz parte do processo de gestão corrente do grupo a avaliação, monitorização e acompanhamento mensal do comportamento das carteiras de crédito originadas pelas diferentes participadas e sucursais, nos diferentes anos, e para cada um dos produtos disponíveis e dentro de cada produto, por diferentes segmentações (por exemplo, tipo de bem financiado, que no caso de veículos tem como grande factor distintivo a idade do mesmo). Estas análises, bem como a dispersão dos créditos e outros factores de aferição de risco e qualidade das carteiras, como sejam as concentrações de risco - geográficas, sectoriais, por contraparte, por tipo de instrumento, por maturidades, etc , são apresentadas à Administração numa periodicidade mensal.

Foi desenvolvido no decorrer de 2006 e estará em teste durante todo o ano de 2007 o sistema interno de *rating* que responde aos requisitos do novo acordo de capital regulamentar Basileia II Este sistema, além do *scoring* de admissão em linha com o que o grupo já utilizava de há muitos anos a esta parte, acresce um *scoring* de

acompanhamento que contribuirá também para uma mais “afinada” gestão do risco de crédito.

*(ii) Risco de mercado*

Face ao perfil da actividade bancária desenvolvida pelo grupo a exposição da empresa e das suas participadas ao risco de mercado é bastante residual. Ainda assim, a Administração instituiu políticas de gestão do risco de mercado, sendo regularmente feito o acompanhamento da exposição da empresa e das suas participadas ao risco de taxa de juro e risco de evolução cambial, por forma a controlar que as exposições se mantêm dentro de níveis consistentes com as políticas internas.

Semestralmente é estudado e elaborado um relatório de exposição do grupo ao risco de mercado, nomeadamente considerando as maturidades e moedas das exposições, incluindo as rubricas extrapatrimoniais, avaliando potenciais perdas em cenários de evolução de taxas.

Quanto a questões cambiais, apenas o *Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság* tem operações cambiais, exclusivamente para se proteger de variações na sua carteira de crédito indexada a moeda estrangeira (euros e francos suíços), tendo como política de cobertura constituir uma posição em responsabilidades de montante equivalente à carteira de crédito constituída ou indexada a cada moeda.

*(iii) Risco de liquidez*

Anualmente é elaborado e integrado no orçamento geral do grupo, um orçamento das necessidades de tesouraria para cada actividade, que quantifica e integra as directrizes estratégicas de gestão de liquidez, nomeadamente no que concerne à composição e diversidade das fontes de financiamento. Este orçamento é analisado e aprovado pela Administração.

Com uma periodicidade mensal é revisto e actualizado o orçamento de tesouraria para os 12 meses seguintes, sendo que é igualmente elaborado e dado a conhecer à Direcção Financeira e Administração, um relatório de tesouraria que releva entre outros, a gestão da liquidez e da execução do orçamento de Tesouraria bem como a avaliação e controlo das exigências líquidas de fundos actuais e expectáveis em função de simulações de diversos cenários no que concerne às necessidades de fundos.

Mensalmente é ainda preparado e apresentado ao Conselho de Administração o mapa de gestão de fundos que enuncia, entre outras, todas as linhas de crédito contratadas, valores negociados e respectivas utilizações.

O *Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság* efectua operações cambiais activas para fazer o *hedging* da sua carteira de crédito concedido em moeda estrangeira, de forma a que variações na sua carteira tenham compensações equivalentes no valor das operações cambiais. Este *hedging* é feito moeda a moeda, nomeadamente Euro e Francos Suíços.

*(iv) Risco operacional*

A administração definiu e revê periodicamente a estratégia de gestão do risco operacional. Esta estratégia estabelece os princípios de identificação, avaliação, controlo e mitigação do Risco Operacional e está contida e sistematizada nas Normas Internas do grupo. Este é o documento de base que enforma as regras de prevenção do risco operacional definidas para grupo e logo as normas ajustadas às especificidades de cada país onde o grupo opera.

Estes normativos encontram-se publicados numa aplicação disponível em todos os países e acessível a todos os colaboradores. O seu cumprimento é alvo de verificação e controlo periódico em todos os departamentos das diversas participadas e respectivas sucursais, através de auditorias elaboradas pelas equipas de Auditoria Interna. Estes processos de auditoria culminam na elaboração de relatórios de auditoria que são veiculados junto das respectivas Direcções e da Administração.

O risco operacional inerente aos produtos oferecidos, aos processos e sistemas usados encontra-se identificado e tipificado, sendo regularmente actualizado em função de falhas detectadas no decorrer dos processos ou através de controlos à base de dados com o intuito de detectar a existência de incongruências ou na sequência dos processos de auditoria. Aquando do lançamento de novos produtos é elaborado um levantamento e avaliação dos riscos inerentes.

Os *softwares* utilizados na gestão operacional do negócio são desenvolvidos internamente revelando um elevado nível de “customização” ao tipo de negócio e às realidades dos países onde o Grupo opera, traduzindo-se tal facto num elevado número de restrições, limites e controlos impostos pelo próprio “sistema informático”.

Durante 2006 promoveu-se a reformulação e ampliação do plano de contingência e continuidade, prevendo-se que ainda no decorrer do primeiro trimestre de 2007 entre em produção o novo plano de contingência de modo a assegurar a capacidade operacional das várias participadas do grupo e de limitar as perdas em caso de perturbações graves da actividade.

## 5 Rédito das Vendas e dos Serviços Prestados

O grupo está actualmente organizado em quatro segmentos de negócio, com as seguintes unidades de negócio:

- Automóvel;
- Equipamentos industriais agrícolas e marítimos;
- Financeira;
- Gestão de Participações e Outros

A repartição das vendas e das prestações de serviços por área de negócio, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, apresentada no mapa abaixo, evidencia o segmento Automóvel como mais significativo, dentro da actividade comercial, tendo-se registado um decréscimo de cerca de 3,5% nas vendas deste segmento, em 2006:

<b>Rédito das Vendas e dos Serviços Prestados por Área de Negócio</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Vendas		
Automóvel	241 228 756	250 085 484
Equipamentos industriais, agrícolas e marítimos	19 755 863	20 317 342
	260 984 619	270 402 826
Prestação de Serviços		
Automóvel	10 548 762	10 641 258
Equipamentos industriais, agrícolas e marítimos	116 326	98 457
Financeiro	7 253 831	4 765 267
Gestão de participações e outros	1 402 076	1 748 185
	19 320 994	17 253 167
	<b>280 305 613</b>	<b>287 655 993</b>

No quadro seguinte apresenta-se, a repartição das vendas e das prestações de serviços por natureza de actividade:

<b>Rédito das Vendas e dos Serviços Prestados por Actividade</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Vendas		
Viaturas novas	170 692 430	188 305 545
Viaturas usadas	53 213 061	45 761 024
Peças	37 079 128	36 336 257
	260 984 619	270 402 826
Prestação de Serviços		
Reparação em oficinas	10 665 087	10 739 715
Serviços bancários prestados	7 199 253	4 709 872
Rent-a-Car	1 402 076	1 748 185
Outros proveitos de serviços e comissões	54 578	55 395
	19 320 994	17 253 167
	<b>280 305 613</b>	<b>287 655 993</b>

A rubrica Serviços Bancários Prestados refere-se essencialmente a comissões de gestão de contratos de crédito cobradas aos clientes, pelas empresas da área financeira (Sub-Grupo Tecnicrédito).

## 6 Proveitos (Juros) Obtidos na Actividade Financeira

Os valores registados nesta rubrica correspondem aos Proveitos Obtidos na Actividade Financeira, pelas diversas empresas do Sub-Grupo Tecnicrédito, correspondendo essencialmente a juros e comissões resultantes da remuneração dos créditos concedidos aos clientes. O detalhe do valor apurado relativamente a Proveitos (Juros) obtidos na Actividade Financeira, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 pode ser analisado como segue:

<b>Proveitos Obtidos na Actividade Financeira</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Crédito ao consumo no país	67 920 595	68 808 415
Crédito ao consumo no estrangeiro	25 265 933	22 198 316
Locação financeira	6 637 488	6 701 325
Outros juros e proveitos equiparados	2 826 455	2 288 584
	<b>102 650 471</b>	<b>99 996 640</b>

## 7 Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais

O quadro seguinte apresenta o detalhe de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais do grupo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e em 2005:

<b>Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Diferenças cambiais da actividade financeira	20 535 843	8 411 360
Proveitos suplementares	4 142 250	4 262 830
Prémio por angariação de seguros	1 774 700	1 233 615
Ganhos na venda de imobilizado	450 688	1 904 884
Proveitos de locação operacional	1 064 143	1 408 755
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 486 422	770 832
	<b>29 454 046</b>	<b>17 992 276</b>

A rubrica Diferenças Cambiais regista os ganhos obtidos com as diferenças cambiais geradas na conversão dos contratos de crédito ao consumo em moeda estrangeira do *Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság*.

O valor registado em proveitos suplementares corresponde essencialmente a ganhos obtidos no segmento Automóvel com bónus e prémios de objectivos de vendas atribuídos pelas marcas.

Os proveitos registados em prémios por angariação de seguros encontram-se associados na sua totalidade à actividade financeira do Sub-Grupo Tecnicrédito.

A rubrica Outros Proveitos e Ganhos Operacionais inclui um montante de 215 636 euros (2005: 117 235 euros) decorrente de mais-valias obtidas na venda de equipamentos de contratos de locação financeira rescindidos.

Em 2005, os ganhos em vendas de imobilizado incluem um montante de 1 427 603 euros relativo à mais-valia associada à indemnização de 1 750 000 euros recebida pela expropriação de uma parcela de um terreno da subsidiária CAM, a favor da sociedade Metro do Porto, SA.

## 8 Variação nos Inventários de Produtos acabados e em Curso

A Variação nos Inventários de Produtos Acabados e em Curso, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, foi apurada como se segue:

<b>Variação nos Inventários de Produtos Acabados e em Curso</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
<b>Inventário Final</b>	<b>112 254</b>	<b>120 852</b>
Produtos acabados	75 941	28 758
Produtos e trabalhos em curso	36 312	92 094
<b>Inventário Inicial</b>	<b>120 851</b>	<b>92 328</b>
Produtos acabados	28 758	29 138
Produtos e trabalhos em curso	92 093	63 190
<b>Variação da Produção</b>	<b>(8 598)</b>	<b>28 524</b>
Produtos acabados	47 183	(380)
Produtos e Trabalhos em curso	(55 781)	28 904

O valor registado em Produtos Acabados corresponde ao valor de mão-de-obra incorporada na preparação de viaturas que se encontram em stock, pelas diversas empresas do segmento Automóvel.

Os Produtos e Trabalhos em Curso correspondem a obras de reparação em oficina que se encontram em curso no final do exercício. Para efeitos de cálculo da variação da produção apenas é considerado o valor relativo aos custos com a mão-de-obra, uma vez que o montante associado às peças incorporadas nas obras em curso é regularizado directamente na rubrica Inventários Consumidos e Vendidos.

## 9 Lucro Imputados de Associados

O valor expresso nesta rubrica em 31 de Dezembro de 2006, diz respeito, essencialmente, a ganhos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial na associada Modipe.

## 10 Ajustamentos Positivos e Mais Valias de Instrumentos Financeiros

O detalhe do valor apurado nesta rubrica, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é apresentado no quadro seguinte:

<b>Ajustamentos Positivos e Mais Valias de Instrumentos Financeiros</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Ganhos em instrumentos financeiros derivados	16 267 788	26 069 111
	<b>16 267 788</b>	<b>26 069 111</b>

O saldo desta rubrica corresponde aos ganhos resultantes da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados detidos para negociação, efectuada numa base regular, conforme referido na política contabilística descrita na nota 2.16. De salientar que, do valor total registado nesta rubrica 15 718 796 euros (2005: 25 886 067 euros) derivam de instrumentos derivados do Sub-Grupo Tecnicrédito.

## 11 Outros Rendimentos e Ganhos Financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

<b>Outros Rendimentos e Ganhos Financeiros</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Juros obtidos	198 676	152 313
Diferenças de câmbio	2 345	42 940
Descontos de pronto pagamento obtidos	22 836	21 740
Outros proveitos e ganhos financeiros	135 435	294 196
	<b>359 292</b>	<b>511 188</b>

A rubrica Juros Obtidos refere-se, essencialmente, a juros de suprimentos concedidos pelo Grupo à associada Vera Cruz.

## 12 Inventários Consumidos e Vendidos

O valor registado nesta rubrica corresponde ao custo dos Inventários Consumidos e Vendidos das diversas empresas da actividade comercial que, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, foi apurado da seguinte forma:

<b>Inventários Consumidos e Vendidos</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Existências iniciais	41 171 819	41 690 210
Compras e regularizações	243 842 374	249 152 255
Existências finais	44 553 814	41 171 819
	<b>240 460 379</b>	<b>249 670 647</b>

## 13 Custos (Juros) Suportados na Actividade Financeira

O detalhe do valor apurado relativamente a Custos (Juros) Suportados na Actividade Financeira, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 pode ser discriminado como se segue:

<b>Custos Suportados na Actividade Financeira</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Débitos representados por títulos	18 584 780	21 978 826
Recursos de instituições de crédito no país	4 226 697	1 978 660
Passivos subordinados	3 812 971	4 137 365
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	2 322 224	929 277
Recursos de papel comercial	901 982	290 788
Depósitos com pré-aviso	109 470	118 290
Outros juros e custos equiparados	956 299	64 607
	<b>30 914 423</b>	<b>29 497 813</b>

Os Custos Suportados na Actividade Financeira respeitam essencialmente aos juros suportados com os recursos obtidos pelas subsidiárias do Sub-Grupo Tecnicrédito destinados ao financiamento da sua actividade. Estes juros foram essencialmente

suportados com a emissão das obrigações evidenciadas e com financiamentos junto de instituições de crédito no país e no estrangeiro, conforme evidenciado na nota 40.

## 14 Materiais e Serviços Consumidos

O detalhe do valor apurado relativamente a Materiais e Serviços Consumidos, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é como segue:

<b>Materiais e Serviços Consumidos</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Serviços especializados	5 211 401	4 888 637
Comunicação e despesas de expedição	3 043 237	2 744 965
Custo com trabalho independente	2 740 634	2 151 899
Publicidade e acções promocionais	2 621 812	3 021 519
Subcontratos	2 613 182	2 788 043
Serviços judiciais, de contencioso e notariado	2 441 584	1 526 623
Rendas e alugueres	2 273 993	2 183 998
Outros fornecimentos e serviços de terceiros	3 274 798	3 806 296
	<b>24 220 641</b>	<b>23 111 980</b>

A rubrica Serviços Especializados inclui o montante de 1 390 000 Euros (2005: 1 340 000 euros) referente a custos incorridos com serviços de apoio à gestão das empresas do Sub-Grupo Tecnicrédito.

A rubrica Rendas e Alugueres inclui o montante de 1 174 024 Euros (2005: 1 154 833 euros) referente a rendas pagas pelo Sub-Grupo Tecnicrédito pelo arrendamento das respectivas instalações.

A rubrica Publicidade e Acções Promocionais inclui o montante de 1 386 871 euros (2005: 1 688 728 euros) referente à organização de eventos comerciais com vista à angariação de contratos de locação e de crédito ao consumo, nas empresas do Sub-Grupo Tecnicrédito.

A rubrica Subcontratos inclui o montante de 1 109 100 Euros (2005: 1 118 501 euros) referentes aos custos incorridos com as rendas do aluguer operacional de viaturas, na divisão Rent-a-Car da AUTO INDUSTRIAL.

## 15 Custos com o Pessoal

Esta rubrica regista os Custos com o Pessoal, suportados pelo Grupo, que se podem decompor da seguinte forma:

<b>Custos com o Pessoal</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Remunerações		
Órgãos sociais	1 220 031	1 157 358
Pessoal	20 205 789	19 730 046
Encargos sociais	4 805 473	4 527 858
Outros custos com pessoal	865 232	999 364
	<b>27 096 525</b>	<b>26 414 626</b>

Os Outros Custos com Pessoal referem-se sobretudo aos montantes dispendidos com acções de formação, encargos com rescisões de contratos e fardamentos.

O efectivo médio de trabalhadores ao serviços no Grupo, dividido por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

<b>Número Efectivos</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
<b>Portugal:</b>		
Administração	8	8
Directores / gerentes	31	30
Quadros técnicos e comerciais	284	299
Administrativos	185	193
Outras funções	635	659
	<b>1 143</b>	<b>1 189</b>
<b>Estrangeiro:</b>		
Administração	4	2
Directores / gerentes	6	7
Quadros técnicos e comerciais	54	50
Administrativos	69	50
Outras funções	1	1
	<b>134</b>	<b>110</b>
	<b>1 277</b>	<b>1 299</b>

## 16 Gastos de Depreciação e Amortização

O valor desta rubrica é composto por:

<b>Gastos de Depreciação e Amortização</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Activos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	2 043 284	1 912 299
Equipamento básico	1 159 170	1 540 214
Equipamento de transporte	1 974 003	1 955 796
Ferramentas e utensílios	259 834	344 530
Equipamento administrativo	837 749	682 477
Outras imobilizações corpóreas	35 384	38 843
	<b>6 309 424</b>	<b>6 474 159</b>
Outros activos intangíveis	221 826	195 502
	<b>6 531 250</b>	<b>6 669 661</b>

## 17 Perdas por Imparidade de Activos e suas Reversões

A rubrica Perdas por Imparidade de Activos e suas Reversões decompõe-se da seguinte forma:

<b>Perdas por Imparidade de Activos e suas Reversões</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Dotações do exercício	23 359 697	21 585 568
Reversões do exercício	(12 195 929)	(10 250 773)
	<b>11 163 768</b>	<b>11 334 795</b>

O detalhe dos valores registados nesta rubrica, por natureza, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é apresentado nos quadros seguintes:

<b>Perdas por Imparidade de Activos</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Contas a receber de clientes		
Actividade financeira	22 568 040	20 561 962
Actividade comercial	512 216	904 637
Outras contas a receber	276 624	106 377
Activos detidos para venda	2 817	12 592
	<b>23 359 697</b>	<b>21 585 568</b>

<b>Reversões de Imparidade de Activos</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>

Contas a receber de clientes		
Actividade financeira	7 169 148	8 113 829
Actividade comercial	291 498	38 913
Outras contas a receber	270 364	115 505
Recuperações de crédito (actividade financeira)	4 462 400	1 982 526
Activos detidos para venda	2 519	-
	<b>12 195 929</b>	<b>10 250 773</b>

## 18 Aumentos e Diminuições de Provisões

O detalhe do valor apurado na rubrica Aumentos e Diminuições de Provisões, líquidas de dotações e reversões, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, são analisadas como se segue:

<b>Aumentos e Diminuições de Provisões</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Dotações do exercício	11 638	948 210
Reversões do exercício	(2 806 463)	(5 458 503)
	<b>(2 794 825)</b>	<b>(4 510 293)</b>

A totalidade dos movimentos registados nesta rubrica nos dois anos apresentados decorrem de registos efectuados nas empresas do Sub-Grupo Tecnicrédito.

## 19 Outros Custos e Perdas Operacionais

O valor registado nesta rubrica, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, decompõe-se da seguinte forma:

<b>Outros Custos e Gastos Operacionais</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Diferenças cambiais da actividade financeira	21 386 266	7 909 019
Impostos	968 049	964 910
Indemnizações por despedimento	427 042	259 767
Gastos em período de garantia	370 037	318 629
Gastos com viaturas de demonstração	262 810	320 277
Prejuízos na venda de imobilizado	227 458	167 933
Menos-valias em bens de locação financeira	156 038	42 658
Donativos e quotizações	118 297	81 179
Outros custos e perdas operacionais	585 668	665 156
	<b>24 501 665</b>	<b>10 729 528</b>

A rubrica Diferenças Cambiais regista as perdas obtidas com as diferenças cambiais geradas na conversão dos contratos de crédito ao consumo em moeda estrangeira do *Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság*.

Os valores registados em Indemnizações por despedimento, resultam de indemnizações pagas ao pessoal por rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, decorrentes do esforço de reajustamento e optimização do quadro de pessoal, inserido na estratégia de racionalização dos custos em geral, nas operações da área automóvel do Grupo.

A rubrica Gastos em Período de Garantia, regista os custos incorridos com reparações de viaturas em período de garantia, em que: (i) a reclamação não foi aceite pela marca; ou (ii) ocorreram em períodos de garantia adicionais concedidos pelo Grupo.

Os valores registados na rubrica Menos –Valias em bens de locação financeira referem-se a menos-valias obtidas com a relocação de equipamentos de contratos de locação financeira rescindidos.

## 20 Ajustamentos Negativos e Menos Valias de Instrumentos Financeiros

O detalhe do valor apurado nesta rubrica, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é como segue:

<b>Ajustamentos Negativos e Menos Valias de Instrumentos Financeiros</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Perdas em instrumentos financeiros derivados	(13 926 106)	(26 167 688)
	<b>(13 926 106)</b>	<b>(26 167 688)</b>

Os valores registados nesta rubrica correspondem a perdas resultantes da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados detidos para negociação, efectuada numa base regular, conforme referido na política contabilística descrita nas notas 2.16 e 2.17. De salientar que, do valor total registado nesta rubrica 13 922 443 euros (2005: 27 687 058 euros) derivam de instrumentos derivados do Sub-Grupo Tecnicrédito.

## 21 Juros e Outros Gastos e Perdas Financeiras

O detalhe do valor apurado nesta rubrica, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é como segue:

<b>Juros e Outros Gastos e Perdas Financeiras</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Serviços bancários prestados por terceiros	1 981 102	1 775 445
Custos com serviços e comissões	1 821 978	2 163 977
Juros de empréstimos obrigacionistas	1 135 284	910 558
Juros de outros empréstimos bancários	1 846 584	1 906 406
Juros de locação financeira	440 760	467 477
Outros juros e encargos financeiros	338 651	403 589
	<b>7 564 359</b>	<b>7 627 452</b>

Os valores registados nas rubricas Serviços Bancários Prestados por Terceiros e Custos com Serviços e Comissões correspondem a custos suportados na actividade financeira, pelas empresas do Sub-Grupo Tecnicrédito.

Os restantes custos registados nesta rubrica correspondem a custos financeiros suportados pelas restantes empresas do Grupo, associados essencialmente ao financiamento da actividade comercial, os quais se encontram relacionados com empréstimos contraídos junto de instituições financeiras nacionais, com empréstimos obrigacionistas e juros de locação financeira.

## 22 Imposto sobre o Rendimento do Exercício

O encargo com Impostos sobre os Lucro no Exercício é analisado como segue:

<b>Imposto sobre o Rendimento</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Imposto corrente Do exercício	13 099 117	13 459 806
Imposto diferido Diferenças temporárias	(2 034 181)	(2 070 536)
	<b>11 064 936</b>	<b>11 389 270</b>

A AUTO INDUSTRIAL, SA e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2006 e 2005 foi apurado pelo Grupo com base numa taxa nominal de imposto e derrama de cerca de 27,5% de acordo com a Lei n.º 107-B / 2003, de 31 de Dezembro. O cálculo do imposto diferido de 2006 foi apurado com base na taxa de 26,5% (2005: 27,5%),

taxa que se encontrava substancialmente aprovada à data do balanço, como resultado da aprovação da lei das finanças locais que alterou a forma de cálculo da derrama bem como a respectiva taxa a aplicar.

As declarações de autoliquidação, da AUTO INDUSTRIAL, SA e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

O montante de impostos diferidos em resultados é atribuível às seguintes rubricas:

<b>Imposto Diferido sobre o Rendimento</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Imparidade	2 534 173	184 786
Desreconhecimento de activos	1 372 420	1 660 140
Empréstimos (custo amortizado)	172 196	(545 170)
Reserva de reavaliação	8 448	12 199
Anulação activos intangíveis	(2 872)	(9 726)
Derivados	(104 682)	436 093
Comissões	(327 542)	330 136
Activos financeiros disponíveis para venda	(1 637 650)	-
Outros	19 690	2 078
	<b>2 034 180</b>	<b>2 070 536</b>

## 23 Interesses Minoritários no Resultado

Os Interesses Minoritários de Resultados são os seguintes:

<b>Interesses Minoritário de Resultado Líquido</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Técnicrédito, SGPS	15 480 594	14 773 342
Central Parque, SA	1 630	7 819
Sagrup, SGPS, SA	4 477	6 904
Auto Horizonte, Lda	84	(1 072)
	<b>15 486 785</b>	<b>14 786 993</b>

## 24 Resultado por Acção

O Resultado por Acção é calculado da seguinte forma:

<b>Resultado Por Acção</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Resultado líquido	18 977 004	18 152 688
Número médio de acções	3 989 157	3 490 512
<b>Resultado por acção básico</b>	<b>4,76</b>	<b>5,20</b>
<b>Resultado por acção diluído</b>	<b>4,76</b>	<b>5,20</b>

Os Resultados por Acção Básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como acções próprias.

O aumento do número médio de acções decorre do aumento de capital da AUTO INDUSTRIAL,SA efectuado em Abril de 2005, passando de um total de acções de 2 500 000 para 4 000 000, que deduzidos das acções próprias ascendem a 2 493 227 e 3 989 157 acções, respectivamente. Assim, o número de acções em circulação em 2005, foi calculado tendo em consideração o número de acções em circulação durante o exercício, ponderado pelo tempo de circulação das mesmas.

Para o Resultado por Acção Diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluídas. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluídas quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

## 25 Activos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o movimento ocorrido no valor dos Activos Fixos Tangíveis foi o seguinte:

<b>Activos Fixos Tangíveis</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Alienações</b>	<b>Transferência ou Abates</b>	<b>Saldo Final</b>
Terrenos e recursos naturais	10 504 482	875	-	-	10 505 357
Edifícios e outras construções	32 086 334	1 313 195	387 910	7 802 099	40 813 718
Equipamento básico	12 719 557	9 653 663	10 454 072	(48 937)	11 870 211
Equipamento transporte	8 944 235	8 323 519	7 345 748	(843 314)	9 078 691
Ferramentas e utensílios	2 849 309	200 273	29 075	(2 865)	3 017 643
Equipamento administrativo	10 970 628	1 465 208	965 145	75 255	11 545 945
Outras imobilizações corpóreas	1 051 549	75 030	-	-	1 126 579
Imobilizações em curso	3 199 894	5 605 286	-	(7 783 169)	1 022 011
	<b>82 325 987</b>	<b>26 637 049</b>	<b>19 181 950</b>	<b>(800 931)</b>	<b>88 980 155</b>
<b>Amortizações e Provisões</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Alienações</b>	<b>Transferência ou Abates</b>	<b>Saldo Final</b>
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	13 519 808	2 043 284	408 296	(39 895)	15 114 900

Equipamento básico	7 934 291	1 159 170	756 404	-	8 337 058
Equipamento transporte	2 527 147	1 974 003	1 536 398	(364 974)	2 599 779
Ferramentas e utensílios	2 420 691	259 834	44 350	116	2 636 291
Equipamento administrativo	9 432 280	837 749	959 796	(5 212)	9 305 020
Outras imobilizações corpóreas	952 099	35 384	-	-	987 483
	<b>36 786 316</b>	<b>6 309 424</b>	<b>3 705 244</b>	<b>(409 965)</b>	<b>38 980 531</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>45 539 671</b>	<b>20 327 625</b>	<b>15 476 706</b>	<b>(390 966)</b>	<b>49 999 624</b>

A 31 de Dezembro de 2005, a rubrica Imobilizado em Curso, inclui um montante de 2 602 743 Euros referente ao um imóvel adquirido em regime de locação financeira para as instalações da nova sede oficial da Tecnicrédito, SGPS. A 31 de Dezembro de 2006, o imóvel no montante de 7 843 124 euros foi transferido para Edifícios e Outras Construções.

Os movimentos registados na rubrica de Equipamento Básico decorrem essencialmente das compras e alienações de viaturas, efectuadas ao longo do exercício, pela divisão de Rent-a-Car da AUTO INDUSTRIAL,SA.

A rubrica Equipamento de Transporte inclui um montante de 5 413 256 euros (2005: 5 460 656 euros) relativo às viaturas utilizadas pela Subsidiária Tecnicrédito ALD – Aluguer de Automóveis, SA na sua actividade de locação operacional.

## 26 Outros Activos Fixos Intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o movimento ocorrido no valor dos Activos Fixos Intangíveis foi o seguinte:

Activos Fixos Intangíveis	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Transferência ou Abates	Saldo Final
Propriedade industrial	32 455	12 336	6 290	-	38 502
Trespases	811 519	-	23 970	(174 579)	612 970
Outras imobilizações incorpóreas	2 826 014	239 087	471 193	(3 746)	2 590 162
Imobilizado em curso	362 112	371 180	-	(371 180)	362 112
	<b>4 032 100</b>	<b>622 603</b>	<b>501 453</b>	<b>(549 505)</b>	<b>3 603 746</b>

Imparidade de activos intangíveis	<b>(174 579)</b>	-	-	<b>174 579</b>	-
-----------------------------------	------------------	---	---	----------------	---

Amortizações e Provisões	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Transferência ou Abates	Saldo Final
Propriedade industrial	28 850	7 817	6 290	10 507	40 883
Trespases	-	-	-	-	-
Outras imobilizações incorpóreas	2 885 410	214 010	463 756	7 275	2 642 938
	<b>2 914 260</b>	<b>221 827</b>	<b>470 046</b>	<b>17 782</b>	<b>2 683 821</b>

<b>Valor Líquido</b>	<b>943 262</b>	<b>400 777</b>	<b>31 407</b>	<b>(392 708)</b>	<b>919 925</b>
----------------------	----------------	----------------	---------------	------------------	----------------

O montante expresso, em 31 de Dezembro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005, na Rubrica Outras Imobilizações Incorpóreas corresponde essencialmente a despesas com aquisição de *Software*.

O valor de imparidade registado nas contas em 2005 encontrava-se associado ao valor de um trespasse de um estabelecimento comercial alugado pela subsidiária Sodicentro, em Coimbra, mas que já não se encontrava a ser utilizado pela empresa e não se esperava obter qualquer benefício económico futuro com aquele estabelecimento. Em 2006, foi renunciado o contrato de aluguer com o proprietário do estabelecimento, sem qualquer retribuição para a empresa, pelo que foi utilizada a perda por imparidade existente para o efeito.

## 27 Investimentos Financeiros em Associadas

O valor registado nesta rubrica inclui: (i) um montante de 132 966 euros (2005: 134 219 euros) relativo à participação financeira na associada Modipe; e (ii) 4 200 000 euros relativos à aquisição da nova empresa A. Brás Heleno, S.A. (concessionária da marca *BMW* e *Mini* em Leiria e Caldas da Rainha), tendo a AUTO INDUSTRIAL adquirido a totalidade do capital da empresa e obtido um respectivo controlo em 1 de Janeiro de 2007.

## 28 Clientes de Actividade Financeira

O detalhe do valor apurado relativamente a Clientes de Actividade Financeira, das empresas do Sub-Grupo Tecnicrédito, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é como segue:

Clientes Actividade Financeira	2006	2005
<b>Crédito vincendo:</b>		
Crédito interno:		
Crédito ao consumo	540 072 874	495 828 910
Capital em locação	103 560 297	91 009 202
Crédito à habitação	2 031 758	2 551 699
Crédito tomado	6 616 167	287 802
Outros créditos	2 322 344	110 229
	654 603 440	589 787 842
Crédito ao exterior:		
Crédito ao consumo	198 284 258	156 784 543
Crédito à habitação	716 304	340 060
Crédito tomado	673 365	-
	199 673 927	157 124 603
<b>Crédito vencido:</b>		
Menos de 90 dias	3 070 833	3 120 265
Mais de 90 dias	69 815 457	53 333 418
	72 886 290	56 453 683
	927 163 657	803 366 128
Imparidade para riscos de crédito	(70 165 473)	(54 982 620)
	<b>856 998 185</b>	<b>748 383 508</b>

A rubrica Crédito ao Consumo é constituída por contratos de crédito, principalmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias em estado usado.

A rubrica Capital em Locação é constituída por contratos de locação financeira, essencialmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias em estado novo.

A rubrica Crédito à Habitação respeita a crédito concedido a colaboradores aprovado de acordo com política de pessoal do Grupo. O valor de crédito à habitação concedido aos Órgãos de Administração do Grupo ascende a 276 195 Euros (2005: 166 159 euros).

A rubrica Crédito Tomado inclui todos os valores titulados por factura ou representação documental equivalente.

A rubrica Crédito Vencido refere-se aos valores de capital das prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos rescindidos.

A análise das rubricas Crédito Vincendo e Crédito Vencido, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

	2006	2005
<b>Activo Corrente</b>		
Até 3 meses	64 054 833	57 596 086
De 3 meses a 1 ano	168 688 722	153 723 271
Duração indeterminada (crédito vencido)	72 886 290	56 453 683
	305 629 845	267 773 040
Imparidade para riscos de crédito	(70 165 473)	(54 982 620)
	<b>235 464 372</b>	<b>212 982 620</b>
<b>Activo não corrente</b>		
De 1 ano até 5 anos	570 719 555	505 582 081
Mais de 5 anos	50 814 258	30 011 007
	<b>621 533 813</b>	<b>535 593 088</b>
	<b>856 998 185</b>	<b>748 383 508</b>

A rubrica Créditos a Clientes, de acordo com o tipo de garantia, é a seguinte:

	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Crédito vincendo:		
Créditos com garantias reais	2 748 061	2 399 140
Créditos sem garantias	747 969 009	653 504 103
Créditos com outras garantias	103 560 297	91 009 202
	<b>854 277 367</b>	<b>746 912 445</b>
Crédito vencido:		
Créditos sem garantias	68 689 919	53 173 536
Créditos com outras garantias	4 196 371	3 280 147
	<b>72 886 290</b>	<b>56 453 683</b>
	<b>927 163 657</b>	<b>803 366 128</b>

A distribuição do Crédito Vincendo por tipo de taxa, é a seguinte:

	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Taxa fixa	694 760 718	651 520 922
Taxa variável	159 516 649	96 678 193
	<b>854 277 367</b>	<b>748 199 115</b>

A análise da rubrica Créditos a Clientes, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	2006	2005
Crédito vincendo:		
Empresas		
Crédito ao consumo	67 207 796	61 332 721
Capital em locação	30 218 770	26 655 969
Crédito tomado	7 289 532	287 802
Outros créditos		56 605
	104 716 098	88 333 097
Particulares		
Crédito ao consumo	671 149 336	591 280 732
Crédito em locação	73 341 527	64 353 233
Crédito à habitação	2 748 062	2 891 759
Outros créditos	2 322 344	53 624
	749 561 269	658 579 348
	854 277 367	746 912 445
Crédito vencido:		
Empresas		
Crédito ao consumo	8 148 175	5 819 983
Capital em locação	1 516 560	1 071 808
	9 664 735	6 891 791
Particulares		
Crédito ao consumo	60 541 744	47 353 553
Capital em locação	2 679 811	2 208 339
	63 221 555	49 561 892
	72 886 290	56 453 683
Imparidade para riscos de crédito	(70 165 473)	(54 982 620)
	<b>856 998 185</b>	<b>748 383 508</b>

A reconciliação da rubrica Capital em Locação, por prazos residuais é apresentada como segue:

	2006	2005

Rendas vincendas:		
Até 3 meses	8 618 660	9 623 435
De 3 meses a 1 ano	22 801 214	21 037 739
De 1 ano até 5 anos	64 719 090	57 428 543
Mais de 5 anos	7 082 747	3 040 877
	<b>103 221 711</b>	<b>91 625 400</b>
Juros vincendos:		
Até 3 meses	(1 705 784)	(1 538 391)
De 3 meses a 1 ano	(4 463 332)	(4 025 382)
De 1 ano até 5 anos	(10 474 129)	(8 653 944)
Mais de 5 anos	(874 524)	(325 601)
	<b>(17 517 769)</b>	<b>(15 028 123)</b>
Valores residuais:		
Até 3 meses	263 863	145 254
De 3 meses a 1 ano	1 372 195	844 460
De 1 ano até 5 anos	11 899 613	10 799 656
Mais de 5 anos	4 320 684	2 622 555
	<b>17 856 355</b>	<b>14 411 925</b>
	<b>107 756 668</b>	<b>91 009 202</b>

A rubrica Créditos a Clientes inclui os créditos securitizados a seguir apresentados, relativos a securitizações tradicionais detidas por Entidades de Finalidade Especial (SPE's) que foram objecto de consolidação no âmbito da SIC 12, de acordo com política contabilística descrita na nota 1.2.

Em 31 de Dezembro de 2006, existem duas operações de securitização celebradas com o Grupo e outras instituições financeiras.

A rubrica Crédito a Clientes, que inclui os montantes securitizados ao abrigo destas operações, é apresentada como segue:

	2006	2005
<i>BMORE No 2 Limited</i>	-	37 619 543
<i>BMORE Finance No 3 plc</i>	100 938 843	175 276 277
<i>BMORE Finance No 4 plc</i>	283 737 472	188 436 135
	<b>384 676 315</b>	<b>401 331 955</b>

#### *BMORE No 2 Limited*

A operação de securitização *BMORE No 2 Limited* foi efectuada em 28 de Junho de 2000 com um *Special Purpose Vehicle* (SPV) sediado em Jersey, no âmbito da qual

foram vendidos contratos de crédito ao consumo de veículos automóveis em estado usado e novo, contratos de locação financeira, contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O preço de venda foi de 105% do par, os custos de processo da venda inicial representaram 1% do par.

O prazo total da operação é igual ao da primeira operação de securitização, ou seja, de 9 anos, com um *revolving period* de 3 anos e um limite da operação fixada em cerca de euros 150 000 000. O limite da operação foi estabelecido globalmente para contratos do Banco Mais, S A e da Tecnicrédito ALD – Aluguer de Automóveis, S A.

Em Dezembro de 2006, o Banco Mais, S A e a Tecnicrédito ALD – Aluguer de Automóveis, S.A. exerceram a *clean up call* que permitiu terminar antecipadamente a operação de securitização *BMORE No 2 Limited*. O Banco Mais, S A e a Tecnicrédito ALD – Aluguer de Automóveis, S.A., recompraram contratos de crédito ao consumo e locação financeira no montante de 22 299 842 Euros, sendo que o montante de 12 722 645 euros se encontrava integralmente provisionado.

#### *BMORE Finance No 3 plc*

A operação de securitização *BMORE Finance No 3 plc* foi efectuada em 17 de Maio de 2002 com um *Special Purpose Vehicle* (SPV) sediado em Dublin, no âmbito da qual foram vendidos contratos de crédito ao consumo de veículos automóveis em estado usado e novo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O preço de venda foi de 105% do par, os custos de processo da venda inicial representaram 1% do par.

O prazo total da operação é de 9 anos, com um *revolving period* de 3 anos e um limite da operação fixado em 400 000 000 euros.

#### *BMORE Finance No 4 plc*

A operação de securitização *BMORE Finance No 4 plc* foi efectuada em 18 de Maio de 2004 com um *Special Purpose Vehicle* (SPV) sediado em Dublin, no âmbito da qual foram vendidos contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O preço de venda foi de 105% do par, os custos de processo da venda inicial representaram 1% do par.

O prazo total da operação é de 10 anos, com um *revolving period* de 3 anos e um limite da operação fixado em cerca de 400 000 000 euros.

O quadro seguinte apresenta os movimentos da Imparidade para Riscos de Crédito da actividade financeira:

<b>Imparidade para Risco de Crédito</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Saldo em 1 de Janeiro	54 982 620	45 138 114
Dotações do exercício	22 568 040	20 561 962
Reversões do exercício	(7 169 148)	(8 113 829)
Utilizações do exercício	-	(283 438)
Transferências	30 371	(2 148 759)
Diferenças cambiais	(246 410)	(171 430)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>70 165 473</b>	<b>55 266 058</b>

Os Juros sobre Crédito Vencido que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos. A 31 de Dezembro de 2006, a anulação de proveitos de contratos de locação financeira e de crédito ao consumo foi de 26 502 548 Euros (2005: 24 566 993 euros).

## 29 Activos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Activos e Passivos por Impostos Diferidos reconhecidos no balanço podem ser analisados como segue:

	<b>2006</b>		<b>2005</b>	
	<b>Activos</b>	<b>Passivos</b>	<b>Activos</b>	<b>Passivos</b>
Imparidade	5 267 762	1 840 405	2 351 968	1 458 866
Comissões actividade financeira	1 627 477	2 919 822	1 898 875	2 863 678
Prejuízos fiscais transitados	141 418	-	144 880	-
Derivados	77 547	774 896	46 071	309 498
Empréstimos (custo amortizado)	36 173	557 054	29 517	722 594
Desreconhecimento de activos	34 948	1 212 632	-	-
Anulação activos intangíveis	3 177	-	6 049	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1 637 650	45 334	2 595 438
Reserva de reavaliação	-	156 682	-	167 577
Outros	95 199	116 182	77 108	98 127
	<b>7 283 701</b>	<b>9 215 323</b>	<b>4 599 801</b>	<b>8 215 778</b>
<b>Impostos diferidos líquidos</b>	<b>(1 931 622)</b>		<b>(3 615 977)</b>	

Os Activos por Impostos Diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os Activos e Passivos por Impostos Diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, o Grupo possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

### 30 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

<b>Inventários</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Mercadorias	44 279 537	40 735 599
Produtos acabados	36 312	28 758
Produtos e trabalhos em curso	237 965	407 462
	<b>44 553 814</b>	<b>41 171 819</b>

A repartição das Mercadorias por actividade é apresentada no quadro seguinte:

	<b>2006</b>	<b>2005</b>
<b>Mercadorias</b>		
Viaturas novas	20 340 960	16 914 928
Viaturas usadas	8 542 167	7 418 429
Peças	8 000 323	8 027 830
Máquinas agrícolas	7 129 018	7 758 589
Outros	403 716	752 470
	<b>44 416 184</b>	<b>40 872 246</b>
Imparidade	(136 647)	(136 647)
	<b>44 279 537</b>	<b>40 735 599</b>

O valor de Imparidade registada corresponde a mercadorias da subsidiária Digitese e da Divisão DAF da AUTO INDUSTRIAL, que apresentavam, quer a 31Dez05 quer a 31Dez06, valor esperado de realização nulo.

### 31 Clientes de Actividade Comercial

Esta rubrica regista as dívidas de clientes decorrentes da actividade comercial do Grupo. Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência com base na sua avaliação da conjuntura e

envolventes económicas. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

<b>Clientes Actividade Comercial</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Clientes conta corrente	25 251 424	22 867 642
Clientes títulos a receber	1 039 448	1 075 744
Clientes cobrança duvidosa	6 664 873	6 852 969
	<b>32 955 745</b>	<b>30 796 355</b>
Imparidade acumulada de dívidas de clientes	<b>(6 386 988)</b>	<b>(6 166 269)</b>
	<b>26 568 757</b>	<b>24 630 086</b>

Os movimentos registados nas Perdas de Imparidade acumuladas associadas a dívidas de clientes da actividade comercial foram os seguintes:

<b>Imparidade para Dívidas Clientes Actividade Comercial</b>	
Saldo em 1 de Janeiro 2006	<b>6 166 269</b>
Dotações do exercício	512 217
Reversões do exercício	(291 498)
Utilizações do exercício	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro 2006</b>	<b>6 386 988</b>

### **32 Outras Contas a Receber**

O detalhe do valor apurado relativamente a Outras Contas e Receber, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é o seguinte:

<b>Outras Contas a Receber</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Estado e outros entes públicos	5 246 575	2 585 208

Empréstimos a empresas associadas	3 601 954	1 532 733
Adiantamentos a fornecedores	19 032	20 850
Pessoal	14 516	8 821
Outros devedores	8 602 434	7 411 982
	17 484 511	11 559 594
Imparidade de dívidas a receber	(169 895)	(194 006)
	<b>17 314 616</b>	<b>11 365 588</b>

O saldo da rubrica Estado e Outros Entes Públicos inclui um montante de 2 289 293 euros (2005: 1 264 990 euros) relativo a imposto sobre o valor acrescentado a recuperar, decorrente da actividade de algumas das empresas do Grupo. O saldo a 31Dez06 inclui um montante de 1 792 383 euros (2005: 343 277 euros) pertencente às empresas do Sub-Grupo Tecnicredito.

A rubrica Estado e Outros Entes Públicos inclui ainda um montante de 731 141 euros relativo a liquidações adicionais efectuadas ao Estado, por algumas das empresas do Grupo, decorrente de processos fiscais instaurados em anos anteriores. O Grupo impugnou judicialmente os valores liquidados, tendo assim criado um Activo por contrapartida de uma provisão para riscos e encargos (vide nota 39).

O valor registado em Empréstimos a Empresas Associadas em 2006 corresponde essencialmente a um empréstimo concedido à associada Vera Cruz, pela Sagrup no montante de 2 669 428 euros (2005: 1 523 022 euros).

A rubrica Outros Devedores inclui em 2006, um valor de 5 465 579,80 Euros (2005: 4 978 080 euros) referente a um empréstimo concedido pela subsidiária Margem Investment à empresa associada Vera Cruz.

Os movimentos registados nas perdas de imparidade acumuladas associadas a dívidas a receber foram os seguintes:

<b>Imparidade para Dívidas Clientes Actividade Comercial</b>	
Saldo em 1 de Janeiro 2006	194 006
Dotações do exercício	276 624
Reversões do exercício	(270 364)
Transferências	(30 371)

<b>Saldo em 31 de Dezembro 2006</b>	<b>169 895</b>
-------------------------------------	----------------

### 33 Outros Activos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

<b>Outros Activos Correntes</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Acréscimos de proveitos	2 918 240	1 007 587
Custos diferidos	2 173 181	2 151 380
Bónus e campanhas	1 384 155	1 077 671
Comissões bancárias	777 719	514 863
Garantias reclamadas	316 446	422 672
Aplicações por recuperação crédito	312 493	347 276
	<b>7 882 234</b>	<b>5 521 449</b>

A rubrica Acréscimos de Proveitos, em 2006, inclui o montante de 1 227 681 euros referente à comparticipação de resultados a receber das seguradoras relativamente à carteira de crédito angariada pelo Banco Mais, S.A.

Os Custos Diferidos incluem o montante de 695 701 euros (2005: 879 415 euros) relativo ao diferimento das despesas com a montagem da operação de securitização *Bmore Finance N ° 4 plc*.

O valor registado em Bónus e Campanhas corresponde à especialização dos proveitos a receber associados a: (i) reembolsos de descontos concedidos inseridos em campanhas patrocinadas pelas marcas e em apoios a frotistas; (ii) bónus, prémios e incentivos a receber pelas marcas representadas.

A rubrica Comissões Bancárias corresponde aos custos diferidos com as comissões bancárias pagas antecipadamente, pelas diversas empresas do Sub-Grupo Tecnicrédito.

O valor registado em Garantias Reclamadas corresponde aos proveitos a receber das marcas relativos a custos incorridos em reparações efectuadas em viaturas, em período de garantia.

A rubrica Aplicações por Recuperação de Crédito, no montante 312 493 euros (2005: 347 276 euros) representa os valores relativos aos bens recuperados por resolução de contratos, cuja mensuração é efectuada de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.23.

### 34 Derivados de Cobertura

O detalhe do valor apurado nesta rubrica, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é apresentado no quadro seguinte:

<b>Derivados de Cobertura</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Activo:		
<i>Interest rate swaps</i>	5 355 662	881 958
Passivo:		
<i>Interest rate swaps</i>	-	(6 341 882)
<b>Valor Líquido</b>	<b>5 355 662</b>	<b>(5 459 924)</b>

A totalidade dos derivados de cobertura registados pertencem às empresas do Sub-Grupo Tecnicrédito.

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente, se o Grupo está exposto às variações de justo valor, ou a variações de *cash-flows*, ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

O Grupo à data de 31 de Dezembro de 2006 e 2005 e de acordo com os critérios contabilísticos localmente aplicáveis, apresentava na sua carteira de passivos emitidos um conjunto de emissões a taxa variável para as quais existiam àquela data instrumentos financeiros derivados (IRS) com o objectivo de efectuarem a cobertura do risco de taxa de juro associado a essas emissões.

O Grupo para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da norma IAS 39, adoptou a contabilidade de cobertura formal a partir de 1 de Janeiro de 2005, nomeadamente o modelo de cobertura de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa (*Cash flow hedge*) e apresenta na sua carteira de derivados, *swaps* de taxa de juro, que estão a cobrir o risco de variações nos fluxos de caixa dos passivos subordinados e responsabilidades representadas por títulos.

O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes. Para o exercício em análise foi registado por contrapartida de Reservas de justo valor o montante de 5 277 797 euros, correspondendo à parte efectiva das variações de justo valor dos derivados de cobertura.

A análise dos *nocionais* da carteira de instrumentos financeiros derivados de cobertura por maturidades é a seguinte:

<b>Derivados de Cobertura por Maturidade</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Activo:		
De 3 meses a 1 ano	4 188 504	14 750 000
De 1 ano até 5 anos	485 456 328	46 750 000
Mais de 5 anos	1 139 545	-
	<b>490 784 377</b>	<b>61 500 000</b>
Passivo:		
Até 3 meses	-	35 849 916
De 3 meses a 1 ano	-	56 109 661
De 1 ano até 5 anos	-	314 364 177
Mais de 5 anos	-	10 830 547
	-	<b>417 154 301</b>

### 35 Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O detalhe do valor apurado nesta rubrica, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é como segue:

<b>Activos Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos	64 229	63 368
Acções e outros títulos de rendimento variável de outros emissores	40 233	34 046
	<b>104 462</b>	<b>97 414</b>

A análise da rubrica Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo de emissores públicos por maturidade é a seguinte:

<b>Obrigações e Títulos de Rendimento Fixo</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Mais de 5 anos	64 229	63 368
	<b>64 229</b>	<b>63 368</b>

### 36 Activos Financeiros Detidos para Negociação

O detalhe do valor apurado nesta rubrica, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é como segue:

<b>Activos Financeiros Disponíveis para Negociação</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Derivados de taxa de juro	4 314 736	5 565 568
Derivados de moeda	590 993	34 310
	<b>4 905 729</b>	<b>5 599 878</b>

Em 1 de Janeiro de 2005, o Grupo passou a valorizar os Activos Financeiros Detidos para Negociação ao seu justo valor de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.17.

A análise dos *nocionais* da carteira de activos financeiros detidos para negociação por maturidades é a seguinte:

<b>Activos financeiros Disponíveis para Negociação por Maturidade</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Até 3 meses	-	26.378.741
De 3 meses a 1 ano	61.224.488	60.692.994
De 1 ano até 5 anos	308.071.838	370.181.280
Mais de 5 anos	1.121.353	10.830.548
	<b>370.417.679</b>	<b>468.083.563</b>

### **37 Caixa e seus Equivalentes**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica de Caixa e seus Equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

<b>Caixa e seus Equivalentes</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Caixa	288 042	166 222
Bancos centrais	71 118	180 672
Depósitos à ordem	65 035 525	60 004 345
Outros depósitos bancários	902 852	220 000
	<b>66 297 537</b>	<b>60 571 239</b>

A rubrica Bancos Centrais corresponde a depósitos efectuados pelas empresas do Sub-Grupo Tecnicredito por forma a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de

caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

A rubrica Outros Depósitos Bancários corresponde a aplicações em instituições de crédito no estrangeiro, efectuadas por empresas do Sub-Grupo Tecnicrédito.

### 38 Activos e Passivos Detidos para Venda

Conforme mencionado na Nota 2 19, os activos classificados como detidos para venda encontram-se associados às empresas subsidiárias que estão em processo de liquidação e foram mensurados pelos respectivos justos valores menos os custos de vender. Assim, o detalhe do valor apurado nesta rubrica, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é o seguinte:

<b>Activos e Passivos Detidos para Venda</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Activos	303 947	303 648
Imparidade acumulada	(246 392)	(246 093)
	<b>57 555</b>	<b>57 555</b>
Passivos relacionados	<b>124 638</b>	<b>125 577</b>

As empresas subsidiárias classificadas como detidas para venda estão discriminadas no quadro seguinte:

<b>Firma</b>	<b>Sede Social</b>	<b>Detentores de Capital</b>	<b>% do Capital</b>	<b>% do Capital</b>
			<b>Detido</b>	<b>Detido</b>
			<b>2006</b>	<b>2005</b>
RMP - Reparações Mecânicas do Pombal, Lda	Pombal	Auto Industrial, SA e EUA, Lda	100,00%	100,00%

Firma	Sede Social	Detentores de Capital	% do Capital	% do Capital
			Detido	Detido
			2006	2005
Novitexto – Base de Dados, Lda	Lisboa	Auto Industrial, SA e CAM, SA	100,00%	100,00%
AUA – Auto Associadas (Automóveis), Lda	Estoril	Auto Industrial, SA e Novitexto, Lda	100,00%	100,00%
Auto-Palace Automóveis, Lda	Lisboa	Auto Industrial, SA e EUA, Lda	100,00%	100,00%
Auto Caldense Automóveis, Lda	Caldas da Rainha	Auto Industrial, SA e EUA, Lda	100,00%	100,00%
Estação de Serviço Novalmadauto, Lda	Almada	Auto Industrial, SA e Central Parque, SA	93,24%	93,24%

Todas as empresas acima identificadas estão em processo de liquidação, estando apenas pendente os últimos trâmites legais para que se proceda ao registo de encerramento da liquidação.

Os movimentos registados nas perdas de imparidade acumuladas associadas a activos detidos para venda foram os seguintes:

Imparidade Activos Detidos para Venda	
Saldo em 1 de Janeiro 2006	246 093
Dotações do exercício	2 817
Reversões do exercício	(2 519)
<b>Saldo em 31 de Dezembro 2006</b>	<b>246 392</b>

### 39 Provisões

As Provisões podem ser analisadas como se segue:

Provisões	Saldo Inicial 2005	Aumentos	Diminuições	Utilização	Saldo Final 2006
Provisões riscos e encargos	6 550 181	11 636	2 806 463	120 338	3 635 015

Provisões processos fiscais	731 142	-	-	-	731 142
	<b>7 281 323</b>	<b>11 636</b>	<b>2 806 463</b>	<b>120 338</b>	<b>4 366 157</b>

A rubrica Provisões para Processos Fiscais, no montante de 731 141 euros corresponde provisões criadas por três empresas do Grupo (Auto Industrial, EUA e CAM) associadas a activos sobre o Estado decorrentes de processos fiscais instaurados em anos anteriores e reclamados pelas Empresas (vide nota 32).

As restantes Provisões registadas nesta rubrica correspondem essencialmente a provisões criadas nas diversas empresas do Sub-Grupo Tecnicrédito, para cobertura de riscos e encargos diversos, que em 2006 ascendiam a 2 951 000 euros (2005: 5 805 926 euros).

## 40 Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição por natureza:

<b>Empréstimos</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
<b>Não corrente</b>		
Empréstimos obrigacionistas	368 735 451	320 808 750
Papel comercial	14 981 969	17 475 958
Outros empréstimos obtidos	240 596 268	91 967 703
	<b>624 313 688</b>	<b>430 252 411</b>
<b>Corrente</b>		
Empréstimos obrigacionistas	74 939 671	132 078 384
Papel comercial	-	29 575 468
Descobertos bancários	30 870 822	41 133 047
<i>Hotmoney</i>	4 000 000	-
Outros empréstimos obtidos	52 685 507	48 477 038
	<b>162 496 001</b>	<b>251 263 937</b>
	<b>786 809 689</b>	<b>681 516 348</b>

A análise dos Empréstimos de acordo com o período remanescente das operações, é apresentada como segue:

<b>Maturidade</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Até 1 ano	131 625 178	210 130 890
1 ano a 5 anos	624 313 688	430 252 411
Duração indeterminada (descobertos bancários)	30 870 822	41 133 047

**786 809 689**      **681 516 348**

À data de 31 de Dezembro de 2006, os Empréstimos representados por títulos que se encontravam em vigor (Empréstimos Obrigacionistas e Papel Comercial) apresentavam as seguintes características:

Documento de Emissão	Data de Emissão	Data de Reembolso	Taxa de Juro	31dez06 (Euros)
<b>Papel Comercial</b>				
BESI - Papel Comercial	Out-03	Out-08	4,9650%	7 500 000
BCPI	Out-02	Out-07	5,3181%	4 987 980
BCPI	Out-02	Out-07	4,8701%	2 493 989
				<b>14 981 969</b>
<b>Obrigações</b>				
Caixa Geral de Depósitos	Jun-05	Jun-10	5,7394%	8 757 974
BCPI	Jun-05	Jun-10	5,9316%	7 371 837
Obrigações Subordinadas AI/2002 - 1º emissão	Abr-02	Abr-07	11,0667%	2 752 302
<i>Banco Mais, S A</i>				
Banco Mais 2002-2007	Set-02	Abr-07	E6M +1%	3 750 000
Banco Mais 2005-2010	Jun-05	Jun-10	E6M +0,875%	20 000 000
Periodificações e custos diferidos				78 211
<i>BMORE Finance No 3 plc</i>				
Class A Secured Floating Rate	Mai-02	Mai-12	E3M+0,32%	66 534 507
Class B Secured Floating Rate	Mai-02	Mai-12	E3M+0,80%	15 400 000
Class C Secured Floating Rate	Mai-02	Mai-12	E3M+1,50%	12 100 000
Periodificações e custos diferidos				44 556
<i>BMORE Finance No 4 plc</i>				
Class A Secured Floating Rate	Mai-04	Mai-14	E3M+0,20%	255 000 000
Class B Secured Floating Rate	Mai-04	Mai-14	E3M+0,35%	15 740 000
Class C Secured Floating Rate	Mai-04	Mai-14	E3M+0,55%	17 260 000
Class D Secured Floating Rate	Mai-04	Mai-14	E3M+0,94%	12 000 000
Periodificações e custos diferidos				1 317 333
Banco Mais 2004/2011 com juro suplementar	Dez-04	Mar-01	Taxa fixa 2,5% + Juro suplementar	5 568 402
				<b>443 675 122</b>
				<b>458 657 091</b>

O empréstimo Obrigacionista subordinado AI/2002 vence juros a uma taxa constituída por uma componente fixa e outra variável. Os juros relativos à componente fixa, são pagos anualmente à taxa de 3,5%. O juro suplementar é calculado com base numa proporção calculada em função da relação entre os resultados líquidos e o capital social da AUTO INDUSTRIAL,S.A. à data da subscrição.

O empréstimo obrigacionista Banco Mais 2004/2011 vence juros a uma taxa constituída por uma componente fixa e outra variável. Os juros relativos à componente fixa, são pagos anualmente à taxa de 2,5%. O juro suplementar é calculado com base numa proporção calculada em função da relação entre os resultados líquidos e o capital social do Banco Mais, S.A. à data da subscrição.

#### 41 Passivo por Locação Financeira

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica Passivos por Locação Financeira, tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2006	2005
<b>Não Corrente</b>		
Passivo por locação financeira superior a 1 ano	11 496 795	9 510 754
<b>Corrente</b>		
Passivo por locação financeira até 1 ano	3 573 241	1 502 090
	<b>15 070 036</b>	<b>11 012 844</b>

Os valores registados nesta rubrica correspondem às responsabilidades assumidas pelo Grupo decorrentes de contratos de locação financeira celebrados para aquisição de imóveis e equipamentos.

O Passivo Não Corrente e o Passivo Corrente incluem, respectivamente, 7 092 815 euros (2005: 2 375 383 euros) e 646 859 euros (2005: 227 360) referente ao valor a pagar relativo ao contrato de locação financeira celebrado durante o exercício de 1999, pelo Banco Mais, tendo por objecto o imóvel das novas instalações do Sub-Grupo Tecnicrédito.

#### 42 Fornecedores

Esta rubrica regista os valores das dívidas contraídas pelo Grupo aos seus fornecedores, associados ao desenvolvimento da actividade comercial do Grupo, estando o saldo desta rubrica essencialmente relacionado com a actividade das empresas pertencentes ao Segmento Automóvel, conforme demonstrado no quadro seguinte:

<b>Fornecedores</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Sectores de actividade		
Automóvel	26 742 895	23 360 963
Equipamentos agrícolas, industriais e marítimos	2 960 405	2 163 674
Gestão de participações e outros	425 457	147 496
Eliminações intra-segmentos	(2 484 602)	(639 410)
	<b>27 644 155</b>	<b>25 032 723</b>

### 43 Outras Contas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

<b>Outras Contas a Pagar</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Cauções recebidas	15 105 832	13 098 879
Imposto sobre o rendimento	4 108 203	7 556 357
Recursos de clientes da actividade financeira	2 755 000	3 972 918
Comissões por angariação de contratos	2 623 456	1 531 248
Estado e outros entes públicos	2 565 837	2 257 913
Companhias de seguros	1 575 135	1 768 073
Adiantamento de clientes	393 656	672 392
Credores diversos	1 852 393	2 449 231
	<b>30 979 512</b>	<b>33 307 011</b>

A rubrica Cauções Recebidas refere-se a cauções recebidas de clientes de locação financeira, pelas empresas do Sub-Grupo Tecnicrédito.

O valor registado em Imposto Sobre o Rendimento inclui um montante de 3 792 717 euros (2005: 7 226 762 euros) relativo ao imposto sobre o rendimento a pagar das empresas do Sub-Grupo Tecnicrédito.

A Provisão para Impostos Sobre Lucros da AUTO INDUSTRIAL e das suas empresas subsidiárias foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço. Cada empresa do Grupo prepara individualmente a declaração de impostos sobre lucros, embora algumas das empresas estejam a ser tributadas através do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, previsto no artigo 63º e seguintes do Código do IRC.

A rubrica Recursos de Clientes da Actividade Financeira refere-se a depósitos com pré-aviso recebidos de clientes, no âmbito da actividade da empresa do Sub-Grupo Tecnicrédito, Banco Mais, S.A. Esta rubrica tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

<b>Depósitos com Pré-aviso</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Até 3 meses	65 420	90 577
Duração indeterminada	2 689 580	3 882 341
	<b>2 755 000</b>	<b>3 972 918</b>

A rubrica Comissões por Angariação de Contratos no montante de refere-se a comissões a pagar a angariadores de contratos de crédito ao consumo e locação financeira, nas diversas empresas do Sub-Grupo Tecnicrédito.

O saldo da rubrica Estado e Outros Entes Públicos corresponde a valores a liquidar ao Estado decorrente essencialmente de: (i) Contribuições para a Segurança Social; (ii) Imposto sobre o valor acrescentado; (iii) retenções na fonte de imposto sobre o rendimento; e (iv) imposto de selo.

O valor registado em Companhias de Seguros no montante de 1 575 135 euros (2005: 1 768 073 euros) refere-se a prémios de seguros de vida e protecção total recebidos de clientes e a entregar pelo Grupo, decorrente da actividade da empresa mediadora de seguros do Sub-Grupo Tecnicrédito.

O valor da rubrica Credores Diversos provém na sua maioria (1 143 161 euros em 2006 e 1 562 788 euros em 2005) diversas empresas da actividade financeira, do Sub-Grupo Tecnicrédito.

#### **44 Passivos Financeiros Detidos para Negociação**

O detalhe do valor apurado nesta rubrica, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é como segue:

<b>Passivos financeiros Disponíveis para Negociação</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Derivados de taxa de juro	3 531 601	5 378 034
Derivados de moeda	9 898	175 584

	<b>3 541 499</b>	<b>5 553 618</b>
--	------------------	------------------

A análise dos *nacionais* da carteira de Instrumentos Financeiros Derivados de Taxa de Juro Detidos para Negociação por maturidades é a seguinte:

<b>Passivos Financeiros Disponíveis para Negociação por Maturidade</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Até 3 meses	12 698 974	12 383 037
De 3 meses a 1 ano	96 524 930	57 472 593
De 1 ano até 5 anos	400 455 739	312 647 169
Mais de 5 anos	1 139 545	10 657 642
	<b>510 819 188</b>	<b>393 160 441</b>

Os Derivados Embutidos destacados pelo Grupo encontram-se registados na rubrica Derivados de Taxa de Juro, tendo sido considerado como de negociação.

## **45 Outros Passivos Correntes**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica Outros Passivos Correntes apresentava o seguinte detalhe:

<b>Outros Passivos Correntes</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Outros acréscimos de custos	4 514 036	3 862 851
Remunerações a liquidar	3 289 267	3 256 697
Proveitos diferidos	248 977	320 349
	<b>8 052 280</b>	<b>7 439 897</b>

O valor registado em Remunerações a Liquidar corresponde à estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias, associados às remunerações dos empregados das diversas empresas do Grupo.

A rubrica Outros Acréscimos de Custos provém na sua maioria das empresas do Sub-Grupo Tecnicrédito (2 354 665 euros em 2006 e 1 508 187 euros), incluindo um montante de 700 227 euros (2005: 355 813 euros) referente à estimativa de valores a pagar a advogados e com despesas judiciais, decorrentes da actividade do Sub-Grupo. O restante valor registado nesta rubrica corresponde essencialmente à especialização dos encargos com *Rappel* a atribuir pelas empresas do Grupo pertencentes ao Sector Automóvel.

## 46 Capital Próprio

### *Capital nominal*

O capital social de 20 000 000 euros, representado por 4 000 000 acções com o valor nominal de 5 euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Em Abril de 2005, a AUTO INDUSTRIAL efectuou um aumento de capital no montante de 7 500 000 euros, por incorporação de reservas legais no montante de 893 805 euros e de reservas livres de 6 606 195 euros, emitindo para o efeito 1 500 000 novas acções.

### *Acções próprias*

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o Grupo possuía em carteira 10 843 acções próprias, cujo valor nominal ascende a 54 215 euros, as quais foram adquiridas com um prémio de emissão de 38 418 euros.

### *Reservas e resultados acumulados*

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

<b>Reservas e Resultados Acumulados</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Reserva legal	3.450.225	199.137
Reserva de justo valor	9.378.500	4.087.803
Ajustamentos de equivalência patrimonial	(254.777)	(169.033)
Outras reservas e resultados acumulados	63 216 326	48 515 517
	<b>75.790.274</b>	<b>52.633.424</b>

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. A AUTO INDUSTRIAL, SA, bem como as restantes empresas do Grupo, reforçam anualmente a sua reserva legal com uma percentagem mínima entre os 5% e os 10% dos lucros líquidos anuais dependendo da actividade económica.

### *Reserva de justo valor*

As Reservas de Justo Valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos por operações de cobertura e dos

activos financeiros disponíveis para venda, conforme descrito nas notas 2.16 e 2.17, respectivamente.

#### *Outras reservas e resultados transitados*

O valor registado nesta rubrica corresponde ao valor das Reservas Livres e dos Resultados Transitados do Grupo.

## **47 Interesses Minoritários no Capital Próprio**

Os Interesses Minoritários decompõe-se da seguinte forma:

<b>Interesses Minoritários</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Interesses minoritários de capital próprio	76 533 210	58 113 139
Interesses minoritários de resultado líquido	15 486 785	14 786 993
	<b>92 019 995</b>	<b>72 900 132</b>

Os Interesses Minoritários no resultado líquido encontram-se discriminados na nota 23, apresentando-se no quadro seguinte a decomposição dos interesses minoritários no capital próprio:

<b>Interesses Minoritário de Capital Próprio</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Técnicrédito, SGPS	76 251 700	57 836 258
Sagrup, SGPS, SA	201 114	203 231
Central Parque, SA	80 064	72 245
Auto Horizonte	332	1 405
	<b>76 533 210</b>	<b>58 113 139</b>

## **48 Contas Extrapatrimoniais**

Esta rubrica é analisada como segue:

<b>Contas Extrapatrimoniais</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Cauções estatutárias	25 000	25 000
Mercadorias de terceiros em consignação	9 861 290	9 102 009
Outras cauções	240	331
Garantias e avals prestados	10 734 118	9 131 481
Compromissos assumidos perante terceiros	7 367 737	1 850 494
Compromissos assumidos por terceiros	72 514 419	45 325 700
<i>Garantias reais:</i>		
Activos recebidos em garantia	105 900	86 915
<i>Outras contas extrapatrimoniais:</i>		

Créditos abatidos ao activo	29 847 792	30 250 794
Juros e despesas de crédito vencido anulados	26 502 548	24 566 993
<i>Rendas vincendas:</i>		
De contratos sem rendas em atraso	91 716 434	88 584 523
De contratos com rendas em atraso	11 505 278	3 040 877
<i>Valores residuais:</i>		
De contratos sem rendas em atraso	15 518 959	14 411 925
De contratos com rendas em atraso	2 337 396	-

Os instrumentos financeiros são registados no Balanço quando se tornam exigíveis. Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

## 49 Justo valor

A 31 de Dezembro de 2006, a decomposição dos activos e passivos financeiros do Grupo contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como se segue:

	<b>Valor contabilístico Euros</b>	<b>Justo Valor Euros</b>	<b>Diferença Euros</b>
<b>Activos financeiros</b>			
Crédito a clientes	856 998 184	975 564 546	118 566 362
Detidos para negociação	4 905 729	4 905 729	-
<b>Passivos financeiros</b>			
Depósitos de instituições crédito	289 395 315	289 395 315	-
Depósitos de clientes	2 755 000	2 755 000	-
Títulos de dívidas emitidos	458 657 091	458 657 091	-
Detidos para negociação	3 541 499	3 541 499	-

A 31 de Dezembro de 2005, a decomposição dos activos e passivos financeiros do Grupo contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como se segue:

	<b>Valor contabilístico Euros</b>	<b>Justo Valor Euros</b>	<b>Diferença Euros</b>
<b>Activos financeiros</b>			
Crédito a clientes	748 383 508	853 340 398	104 956 890
Detidos para negociação	5 599 878	5 599 878	-
<b>Passivos financeiros</b>			
Depósitos de instituições crédito	153 868 110	153 868 110	-

Depósitos de clientes	3 972 918	3 972 918	
Títulos de dívidas emitidos	470 363 092	470 363 092	
Detidos para negociação	5 553 618	5 553 618	

## 50 Relato por Segmentos

Ver página em anexo com  
*NOTA 50 RELATO SEGMENTOS*

## 51 Factos Relevantes Ocorridos Durante o Ano 2006 e Eventos Subsequentes

### *Factos relevantes ocorridos em 2006*

Durante o ano de 2006, a AUTO INDUSTRIAL, SA iniciou a distribuição da marca de automóveis *Isuzu* nas delegações de Coimbra, Leiria e Porto.

Em Janeiro de 2006, a Mercentro foi nomeada distribuidora de automóveis da marca *Smart* em Aveiro.

No ultimo trimestre de 2006, a EUA – Empresa Universal de Automóveis, Lda Iniciou a comercialização dos automóveis da marca *Dodge*.

Em 26 de Dezembro de 2006 a AUTO INDUSTRIAL, SA adquiriu a totalidade do capital da Empresa A Brás Heleno, SA, concessionária da marca *BMW* e *Mini* em Leiria e Caldas da Rainha.

Em 27 de Março de 2006, o Banco Mais, S A constituiu uma Sucursal na Polónia com a denominação Banco Mais *Spólka Akayjna Oddzial W Polska*.

Em 7 de Setembro de 2006 foi alterada a denominação social da Tecnicredito Hungria decorrente da alteração de estatutos, como consequência da transformação da Sociedade em Banco, passando a denominar-se *Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság*.

Em Dezembro de 2006, o Banco Mais, S.A. exerceu a *clean up call* que permitiu terminar antecipadamente a operação de securitização *BMORE No 2 Limited*. O Banco Mais, S.A., recomprou contratos de crédito ao consumo no montante de 22 118 074 euros, sendo que o montante 12 697 342 euros se encontrava integralmente provisionado.

#### *Eventos Subsequentes*

No final de Fevereiro de 2007, a CAM foi nomeada concessionária da Marca *Mitsubishi* no Porto.

Em Fevereiro de 2007, a AUTO INDUSTRIAL lançou a marca *AutoPremium* vocacionada para a comercialização de automóveis usados de gama alta.

## 50 Relato por Segmentos

Rubricas		Segmentos de Negócio										Eliminações		Consolidado	
		Financeiro		Automóvel		Máq. e Equip. Agrícolas Indust. e Marítimos		Gestão de Participações		Outros		2006	2005	2006	2005
		2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
<b>RESULTADOS</b>															
<b>Rédito dos negócios</b>															
Rédito das vendas e dos serviços prestados	1	7.253.831	4.765.266	287.941.748	292.985.872	19.987.013	20.465.840	999.000	999.000	2.157.496	2.859.315	-38.033.475	-34.419.299	280.305.613	287.655.993
Proveitos (juros) obtidos na actividade financeira	2	102.650.471	99.996.640	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	102.650.471	99.996.640
Outros rendimentos e ganhos operacionais	3	25.096.358	12.114.260	4.008.571	5.139.477	311.727	510.159	892.814	767.996	346.292	463.848	-1.201.717	-1.003.463	29.454.045	17.992.276
Varição nos inventários de produtos acabados e em curso	4	0	0	-8.028	27.987	-570	537	0	0	0	0	0	0	-8.598	28.524
<b>Total do rédito dos negócios</b>	<b>6=1a5</b>	<b>135.000.660</b>	<b>116.876.166</b>	<b>291.942.290</b>	<b>298.153.336</b>	<b>20.298.170</b>	<b>20.976.535</b>	<b>1.891.814</b>	<b>1.766.996</b>	<b>2.503.788</b>	<b>3.323.162</b>	<b>-39.235.192</b>	<b>-35.422.762</b>	<b>412.401.531</b>	<b>405.673.434</b>
<b>Gastos dos negócios</b>															
Inventários consumidos e vendidos	7	0	0	-257.559.070	-263.405.247	-16.589.316	-16.857.006	0	0	-78	0	33.688.085	30.591.606	-240.460.379	-249.670.647
Custos (juros) suportados na actividade financeira	8	-30.914.423	-29.497.813	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-30.914.423	-29.497.813
Materiais e serviços consumidos	9	-15.983.544	-13.632.686	-12.173.397	-12.639.825	-1.609.908	-1.738.358	1.628.209	1.626.733	-1.629.108	-1.558.999	5.547.106	4.831.155	-24.220.641	-23.111.980
Custos com o pessoal	10	-7.628.132	-6.487.392	-16.208.397	-16.769.914	-1.112.092	-1.202.784	-1.713.208	-1.553.705	-434.826	-400.831	0	0	-27.096.525	-26.414.626
Gastos de depreciação e amortização	11	-2.650.724	-2.347.612	-1.815.013	-1.899.526	-54.517	-51.250	-1.332.201	-1.379.946	-678.796	-991.327	0	0	-6.531.250	-6.669.661
Perdas por imparidade de activos e suas reversões	12	-10.942.751	-10.456.479	-308.383	-468.508	261.730	-264.243	-2.817	-10.114	-171.547	-135.451	0	0	-11.163.768	-11.334.795
Aumentos e diminuições de provisões	13	2.794.825	4.510.293	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.794.825	4.510.293
Outros gastos e perdas operacionais	14	-22.760.576	-9.215.379	-1.130.086	-1.095.594	-322.842	-106.019	-139.038	-158.015	-149.124	-154.520	0	0	-24.501.665	-10.729.527
<b>Total dos gastos dos negócios</b>	<b>15=7a14</b>	<b>-88.085.325</b>	<b>-67.127.068</b>	<b>-289.194.345</b>	<b>-296.278.614</b>	<b>-19.426.945</b>	<b>-20.219.660</b>	<b>-1.558.925</b>	<b>-1.475.048</b>	<b>-3.063.478</b>	<b>-3.241.128</b>	<b>39.235.192</b>	<b>35.422.762</b>	<b>-362.093.827</b>	<b>-352.918.756</b>
<b>Resultados dos negócios</b>	<b>16=6+14</b>	<b>46.915.335</b>	<b>49.749.098</b>	<b>2.747.945</b>	<b>1.874.722</b>	<b>871.225</b>	<b>756.875</b>	<b>332.889</b>	<b>291.948</b>	<b>-559.690</b>	<b>82.034</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>50.307.704</b>	<b>52.754.677</b>
<b>Outros ganhos e perdas</b>															
Lucros imputados de associadas	17	0	0	670	616	0	0	1.582.185	1.391.118	0	0	-1.498.450	-1.311.144	84.406	80.590
Ajustamentos positivos e mais-valias de instrumento financeiros	18	15.718.796	25.886.067	4.755	0	0	0	1.389.216	1.754.839	0	0	-844.979	-1.571.795	16.267.788	26.069.111
Outros rendimentos e ganhos financeiros	19	0	0	41.807	65.698	66.895	35.843	1.565.036	1.723.055	297.755	450.690	-1.612.202	-1.764.099	359.292	511.188
Prejuizos imputados de associadas	20	0	0	-584.006	-398.250	-252.678	-278.371	1.068.986	995.146	-232.301	-318.525	0	0	1	0
Ajustamentos negativos e menos-valias de instrumentos financeiros	21	-14.767.425	-28.978.534	0	0	0	0	-3.661	-52.426	0	0	844.979	1.571.795	-13.926.106	-27.459.164
Juros e outros gastos e perdas financeiros	22	-3.803.080	-3.939.422	-1.935.594	-2.085.647	-267.316	-307.232	-3.001.889	-2.790.222	-168.681	-269.029	1.612.202	1.764.099	-7.564.359	-7.627.452
Imposto sobre o rendimento	23	-10.553.982	-10.935.602	61.462	245.875	-261.893	-134.001	-296.555	-541.402	-13.968	-24.140	0	0	-11.064.936	-11.389.270
<b>Total dos outros ganhos (perdas)</b>	<b>24=17a23</b>	<b>-13.405.691</b>	<b>-17.967.491</b>	<b>-2.410.906</b>	<b>-2.171.708</b>	<b>-714.991</b>	<b>-683.760</b>	<b>2.303.319</b>	<b>2.480.109</b>	<b>-117.195</b>	<b>-161.003</b>	<b>-1.498.450</b>	<b>-1.311.144</b>	<b>-15.843.915</b>	<b>-19.814.997</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>24=16+24</b>	<b>33.509.644</b>	<b>31.781.607</b>	<b>337.039</b>	<b>-296.986</b>	<b>156.233</b>	<b>73.115</b>	<b>2.636.208</b>	<b>2.772.057</b>	<b>-676.884</b>	<b>-78.969</b>	<b>-1.498.450</b>	<b>-1.311.144</b>	<b>34.463.790</b>	<b>32.939.680</b>
<b>Interesses minoritários no resultado</b>	<b>25</b>	<b>15.480.595</b>	<b>14.773.348</b>	<b>1.713</b>	<b>6.740</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4.477</b>	<b>6.904</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15.486.785</b>	<b>14.786.993</b>
<b>Resultado líquido atribuível aos accionistas</b>	<b>26=24-25</b>	<b>18.029.049</b>	<b>17.008.259</b>	<b>335.326</b>	<b>-303.726</b>	<b>156.233</b>	<b>73.115</b>	<b>2.636.208</b>	<b>2.772.057</b>	<b>-681.361</b>	<b>-85.873</b>	<b>-1.498.450</b>	<b>-1.311.144</b>	<b>18.977.005</b>	<b>18.152.688</b>
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>															
Activo líquido	27	966.547.423	833.529.433	88.874.516	85.819.038	11.704.095	12.293.637	77.043.524	77.390.488	10.836.124	9.711.111	-62.430.916	-69.246.261	1.092.574.766	949.497.446
Passivo	28	769.001.498	677.328.330	64.091.333	63.408.136	6.053.353	6.799.129	64.054.444	66.347.334	8.310.602	6.467.355	-25.707.940	-34.523.285	885.803.291	785.826.999

Unidade: Euros

## **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Senhores Accionistas:

*Nos termos dos artigos 508º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, e do mandato que V. Ex<sup>as</sup> nos conferiram, o Conselho Fiscal acompanhou, com a frequência que entendeu necessária, durante o exercício de 2006, o processo de preparação das contas consolidadas, com o apoio e colaboração, que agradece, do Conselho de Administração e dos serviços administrativos, analisando os documentos que lhe serviram de suporte e verificando a sua conformidade com as disposições aplicáveis.*

*O Conselho verificou igualmente a concordância do Relatório Consolidado de Gestão com as Contas Consolidadas do exercício.*

*Nestas condições é parecer do Conselho Fiscal que o Relatório Consolidado apresentado pelo Conselho de Administração e as Contas Consolidadas satisfazem todos os requisitos legais.*

*Sendo assim, o Conselho Fiscal, apoiado pela Certificação Legal das Contas Consolidadas elaborada pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu a sua inteira concordância, propõe:*

*Sejam aprovados o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.*

**Coimbra 28 de Fevereiro de 2007**

O Conselho Fiscal

*Sílvio Costa - Presidente*

*Maria Teresa Andrade Dias*

*António Luís Athayde Martha*

*Carlos Manuel Amado Figueiredo Nunes*

*António Freitas dos Santos - ROC*

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **INTRODUÇÃO**

*1 – Examinei as demonstrações financeiras anexas, consolidadas da Auto-Industrial SA, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de balanço de 1.092.574.766 Euros e um total de capital próprio de 206.771.476 Euros, incluindo um resultado líquido de 18.977.004 Euros atribuível aos accionistas e reconhecido na Demonstração dos Resultados consolidados e um total de interesses minoritários de 92.019.995 Euros) as Demonstrações dos Resultados Consolidados e a demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRSs”) tal como adoptadas pela União Europeia.*

### **RESPONSABILIDADES**

*2- É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de empresas englobadas na consolidação, e o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.*

*3- A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.*

### **ÂMBITO**

*4- O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:*

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;*
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;*
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;*
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade*
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.*

*5 - O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas*

*6 – Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.*

## **OPINIÃO**

*7 - Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Auto Industrial sa em 31 de Dezembro de 2006 o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.*

*Coimbra 28 de Fevereiro de 2007*

**António Freitas dos Santos**  
**Roc nº 263**

## **RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO**

### **INTRODUÇÃO**

O presente Relatório é emitido nos termos das disposições legais em vigor, nomeadamente tendo em atenção o estatuído no artº 452 do Código das Sociedades Comerciais, e através dele damos conhecimento das diligências e acções tomadas durante o ano de 2006, no âmbito da revisão legal das contas consolidadas de Auto-Industrial S.A..

### **ÂMBITO**

Procedemos à revisão legal da Auto-Industrial S.A. e ao exame das suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, de acordo com as normas técnicas de revisão aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas, cujo conteúdo damos aqui como integralmente reproduzido.

### **TRABALHOS EFECTUADOS**

Os procedimentos adoptados no desenvolvimento sistemático da revisão legal ao longo do exercício de 2006, assentaram fundamentalmente nos aspectos e áreas seguintes:

- acompanhamento da gestão corrente das Empresas do Grupo Auto Industrial através de contactos regulares com elementos das respectivas Administrações, e outros responsáveis, nomeadamente na área financeira, tendo solicitado e obtido todos os esclarecimentos que considerámos necessários.
- apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pelas diversas empresas e que se encontram divulgadas no Anexo às Contas.
- análise da informação financeira divulgada pelas empresas que integram a consolidação, com verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias nelas constantes.
- apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade.

### **CONCLUSÕES**

Como conclusão geral da minha actividade durante o exercício de 2006, aprez-me registar que:

- houve sempre, quer por parte das Administrações quer por parte dos demais sectores das Empresas que integram a consolidação, uma preocupação permanente na aderência estricte às disposições legais vigentes e aos respectivos estatutos;
- houve de igual modo uma abertura total e sem reservas às diligências e solicitações por mim manifestadas;
- ao longo do acompanhamento da Gestão das Empresas não tive conhecimento de quaisquer factos ou situações relevantes que mereçam divulgação.

Coimbra 28 de Fevereiro de 2007  
António Freitas dos Santos  
Roc nº 263

## **CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS** **(Relatório de Auditoria)**

### **Introdução e responsabilidades**

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Auto Industrial, SA, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 1 092 574 766 euros e um capital próprio de 206 771 476 euros, incluindo um resultado líquido de 18 977 004 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as Notas às demonstrações financeiras consolidadas, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras consolidadas.

### **Âmbito**

2. O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Não examinámos as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 de um conjunto de empresas, incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas, que representam cerca de 88% do activo líquido consolidado e cerca de 99% do resultado líquido consolidado, que foram examinadas por outros Revisores Oficiais de Contas, em cuja certificação legal de contas baseámos a nossa opinião. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## **Opinião**

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Auto Industrial, SA, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

## **Ênfase**

4. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para que, no exercício de 2006 e conforme referido na Nota 2.1 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, as referidas demonstrações financeiras foram preparadas, pela primeira vez, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia. Tendo a data de transição para as IFRS sido reportada a 1 de Janeiro de 2005, nas presentes demonstrações financeiras a informação financeira comparativa referente ao exercício de 2005 foi reexpressa em conformidade com as IFRS.

Lisboa, 26 de Março de 2007

***BDO bdc & Associados - SROC***